

boletim da direcção-geral dos serviços de

urbanização

Dezembro de 1973

N.º 5



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

boletim da direcção-
-geral dos serviços de
urbanização

Dezembro de 1973

N.º 5

**MINISTÉRIO DAS
OBRAS PÚBLICAS**

"Não digo que o Mundo esteja enlouquecido,
todo ele: mas que os homens
tomaram um relevo, uma importância,
uma influência nunca vista, que as suas
atitudes, as suas opiniões, as suas palavras
passaram a ter uma aceitação e uma
credibilidade como jamais aconteceu —
isso creio que ninguém poderá desmentir".

Marcello Caetano

sumário

UMA DATA — pelo Eng^o. José Horácio de Moura, Director-Geral dos Serviços de Urbanização

Pág. 7

PROPOSTA PARA A RECUPE-
RAÇÃO DE DOIS ESPAÇOS
URBANOS EM SETÚBAL

Pág. 15

Habitação e Urbanismo

O IV PLANO DE FOMENTO
ABRE NOVAS PERSPECTIVAS

Pág. 55

HIERARQUIZAÇÃO DOS CEN-
TROS URBANOS E PROMOÇÃO
SÓCIO-ECONÓMICA

Arq^o. Vasco Geraldês Cardoso

Pág. 62

ALGUNS ASPECTOS DA PO-
LUIÇÃO INDUSTRIAL

Pág. 66

ENTREGUES AS PRIMEIRAS
MEDALHAS DE MÉRITO DO
MINISTÉRIO DAS OBRAS
PÚBLICAS

Pág. 69

VISITAS MINISTERIAIS

Pág. 71

SECRETARIA — GERAL DO
M.O.P. — Uma estrutura renovada
para dinamizar os serviços

Pág. 76

PRIMEIRA REUNIÃO DA
COMISSÃO CONSULTIVA DO
PLANODIRECTOR DA REGIÃO
DE LISBOA

Pág. 81

VIDA DA Direcção-Geral
Noticiário

Pág. 83

Movimento do Pessoal

Pág. 84

CAPA E ORIENTAÇÃO GRÁFICA
de Eduardo Perestrelo

Boletim publicado pela Direcção-Geral
dos Serviços de Urbanização
Ano II — Nº. 5. Dezembro 1973
Rua Conde de Redondo 8, Lisboa
Portugal

Composto e impresso em «off-set» na
D.G.S.U.



Prof. Doutor Marcelino José Alves Capelo — Presidente do Conselho de Ministros

uma data

Nos últimos dias do passado mês de Setembro fez cinco anos que o Professor Marcello Caetano tomou nas suas mãos os destinos da Nação Portuguesa.

Não quis Sua Excelência que se realizasse uma cerimónia de apresentação de cumprimentos ao nível do desejo dos milhares e milhares de portugueses agradecidos. Tudo se limitou a reduzidíssima formalidade, no âmbito dos seus colaboradores mais directos. No entanto, esse dia não ficou despercebido ao País, e nós também não o esquecemos.

Passámo-lo longe da capital, intensificando, ainda mais que o costume, o duro trabalho quotidiano. Seria a melhor prenda que poderíamos oferecer a quem sempre viu no trabalho uma das maiores riquezas do homem.

Nunca escondemos - já lá vão muitos anos - os nossos sentimentos de sincera, meditada, bem esclarecida e inteiramente desinteressada admiração por Marcello Caetano: professor eminente, estadista consciencioso, clarividente e sereno, Chefe incontestado, doutrinador incomparável, enfim, Homem de hábitos simples, amado intensamente pelo povo.

O maior sucesso da sua política é, precisamente, a conquista do amor desse Povo, cujos sentimentos se misturam com o seu sentimento de profundo e desmedido amor à Pátria: "...quando tomo contacto com o povo, com a gente anónima com quem informalmente me encontro, vejo, com irreprimível comoção, que existe um ambiente de adesão e de confiança no Governo que este não pode trair."

Marcello Caetano é, efectivamente, querido pelo Povo.

"A luta política dos nossos dias é uma luta de ideias, disse Marcello Caetano, ideias que se constituem doutrinas, procuram fundamentar-se em teorias e se divulgam em ideologias. Para mim uma teoria é uma hipótese que tenta, abstractamente, explicar as realidades. A ideologia é uma manipulação das ideias extraídas das doutrinas ou das teorias para uso cor-

rente - espécie de simplificação esquemática, graças à qual se tornam acessíveis ao vulgo determinadas concepções e se extrai destas a dinamização necessária para promover transformações políticas, económicas e sociais."

"Mas, no governo dos homens, o que importa não é verificar a harmonia que a coerência lógica faça reinar no céu dos conceitos: mas, antes, saber se as fórmulas doutrinárias, pelas quais se procura reger a existência em sociedade, são ou não benéficas, são ou não praticáveis, são ou não justas, conduzem ou não a Humanidade para soluções que, neste mundo, permitam mais paz, mais segurança e mais felicidade."

Eis porque Marcello Caetano é um Homem de Doutrina.

Mas Marcello Caetano é também um homem de acção, porque à fácil e vazia oratória opõe uma preocupação tenaz, obcecante, pelo concreto - pelos dados estatísticos, pelas datas, pelas realizações, pelo conhecimento antecipado dos factos e das coisas:

"O homem de acção não é o que se agita: é o que constroi. Vê, ausculta, tacteia, discorre e sonha nas horas fecundas da concepção, para mais depressa dar depois a voz de comando e lançar mãos à obra. Não pára, então, enquanto não vê o terreno desbravado, cavados os cavoucos, firmados os alicerces, erguidas as paredes mestras, colocada a última trave. Agir é construir. Construir casas, construir homens, construir pátrias, construir ideais. Unico império sólido, pacífico e fecundo - este que nasce do espírito e se sustenta pela acção."

Quando morreu o Doutor Salazar, Marcello Caetano disse que a sua preocupação imediata era assegurar a continuidade, não só na ordem administrativa, como no plano político.

Por isso lhe chamaram o defensor da continuidade.

E foi bem o defensor da continuidade quando afirmou, no discurso proferido perante a Assembleia Nacional, em 2 de Dezembro de 1970, ao falar da revisão constitucional, que a estrutura política da Constituição de 1933 devia ser mantida: "Uma ideia fundamental serviu de ponto de partida para a revisão proposta: a estrutura política da Constituição de 1933 deve ser mantida..."

Foi ainda o defensor da continuidade quando disse que, em sua opinião, as funções de Chefe do Estado deviam continuar distintas das do Chefe do Governo: "Embora de feição acentuadamente presidencialista, a Constituição não fez do Chefe do Estado o Chefe do Governo. Essa distinção de funções afigura-se-me

das mais felizes soluções da nossa lei fundamental."

Defendeu a continuidade quando, ao falar nas liberdades individuais disse: "... Todos quantos me conhecem ou tenham lido as minhas obras sabem qual é o meu conceito de liberdade. Para o jurista, que sou, a liberdade individual não pode ser avaliada fora do meio social em que os cidadãos vivem e relativamente ao qual têm deveres imperiosos a respeitar e a cumprir. A liberdade não é o capricho, não é o reino do egoísmo fantasista de cada um, não é a licença do procedimento anárquico: é a faculdade que se reconhece às pessoas de obedecer às leis mais do que aos homens, o direito de só se ser obrigado a fazer ou a deixar de fazer em consequência da lei geral, isto é, que perceitue em termos iguais para quantos se encontrem em iguais condições."

Enfim, foi o paladino da continuidade quando recusou terminantemente entregar o Ultramar ao terrorismo: "Portugal não pode abandonar aos caprichos da violência, aos furores dos ressentimentos, aos ódios dos clãs ou aos jogos malabares da política internacional os seus filhos de todas as raças e de todas as cores que vivem nas províncias ultramarinas, nem lançar aos dados de uma sorte incertíssima os valores que à sombra da sua bandeira fizeram de terras bárbaras promissores territórios em vias de civilização."

Mas, Marcello Caetano foi também pela renovação, quando disse: "A fidelidade à doutrina brilhantemente ensinada pelo Dr. Salazar não deve confundir-se com o apego obstinado a fórmulas ou soluções que ele algum dia haja adoptado. (...) a maior homenagem que se pode prestar ao Dr. Salazar não é querer que o País permaneça imobilizado num determinado ponto que se julgue corresponder ao optimo do seu pensamento político mas, pelo contrário, impulsionar vigorosamente o progresso da Nação Portuguesa, fazendo frente aos desafios que a todo o momento surgem na sua marcha, com o mesmo vigor mental, a mesma serenidade crítica e a mesma vontade tenaz que foram apanágio da excepcional personalidade do grande homem de Estado cuja perda deploramos..."

Foi pela renovação porque, apesar da luta que travamos no ultramar, não diminuiu nunca a enérgica acção de fomento económico e de promoção social: "A defesa do ultramar não afrouxou, e apesar disso arrancou-se para novas e grandiosas iniciativas de fomento capazes de dentro de poucos anos alterar a fisionomia económica e social do País, fez-se uma política de extensão e melhoria da previdência e de promoção da condição económica e social dos trabalhadores, está em curso uma grande reforma educa-

tiva que eu não desejo neutra nos seus propósitos mas ao serviço dos ideais da Nação Portuguesa."

Foi pela renovação quando, com a clarividência e serenidade que sempre o caracterizaram, preconizou uma maior descentralização político-administrativa das províncias ultramarinas, embora dentro da mais sólida unidade e fidelidade à Pátria comum: "A autonomia regional não afecta a soberania. A soberania do Estado una e indivisível nem por isso deixará de afirmar-se em todo o território da Nação, através da supremacia da Constituição e das leis provenientes dos órgãos centrais (onde as províncias aumentarão a sua representação) e da nomeação dos governadores, delegados do Governo Central, cujos direitos de inspecção e superintendência se mantêm íntegros."

Foi também pela renovação ao encarar e resolver os mais difíceis problemas nacionais: "Quando o meu governo ataca os problemas de ordenamento do território, da urbanização e da habitação e, para evitar as especulações sobre os terrenos e as suas mais valias, expropria o solo de grandes áreas que não voltará a alienar a particulares, aos quais apenas concederá direitos de superfície para fins determinados..."

Marcello Caetano foi sempre um adepto fervoroso do diálogo. Não nos esqueçamos que, há cinco anos, quando assumiu as altas funções de Chefe do Governo, num momento particularmente difícil da vida nacional, abriu os braços a todos os portugueses que quizessem colaborar com ele nas espinhosíssimas tarefas que ia enfrentar: "Não quero ver os portugueses divididos entre si como inimigos e gostaria que se fosse generalizando um espírito de convivência em que a recíproca tolerância das ideias desfizesse ódios e malquerenças."

Diálogo com a Nação é já um hábito do Chefe do Governo. Ainda há poucos dias um dos seus antigos alunos nos contava, entusiasmado, a forma tão simples e tão cativante como Marcello Caetano apareceu na reunião dum dos seus cursos universitários. Tinham-no convidado sem esperança nenhuma. Pois como poderia assistir o Presidente do Conselho a um simples jantar de confraternização de rapazes? E qual não foi o espanto de todos, ao verem aparecer o Professor Marcello Caetano como qualquer cidadão, sem protocolo, sem secretários, sem nada, com a mesma simplicidade, a mesma serenidade, a mesma bondade, a mesma humanidade que lhe conheciam.

A cada um disse uma palavra de amizade, com todos teve uma atitude de consideração e de estima.

Aqueles discípulos ao verem a atitude comovedora do Mestre, lembraram as suas aulas magistrais,

em que aos alunos de direito se juntavam os de ciências, os de engenharia, os de medicina, os de letras, presos da mesma palavra fluente, vigorosa e sábia, que os atraía irresistivelmente.

Marcello Caetano sabe que o melhor discurso não vale uma atitude amiga, um gesto cordeal, um acto puro. Por isso vai por esse País fora ao encontro do povo, homens e mulheres que o esperam, aos milhares e milhares, nas ruas, nas praças e ao longo dos caminhos. Sem os grandes aparatos devidos à sua alta hierarquia, mistura-se no meio das multidões, aperta as mãos calosas que se lhe estendem, abraça os que se apresentam ao encontro do seu peito, beija as crianças, confraterniza, alegre e despreocupadamente, com os jovens. E - quantas vezes - se comove ao sentir a emoção das gentes simples que, de lágrimas a correr, lhe dizem: Deus o proteja Senhor Doutor. Nós vimos. E também sentimos.

Marcello Caetano sempre gostou de descer à rua e auscultar os anseios e os motivos de queixa do País. Se ele o faz, pede-nos a nós, servidores da Nação, que o façamos também, tomando a sua atitude como exemplo: "Se o faço, peço aos meus ministros e funcionários, qualquer que seja a sua categoria, que também o façam."

De facto, só ouvindo os queixosos, os interessados, os desejosos de colaborar, poderemos compreender melhor as soluções, praticar mais intensamente a justiça, realizar mais acertadamente o nosso trabalho.

É graças à tenacidade, à persistência e ao génio do Senhor Presidente do Conselho que continua intacto - à parte a traição indiana - o património da Nação Portuguesa.

Embora o mundo tivesse espalhado, com falsidade, que o indígena da nossa África vive forçado sob a soberania portuguesa, o tempo se encarregou de provar o contrário.

O jornalista espanhol Xavier de Echarri, director do jornal de Barcelona "La Vanguardia", a propósito da viagem triunfal de Marcello Caetano à Guiné, a Angola e a Moçambique, ao escrever as suas impressões, fez, marginalmente, a seguinte pergunta: "Onde estava a população indígena subjugada?"

E logo a seguir: "A imensa maioria dos manifestantes, sem dúvida, era de negros, que se sentiam tão portugueses como os brancos; os quais - não se esqueça - não são menos indígenas do que eles, porque levam quatrocentos anos nascendo, trabalhando e morrendo sobre aquelas terras de Portugal". E Xavier Echarri concluiu assim: "Marcello Caetano prestou um grande serviço ao seu país. Como o seu país o

está prestando, com a sua serena e valiosa atitude, à paz da África e do Mundo."

A claridade do nosso destino baseia-se na concepção que temos do homem, que nos foi legada por esses tantos que souberam construir, nas cinco partes do mundo, sociedades multirraciais que hoje fazem o nosso orgulho.

A continuidade da História persiste na nossa Pátria, que encerra, intacto, o nosso espírito, o velho espírito lusitano, a que o mundo deve os restos da herança espiritual que ainda o não deixou soçobrar.

"É da nossa condição não voltar a cara às grandes dificuldades." - disse o Professor Marcello Caetano - "Isso o que muitos não perceberam ainda e daí a surpresa com que assistem à nossa resistência em África, onde outros mais poderosos desistiram."

E com a dignidade e a firmeza que o caracterizam, Marcello Caetano acrescentou: "Apesar do reconhecimento geral das nossas razões, desenvolvem-se, protegidas pela defesa das fronteiras, as condições do nosso progresso, em amplitude que não é de soberba, que a não temos, mas de confiança nas nossas possibilidades e de esperança no futuro."

Portugal é como é. E cada povo - disse o Senhor Presidente do Conselho - tem a sua maneira de ser. Cada nação afeiçoa ao seu carácter as instituições que mais lhe convém.

"Pensar que Portugal seja o tumulto dos egoísmos, - continua - a vozearia dos ideólogos ou a negação da autoridade que possam trazer remédios para os males de que nos queixamos, não é sequer ingenuidade. Só pode preconizá-lo um espírito de autodestruição. Só pode querer pô-lo em prática quem, consciente ou inconscientemente, sirva interesses estranhos, que não os interesses da Nação Portuguesa."

Usando as palavras "direita" e "esquerda", quiseram confundir a posição do Presidente do Conselho; mas Marcello Caetano, com a limpidez do seu espírito, logo esclareceu:

"Andam hoje outra vez muito em voga os termos direita e esquerda para significar posições políticas em relação às quais se procura situar o Governo. Trata-se de palavras de sentido muito equívoco. Todavia - acrescenta Marcello Caetano - "se a essência da esquerda está no movimento, se o espírito da esquerda é o da reforma social, não me esquivo à qualificação que dessa tendência possa resultar. Mas na medida em que a "direita" signifique a manutenção da autoridade do Poder para permitir a normalidade da vida dos indivíduos, o respeito das esferas da legí-

tima actividade de cada um e o funcionamento das instituições que asseguram a ordem, - então, e sobretudo nos tempos que correm, creio que nenhum governo, em qualquer regime que seja, pode deixar de ser dessa direita.

"...diz-se da direita a ideia de Pátria, a exigência de sacrifício para a sua defesa, a resolução de defender a sua integridade contra as cobiças, as maquinações, as insídias, os ataques diplomáticos e as agressões violentas de estrangeiros. Pois se isso é da Direita, não há remédio neste campo senão estar corajosamente com ela. Mal vai porém a uma corrente de pensamento político ou a uma ideologia que repila esses pontos de fé e essas linhas de acção da portugalidade, em que todos nós, que nascemos nesta terra e partilhamos da sua alma, temos o dever de comungar."

Os verdadeiros portugueses só querem a Paz, diz o Chefe do Governo:

"Somos, os Portugueses, sinceramente amantes da paz. Sou-o pessoalmente - nem compreendo que o homem bem formado possa desejar, aplaudir, provocar, a solução de diferendos desencadeando, com efeitos de extensão e intensidade imprevisíveis, hecatombes de vidas e aniquilamentos de valores. Mas, por isso mesmo, o dever daqueles que desejam manter a paz é desencorajar os agressores. Como é seu dever reprimir e castigar os que a perturbam."

Em África defendemos a Paz."

Quando da visita que os membros do Conselho da Associação do Tratado do Atlântico fizeram ao Presidente do Governo português, Marcello Caetano aproveitou a ocasião para afirmar: "Contribuir para que se evite uma tal tragédia (referia-se a uma nova grande guerra) constitui dever imperioso e grave responsabilidade de nós todos, e nessa tarefa cabe à vossa Associação papel não pequeno. Desejo do coração, como cristão e como governante de um povo amante da paz, que a possamos levar a bom termo."

Marcello Caetano é, efectivamente, um Homem de Paz.

O Natal vai chegar. Esses dias são tradicionalmente reservados à Família. Nesta quadra, seria ingratidão esquecer o Chefe do Governo, que tudo deixou para cuidar do nosso futuro e do futuro dos nossos filhos. Ele trocou uma vida calma, no meio dos seus filhos e dos seus netos, para viver as dificuldades de todos nós, preocupar-se com elas e tentar resolvê-las. A sua política visa o nosso bem-estar, trabalhando constantemente na melhoria das estruturas para que mais facilmente nos sirvam, procurando

reformular tudo quanto se oponha ao progresso e à elevação do nível de vida dos portugueses.

Nos dias de hoje - e com vantagem nos dias de amanhã - não haverá lugar para os improvisadores.

Nós sendo planificadores, compreendemos bem que é necessário trabalhar duramente, constantemente, conscienciosamente, para que na ocasião própria as coisas evoluam no sentido desejado.

A esperança continua a morar nos nossos corações. O esforço de cada qual deve ser encaminhado, em todos os momentos, no sentido da conquista por uma vida melhor, no sentido da conquista duma paz actuante para todos os homens.

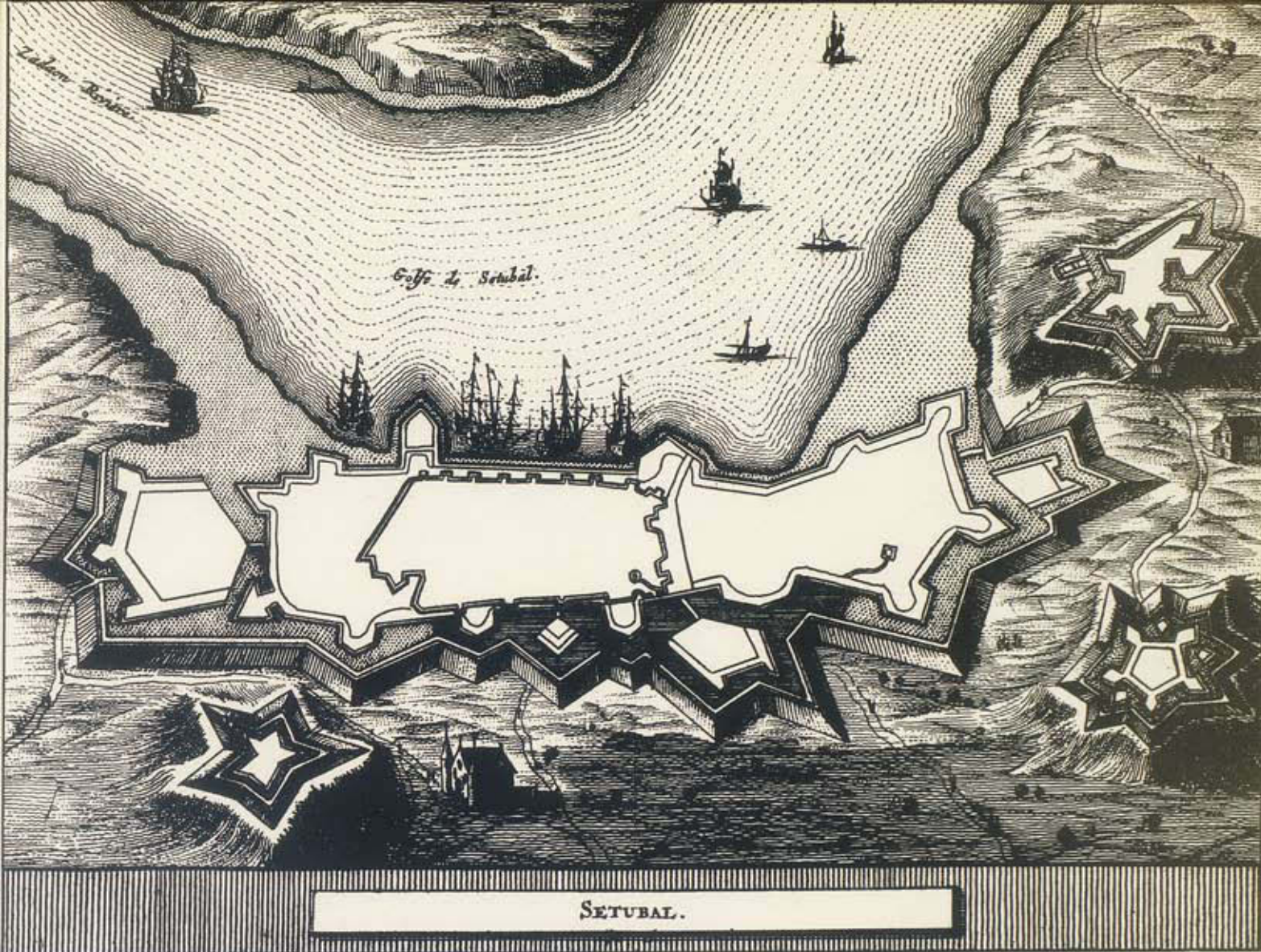
Defendemos a Pátria com o nosso sangue - na Europa ou do outro lado do mar - porque só assim cumprimos o sagrado mandato a que estamos vinculados desde que nascemos em Portugal.

O Natal encontra, mais uma vez, o mundo em crise.

Nós estamos envolvidos nela, pois atinge os próprios fundamentos da vida humana.

Nestes momentos de ansiedade - mas também de esperança - façamos chegar até Deus o nosso pensamento, e peçamos-lhe que nos ajude, e ajude quem, no meio da tempestade, conduz tão firmemente o perfil vigoroso da Barca Portuguesa.

Luís de Sousa



Reprodução de uma gravura (séc. XVIII)

PROPOSTA PARA A RECUPERAÇÃO DE DOIS ESPAÇOS URBANOS EM SETÚBAL

INTRODUÇÃO

O Núcleo Central da Cidade; sua defesa e recuperação

1. A motivação do estudo

Elaborado pela Secção de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana, foi sua causa o estabelecer condicionamentos ao Plano Geral de Urbanização de Setúbal, nos aspectos que àquela Secção dizem respeito.

Além disto, pretendeu-se fornecer elementos para apreciação de processos pendentes, dentro das áreas classificadas, e orientação de futuros traba-

lhos de reorganização urbana, dentro da "área sensível" projectada.

2. Orientação

São funções de secção de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana, não só elaborar pareceres (acção consultiva), sobre o que disser respeito a remodelações ou renovações urbanas, mas também realizar estudos de investigação e programação de intervenções urbanas, sempre dentro dos aspectos de Defesa da Paisagem Urbana.

Assim, foi tomando como base de orientação alguns dos estudos já efectuados por aquela Secção, que este

foi elaborado.

O trabalho constou essencialmente de duas partes: a primeira, de "Inquérito e Análise", e a segunda "Uma Proposta de Solução dum Espaço Urbano Arquitecturado", embora ainda numa fase de esboço, e elaborada com base na primeira parte.

A primeira parte consta de uma Introdução, em que se fizeram várias considerações gerais sobre o tema, e ainda um estudo prévio, com o qual se pretendia fornecer à Câmara Municipal logo de início, elementos de estudo, inquérito e apreciação, sobre processos pendentes dentro da área em estudo.

Ainda dentro da primeira parte, elaboraram-se quatro capítulos:

O primeiro, com uma nota histórica sobre a evolução da cidade, uma nota geográfica e geológica, e ainda a descrição de pareceres sobre o antepiano de urbanização existente.

O segundo capítulo consta das fichas de inquérito e análise, de Espaços Urbanos e Edifícios Isolados, bem como os respectivos mapas, os quais se descreverão adiante.

O terceiro capítulo é totalmente preenchido por um documentário fotográfico.

No quarto capítulo, apresenta-se o regulamento estudado para o local, com base nos estudos efectuados.

A segunda parte é totalmente preenchida com o quinto capítulo, tendo sido a fase mais interessante, pois apresenta já uma proposta de solução para um Espaço Urbano.

3. Objectivos

É sempre um problema de difícil resolução, a remodelação, salvaguarda ou beneficiação, de centros urbanos antigos e históricos. No entanto este problema manter-se-á sempre, na medida em que continuarmos a esquecer alguns conceitos fundamentais para a sua resolução. Porque os centros urbanos antigos, podem ser sempre adaptáveis a um plano de desenvolvimento da cidade, que geralmente os envolve, é esse o principal objectivo.

O facto é que na maioria dos casos se esquecem os conceitos de "sítio histórico" e "defesa da paisagem urbana", e quando se chega a introduzir já o estado caótico é tal que, então sim, o problema é difícil de resolver.

Suponhamos uma malha urbana toda ela funcionando como um conjunto perfeito, de características específicas. Esqueçamos todo o seu conjunto, e rasguemos e alinhemos ruas, substituindo prédios por outros de maior dimensão. Não será inevitável a rotura do sistema? De facto infraestruturas antigas, nunca suportarão estruturas modernas. E quando se diz "antigo", não se pretende significar ultrapassado, pois ainda hoje os mais notáveis exemplos de conforto urbanístico, encontramos-os em zonas antigas.

É claro que, em face da antiguidade de alguns prédios, se torna necessário inquirir sobre as suas condições de habitabilidade, por forma a concluir

da sua durabilidade, das suas necessidades de equipamento. Não se pode é justificar com um pretenso progresso, a demolição, para depois se construir no mesmo local, substituindo o prédio demolido por outro com mais dois ou três andares, esquecendo tudo o resto e num local que não irá comportar essa adição, aumentando a densidade numa zona não preparada para esse aumento.

Por vezes, devido à grande profundidade dos talhões, existe a possibilidade de criação de novos espaços, que garantam condições de insolação, higiene, de conforto urbanístico.

Todas estas necessidades e problemas, pressupõem a elaboração de princípios, que deverão ser respeitados; esses sim, contribuirão para o progresso e valorização da urbe:

- Considerar os conceitos de Sítio Histórico e de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana.
- Definir áreas sensíveis a estes conceitos.
- Recuperá-las e organizá-las, não só defendendo-as, mas integrando-as no desenvolvimento necessário para a Cidade.

Assim parece-nos essencial que como método, se tenha presente que:

- O antigo e o moderno deverão participar conjuntamente na evolução.
- Deverá existir uma planificação tal, que permita a integração do antigo num esquema racional de organização do espaço.
- Participação consciente das autoridades, englobando os problemas sócio-económicos, políticos e administrativos.
- Esclarecimento activo da opinião pública.

4. Aspectos da evolução da Cidade

O núcleo central da cidade de Setúbal, convencionou-se chamar-lhe assim, abandonando o termo "parte velha da cidade", é um válido exemplo de malha urbana fortemente personalizada, em que a todo o momento nos surgem valores de escala humana.

Foi a partir deste núcleo, que a futura cidade se desenvolveu, mais ou menos desorganizadamente, procurando inicialmente a proximidade da margem do Sado, e lançando as suas principais ruas numa direcção longitudinal E-O; perpendicularmente a estas,

havia travessas, as bastantes para o tráfego transversal, de curta distância da praia, e consequentemente não exigindo grandes meios de transporte. Só uma rua se desenvolvia obliquamente, a Rua Antão Girão, que conduz do centro da cidade ao Poço do Concelho, poço público de abastecimento de água.

Formam-se quatro pequenos largos: três deles estão ligados a igrejas, como que restos de adros, S. Julião, Misericórdia e St^a. Maria. Neste último tratavam-se os negócios importantes do burgo. O quarto largo é o da praça da Ribeira, que funcionava como mercado piscatório.

Recebeu o burgo foral em 1149, concedido por D. Afonso I. É presumível que provenha duma colónia fenícia, mais tarde desenvolvida pelos Romanos, ocupada pelos Godos e Árabes. D. Afonso, ao encontrar o burgo quase despovoado, e já estabelecido na margem direita do Sado, mandou-o povoar com gente de Palmela.

O mesmo foral foi confirmado por D. Sancho I, D. Afonso III e D. Diniz, sendo reformado por D. Manuel em 1514.

Foi elevado à categoria de cidade em 1860, no reinado de D. Pedro V.

A este núcleo central, já cercado de muralhas no reinado de D. Afonso IV, agregam-se diversos pequenos povoados, que com o decorrer dos tempos se vão constituindo e integrando, como a Oeste o Bairro de Troino, formado com os refugiados de Troia.

Até ao sec. XIX, o crescimento da terra não parece ter sido muito importante. Neste século, com o incremento da indústria conserveira, novos bairros se constroem:

- a Sul, o aterro conquista o espaço ao rio, surgindo a Avenida Luisa Todi.
- Perpendicularmente a ela, desenvolvendo-se para Norte, o bairro Melo, já fora das fortificações seiscentistas.
- Também para Norte, forma-se o bairro do Bonfim, separado do núcleo central pela antiga Rua Nova da Conceição, hoje Avenida 5 de Outubro.
- Para leste, mais para leste das Fontainhas e de Palhais, e de Sul para Norte, formam-se os bairros de S. Nicolau, Rosalina, Trindade, Moharquina, Lopes, Dias Arougue (aldeia



Vista panorâmica de Setúbal tirada do Forte de S. Filipe

do Chileno), alinhando-se perto das estradas que irradiam de Setúbal (estradas da Graça de Santas, das Montureiras, do Algeruz).

Com o Estado Novo conquistam-se novas áreas ao Sado, começa o ajardinamento e a construção. Formam-se os bairros dos Pescadores para noroeste e os bairros económicos a leste.

A edificação urbana não monumental, ressentindo-se de diversas influências. Os núcleos antigos apresentam entre construção banal e incaracterística de casas de rés-do-chão e 1º andar, raras vezes 2º., um conjunto de casas de edificação pombalina. Entre elas sobressaem alguns casarões de morgado, semi-arruinados, mas ainda brasonados.

Prédios pequeninos, esguios, coroados com o frontão em triângulo; a casa subia em andares e rematava triangularmente em empenas com telhado de duas águas laterais sem tacinha e aumentando em profundidade.

No largo do Carmo, existe uma casa brasonada com as armas dos Chatillons. A leste da Praça do Bocage, localizam-se os Paços do Concelho, projecto de Raúl Lino numa remodelação motivada pelo fogo de 1910. As casas desta praça são do tipo flamengo ou holandês. A norte da praça, aparecem casas do séc. XVIII, e um edifício do séc. XVII, onde está instalada a sede do Distrito de Recrutamento e Mobilização. A oeste, localizam-se edifícios mais modernos, e entre eles alguns

brasonados como o do Morgado da Bandeira (Visconde de Montalvo), o Paço do Duque, o dos Salemas ou Ximenes.

A Avenida 5 de Outubro, já na parte exterior das muralhas, desemboca na Avenida 22 de Dezembro, que segue o curso da antiga ribeira do Livramento.

Na parte alta e primitiva da cidade, localizam-se várias casas nobres, rodeando a Igreja de Stª. Maria.

Na esquina da Travessa do Carmo com a Rua 25 de Março (antiga rua Direita do Troino) encontra-se a casa onde se acoitava o homem que devia assassinar D. João II, numa procissão do Corpo de Deus, dando-lhe um tiro quando os cortesãos deixassem cair os seus bastões e se curvassem para os apanhar, deixando o monarca destacado. No dintel da porta 44, encontra-se a inscrição "Si Deus Pro nobis quis contra nos", e no cunhal de cantaria, encontram-se três caras em relevo, uma das quais se aponta como sendo a do próprio rei, com um listel dizendo "Esper Athe Deo".

Na Rua Bartissol, encontra-se a casa onde nasceu Bocage em 15 de Setembro de 1765. Casa de estilo de setecentos, de rés-do-chão e primeiro andar, com uma janela de varanda muito simples.

No largo Tomás da Silva, encontra-se a casa onde nasceu o poeta Tomás António dos Santos e Silva (12-IV-1751 — 19-I-1816).

Também na Rua da Brasileira,

se encontra a casa onde nasceu a grande cantora Luísa Todi (9-I-1753 — 1-X-1833), e onde posteriormente foi o teatro Santos e Silva.

As igrejas paroquiais são quatro:

- Stª. Maria da Graça
- S. Julião
- S. Sebastião
- Anunciada

A de Stª. Maria da Graça, reconstruída em meados do séc. XVI, sobre as ruínas dum templo românico, benzido em 1248, é a matriz de Setúbal, e é o mais vasto templo da cidade.

Exteriormente, caracteriza-se por uma arquitectura sóbria e um pórtico de duas grandes torres sineiras entre as quais singe um terraço. Pertence a sua reconstrução ao período da Renascença Clássica, com alterações posteriores.

A Igreja de S. Julião, reconstruída pelo arquitecto João Favacho no séc. XVI, sobre um templo construído por pescadores, talvez nos fins do séc. XIII ou princípios do XIV. Exteriormente merecem referência os portais do Oeste, manuelino mas simples, e o de Norte, um dos mais belos portais de Portugal, pela profusão elegante dos seus elementos escultóricos. Parece que outrora, a entrada principal desta igreja era pelo pórtico Norte, que dá para a Praça de Bocage.

A par destas igrejas, outros templos havia, não conventuais, como a Igreja da Misericórdia e diversas capelas e ermidas. A igreja da Misericórdia, instituída em 1501, numa igreja de Rodrigo Afonso, foi demolida, e no

seu lugar construiu-se o actual edifício da Caixa Geral de Depósitos.

A capela do Socorro, ainda existente, foi fundada em 1600. A ermida de N. Sr^a, do Livramento, talvez do séc. XVI, caiu em ruínas, possivelmente em 1755. Em 1833 foi transformada em teatro, e hoje no mesmo local, há uma fábrica de conservas.

A ermida do Corpo Santo, de arquitectura exterior característica de épocas seiscentistas, foi sede da comissão de Turismo, e hoje é-o da Mocidade Portuguesa.

O convento dos frades Agostinhos Descalços, fundado no reinado de D. Afonso VI, e a sua igreja, deve-se à generosidade de Jacinto de Melo, dos Coelho de Palmela, que a fez construir nos fins do séc. XVII, princípios do séc. XVIII. Frontaria simples, do barroco, foi alargado em 1708, tendo servido de liceu, abrigando hoje o tribunal.

O convento das freiras Bernardas, foi instituído no séc. XVIII. Ali se construiu uma série de moradias, e deu ao largo o nome de Praça de S. Bernardo.

O convento do Carmo, foi fundado no séc. XVI, datando a sua igreja de 1598, destruída pelo sismo de 1755. A oficina do convento foi convertida na actual igreja. Parte do convento foi convertido em residência particular, e noutras partes encontra-se o comando da P.S.P., uma escola do Conde de Ferreira, instalada em 1866, e um cinema.

O convento de Jesus, foi fundado por Justa Rodrigues Pereira nos fins do séc. XV, edificado por Boytac, o construtor dos Jerónimos, e na magnificência do seu estilo manuelino, é um dos mais importantes monumentos de Setúbal.

Nas suas dependências "acrescentadas através dos tempos", está instalado o Hospital do Espírito Santo, da Misericórdia de Setúbal.

É notável também o cruzeiro de Brecha da Arrábida, fronteiro à porta principal da Igreja do Mosteiro.

A Frei António das Chagas, se deve quase exclusivamente a fundação do Mosteiro de Brancanes. A primeira pedra foi lançada no dia 27-VI-1682. Incendiado em 4-X-1910, foi posteriormente reconstruído, estando a alojar um grupo de Artilharia.

Perto da Igreja de St^a. Maria, no largo do mesmo nome, encontram-se três arcos ogivais com motivos vegetais,

e que pertenciam ao pórtico do hospital das Palmeiras, fundado por João Palmeiro em 1328.

5. Breve nota geográfica e geológica

A cidade de Setúbal, situa-se na orla meridional da Península com o mesmo nome, delimitada pelo Tejo a Norte, pelo Sado a Sul e pelo Oceano Atlântico a Poente.

Estendida pela margem direita do segundo daqueles rios, que lhe forma o limite Sul, é cingida a Norte pelas serras de S. Luís e de Palmela, que a abrigam dos ventos deste último quadrante.

O clima é temperado, beneficiando da protecção serrana contra os ventos do Norte e Nordeste, que são predominantes na região.

As temperaturas médias, máximas e mínimas, em cada mês, variam progressivamente de Fevereiro a Julho, respectivamente entre 9,8 e 22,3, 13,3 e 28,8, 5,6 e 15,8, com os valores médios anuais também respectivamente de 15,9, 20,3 e 11,5 graus.

A região é fértil sobretudo em frutas, laranjas. No entanto, estão em mau estado sanitário a maior parte dos laranjais.

A população em 1864 era de 12 747 habitantes, e em 1940 de 45 583.

A cidade de Setúbal está situada na Bacia Terciária do Sado, numa região de que faz parte também a Bacia Terciária do Tejo, e que no princípio do Neogénico (mioceno), era uma grande baía, a qual ocupava as embocaduras actuais dos dois rios. A separação destes deu-se no fim do Mioceno.

Nessa extensa bacia se depositaram os materiais de origem marinha, fluvial e lacustre que constituem actualmente, parte das bacias inferiores dos dois rios.

Os terrenos Neogénicos são constituídos por sedimentos pouco coerentes (areias, arenitos, argilas, calcários margosos) e abundantemente fossilíferos, uns de fácies marinho e outros de fácies continental.

Nestes terrenos miocénicos assentam aluviões argilosos.

Em maior profundidade deverão existir calcários também miocénicos.

Nota: Neogénico — um dos períodos da era Cenozóica ou Terciária — 40 milhões de anos.

Mioceno — primeira época do período Neogénico. A segunda é o Plioceno.

PRIMEIRA FASE INQUÉRITO E ANÁLISE

1. Mapas

Os mapas de inquérito elaborados, correspondem a:

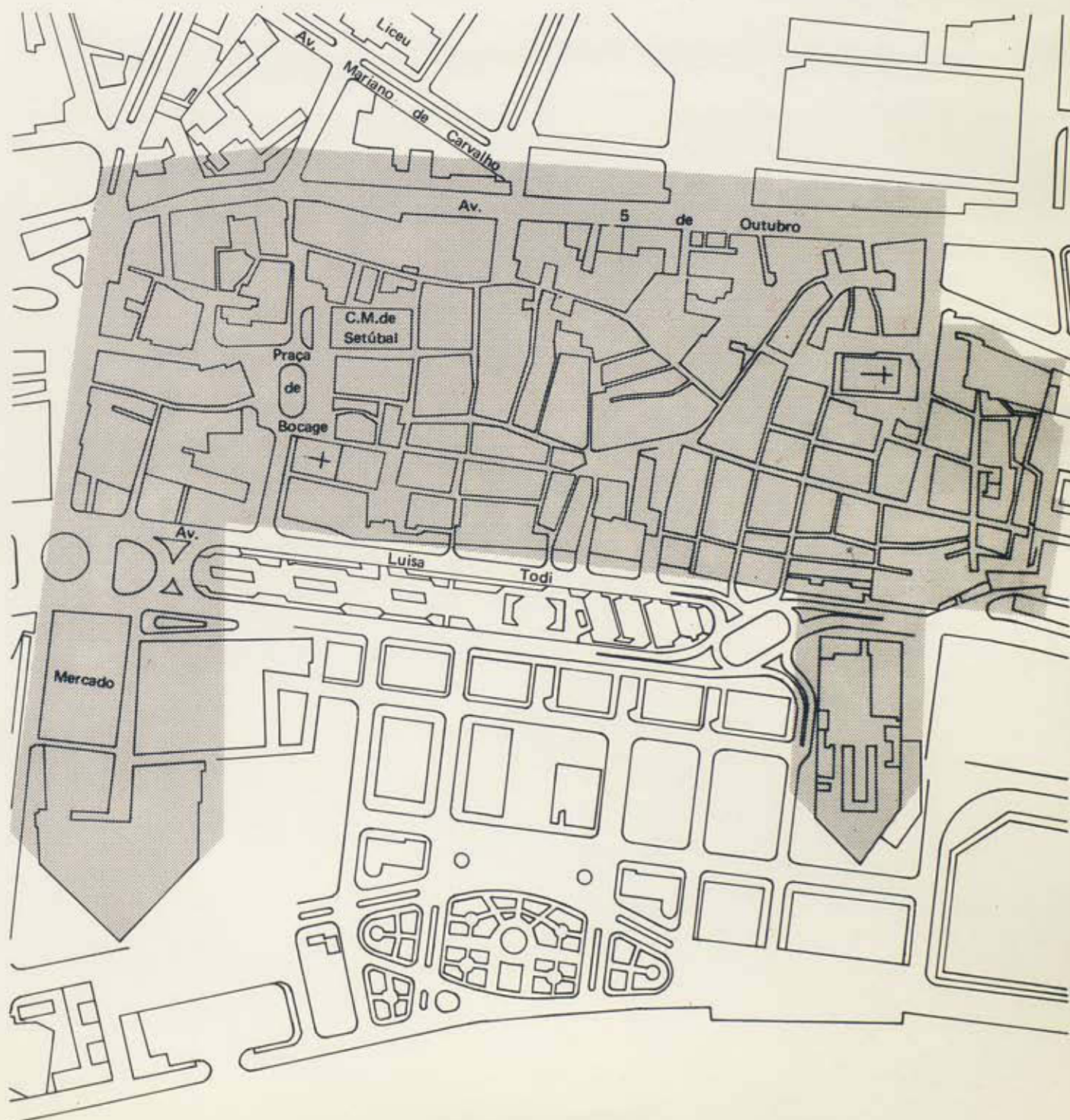
- Mapa 1 — Definição da área considerada "sensível", definindo-se como área em que existe interesse histórico — artístico e unidade urbana. Esta área coincide aproximadamente, com os elementos muralhados ainda existentes. Marcou-se ainda neste mapa, as zonas de principal incidência do Plano de Urbanização, por meio de setas que procuram indicar, a irradiação ambiental provocada por essas remodelações.
- Mapa 2 — Classificação de edifícios, quanto à qualidade de arquitectura, e de espaços urbanos. Mencionaram-se ainda as aberturas panorâmicas e pormenores notáveis, considerando-se estes, quaisquer elementos de pormenor que apresentem expressão de reconhecido interesse artístico, erudito ou popular.
- Mapa 3 — Pretende dar um conhecimento, também em conjunto, do estado de conservação dos vários edifícios, bem como o seu número de pisos, contribuindo para uma análise volumétrica.
- Mapa 4 — Com este mapa, isolam-se os edifícios dissidentes, que grandemente contribuem para um agravamento e deterioração de paisagem urbana.

2. Fichas

As fichas analíticas correspondem, a número 1, aos espaços urbanos arquitecturados, indicados no Mapa 2; a número 2, a edifícios isolados, indicados nos Mapas 2 e 3.

- Ficha 1 — Espaços Urbanos Arquitecturados — Analisam-se estes nos aspectos de, estado de conservação, ambiente, trânsito, pendentes, mobiliário urbano, arborização, iluminação, vitalidade, pavimentos. Além disso, propõe-se ainda uma terapêutica, tendente à preservação ou recuperação de alguns deles. Dentro dos espaços analisados, considerou-se os de qualidade já existentes, e ainda os propostos, que resultariam da recuperação de logradouros privados e outros com características afins.

núcleo central área prospectada



classificação de edifícios

ESPAÇOS URBANOS DE QUALIDADE

ESPAÇOS URBANOS PROPOSTOS

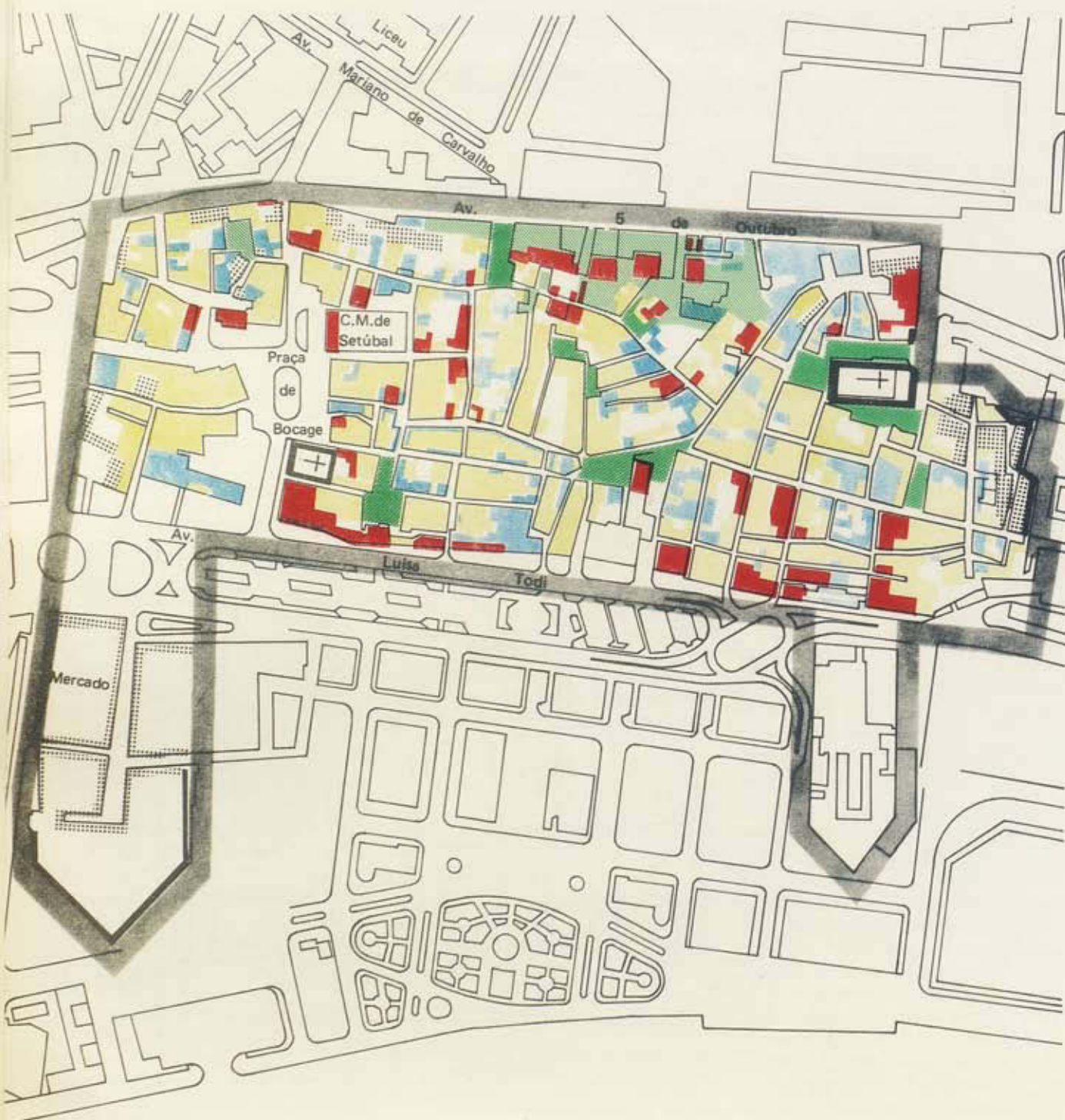
Monumento Nacional

Edifício de qualidade

Edifício acompanhamento

Edifício dissonante

Sem interesse



estado de conservação

Bom
Razoável
Mau



edifícios dissonantes



b) Ficha 2 — Edifícios Isolados — Nestas fichas, procura-se dar uma classificação ao edifício, analisando-se também o seu estado de conservação e adulteração, ao mesmo tempo que se elabora como para os espaços urbanos arquitecturados, uma terapêutica tendente à preservação e recuperação do edifício.

Geralmente em trabalhos anteriores, a classificação de edifícios distingue, dentro dos classificados como "arquitectura erudita", os de primeiro e segundo grau. No caso presente, e por dificuldade nessa distinção, englobam-se os dois graus, passando a designá-los em conjunto por "arquitectura de qualidade".

Assim teremos:

- Monumentos Nacionais, definido

em decreto, e com zona de protecção.

- Imóvel de Interesse Público, também geralmente definido em decreto, e com zona de protecção.
- Arquitectura de Qualidade, imóvel de carácter evocativo ou parte marcante na vida do aglomerado, ou ainda pura e simplesmente de boa qualidade arquitectónica, que deverão ser preservados ou recuperados.
- Imóvel de Acompanhamento, entendendo-se nesta classificação, os edifícios susceptíveis de criar uma certa unidade dentro dum espaço urbano, ou que valorizem e enquadrem algum edifício de

qualidade, sentindo-se uma ambiência perfeitamente definida.

- Dissonância Ambiental, aqueles imóveis perfeitamente desintegrados do ambiente urbano existente, por serem de recente construção e má qualidade, ou terem sofrido estragações que perturbem a paisagem urbana.
- Sem Interesse, considerando-se nesta categoria, não só os que pelo seu avançado estado de ruína necessitam demolição, mas também aqueles dissonantes cuja recuperação não será possível, em virtude de serem construções recentes sem qualquer nível arquitectónico.

ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA PAISAGEM URBANA SETÚBAL — NÚCLEO CENTRAL

Ficha nº. 1
Mapa 2

INQUÉRITO E ANÁLISE

1

ESPAÇOS URBANOS ARQUITECTURADOS

Fotos

Data Fevereiro 1973

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO — ESCALA 1/1000



Estado de Conservação — mau

Ambiente — mau, devido ao estado de conservação (características antigas)

Trânsito — adstrito ao serviço de armazém; estacionamento

Pendentes — não tem

Mobiliário Urbano — não tem

Aberturas Panorâmicas — não tem

Arborização — não tem

Iluminação — muito deficiente

Vitalidade — grande em relação aos armazéns; ainda com características de pátio

Pavimentos — passeios de calçada; alcatrão

TERAPÊUTICA

(Ver solução para o local)

ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA PAISAGEM URBANA
SETÚBAL — NÚCLEO CENTRAL

Ficha nº. 8
Mapa 2, 3

INQUÉRITO E ANÁLISE

2

EDIFÍCIOS ISOLADOS

Fotos											
Data Fevereiro 1973											
Localização 5, 6, 7, Largo do Sapalinho											
QUALIFICAÇÃO		CONSERVAÇÃO					ADULTERAÇÃO				
		B	R	M	RR		Isento	Lig.	Prof.		
Monumento Nacional	☐										
Imóvel de Interesse Público	☐										
Arquitectura de Qualidade	☐				X		X				
Imóvel de Acompanhamento	☐										
Dissonância Ambiental	☐										
Sem Interesse	☐										
Interesse Arquitectónico — arquitectura Sec. XVIII — iluminismo Carácter Evocativo — antiga casa nobre edificada sobre a muralha Data de Construção — 1729 Materiais e Cor — cantarias, alvenaria de pedra, branco Modificações — espaços livres Espaços Livres — logradouro Mobiliário Urbano —											
TERAPÊUTICA											
Restauro Demolições Materiais (Ver solução de pormenor) Cores Espaços Livres Mobiliário Urbano											

3. Legislação existente sobre o tema

Encontrou-se na legislação internacional, os seguintes aspectos de interesse.

Em Inglaterra a recuperação de áreas urbanas antigas, tem um precioso auxiliar nas chamadas "grant". Estas são constituídas por uma verba a determinar, em função das possibilidades de cada proprietário, que todos os Municípios oferecem, a quem deseje melhorar as condições de habitabilidade do seu prédio. Esta verba não constitui para o Município, qualquer compromisso, pois são verbas do Estado não reversíveis em dinheiro, mas em nível social que a Nação deseja.

Na França a inteligente lei Malraux, do seu ministro da Cultura, debruçando-se sobre estes casos, possibilita a criação de Corporações, com base financeira bancária, que aglutinam por com-

praas propriedades em causa, a estudar no seu conjunto produzindo os necessários projectos de recuperação, executam as obras necessárias, valorizando as propriedades que aglutinaram.

Valorizadas estas, é do rendimento aumentado que depois proporcionam, que as Corporações retiram o rendimento do capital que investiram, voltando a propriedade assim valorizada (por nova compra), à posse do anterior proprietário, se este o desejar. De: "Colloque sur la sauvegarde et la mise en valeur des sites et du paysage". Lisboa 1968.

le principe de ces rénovations et de ces mises en valeur, est aujourd'hui, un des principaux soucis du ministère de la Construction et de l'Urbanisme, et du ministère des Affaires Culturelles, chargés de diriger et d'orienter ce type d'operations.

Les obstacles sont tout d'abord

d'ordre politique. Dans un pays très attaché aux traditions de libéralisme et de respect de la personne humaine, le législateur n'a pas toujours les moyens de passer du plan théorique au plan pratique. Ainsi, bien que le principe des rénovations des villes anciennes, soit actuellement admis par un grand nombre de Municipalités, celles-ci hésitent à utiliser les moyens juridiques.

la loi du 4 août 1962, dite loi "Malraux", de façon à pouvoir dans un certain nombre de villes, mettre les propriétaires d'immeubles anciens dans l'obligation de les entretenir, et de les restaurer.

Quanto à legislação nacional existente sobre o assunto, na maioria dos casos ele é desconhecido, por isso, a título documental a mencionamos:

A primeira lei de que temos

conhecimento sobre a defesa e recuperação de monumentos, é o Alvará de 20 de Agosto de 1721, publicado no reinado do Rei absoluto D. João V. reinado do Rei absoluto D. João V (1706–1750). O mesmo rei tinha criado a Academia Real da História Portuguesa.

De facto, D. João V, encarregou em 4 de Novembro de 1720, o erudito clérigo D. Manuel Caetano de Sousa, de lhe apresentar o plano e organização duma academia. Depois de algumas sessões preparatórias, a 8 de Dezembro do mesmo ano, realizou-se a primeira sessão pública da nova agremiação, tendo assistido 34 académicos. Em 4 de Janeiro de 1721, foi pelo Rei aprovado o estatuto da Academia Real de História Portuguesa, a cujos sócios, em número de 50 efectivos, era confiado o encargo de se escrever a história eclesiástica destes reinos, e depois tudo que pertencesse à história deles e suas conquistas.

Além dos sócios efectivos, podia ainda haver outros, os quais, todavia, só podiam ser nomeados pelo Rei.

D. João V concedeu à Academia além de um conto de reis anual, imprensa própria e diversos privilégios, como por exemplo a isenção de censura régia.

“Eu El-Rey Faço saber aos que este Alvará de Ley virem, que por me representarem o Director, e Censores da Academia Real da História Portuguesa, Eclesiastica, e Secular, que procurando examinar por si, e pelos Academicos os Monumentos antigos, que havia, e se podião descobrir no Reyno, dos tempos, em que nelle dominarão os Phenices, Gregos, Persos, Romanos, Godos, e Arabios, se achava que muitos, que pudérão existir nos edificios, estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moédas, e outros artefactos, por incuria, e ignorância do vulgo se tinham consumido, perdendo-se por este modo hum meyo muy proprio, e adequado, para verificar muitas noticias da veneravel antig idade, assi Sagrada, como Politica; e que seria muy conveniente à luz da verdade, e conhecimento dos Seculos passados, que, no que restava de semelhantes memorias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este damno, em que pôde ser muito interessada a gloria da Nação Portuguesa, não só nas materias consenrentes à História Secular, mas ainda à Sagrada, que são o instituto a que se dirige a

dita Academia. E desejando contribuir com o meu Real poder, para impedir hum prejuizo tão sensivel, e tão damnosó á reputação, e gloria da antiga Lusitania, cujo Dominio, e Soberania foi Deos servido dar-me; Hey por bem, que daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrúa em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estatuas, marmores, e cipos, em que estiverem esculpidos algumas figuras, ou tiverem letreiros Phenices, Gregos, Romanos, Goticos, e Arabicos; ou laminas, ou chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres; como outro-si medalhas, ou moédas, que mostrarem ser daqueles tempos, nem dos inferiores até ao reynado do Senhor Rey D. Sebastião; nem encubirão, ou ocultem alguma das sobreditas cousas: e encarrego ás Camaras das Cidades, e Villas deste Reyno tenham muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de simelhante qualidade, que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto; e logo que se achar, ou descobrir alguma de novo, darão conta ao Secretário da dita Academia Real, para ele a comunicar ao Director, e Censores, e mais Academicos; e o dito Director e Censores com a noticia, que lhes se participar, poderão dar a providencia que lhes parecer necessaria, para que melhor se conserve o dito monumento assi descoberto; se o que assi se achar, e descobrir novamente, forem laminas de metal, chapas, ou medalhas, que tiverem figuras, ou caracteres, ou outro-si moédas de ouro, prata, cobre ou de qualquer outro metal, as poderão mandar comprar o Director, e Censores, do procedido da consignação, que fui servido dar para as despesas da dita Academia; e as pessoas de qualidade, que contravierem esta minha disposição, defazendo os edificios daquelles Seculos, estatuas, marmores, e cippos; ou fundindo laminas, chapas, medalhas, e moédas sobreditas; ou também deteriorando-as em fôrma, que senão possam conhecer as figuras, e caracteres; ou finalmente encubrindo-as, e occultando-as, além de incorrerem no meu desagrado, experimentarão também a demonstração, que o caso pedir, e merecer a sua desatenção, negligencia, ou malicia; e as pessoas de inferior

condição incorrerão nas penas impostas pela Ordenação do Liv. 5. Tit. 12 §. 5., aos que fundem moeda; e porque os que acharem algumas laminas, chapas, medalhas, e moédas antigas, as quereirão vender, e reduzir a moeda corrente, as Camaras serão obrigadas a compra-las, e paga-las promptamente pelo seu justo valor, e as remetterão logo ao Secretario da Academia, que fazendo-as presentes ao Director, e Censores, se mandará satisfazer ás Camaras o seu custo; e para que em tudo se cumpra este Alvará, como nelle mando, ordeno ao Regedor da Casa da Suplicação, Governador da Rellação, e Casa do Porto, e aos Desembargadores das ditas Casas, Corregedores destas Cidades, e aos mais Corregedores, Ouvidores, Provedores, Juizes, Justicas, Officiaes, e pessoas dos meus Reynos e Senhorios, que o cumprão, e guardem e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém. E para que venha á noticia de todos, mando ao D.or Joseph Galvão de Lacerda, do meu Conselho, e Chanceler mor dos ditos meus Reynos, faça publicar este meu Alvará na Chancelaria, e enviar logo Cartas com o traslado delle sob meu Sello, e seu signal, a todas as Camaras das Cidades, e Villas do Reyno, sem excepção alguma, e ainda ás das Terras dos Donatarios, e aos Corregedores, Ouvidores das Comarcas, e aos dos mesmos Donatarios, em que os Corregedores não entraão por Correição, aos quaes mando, que logo o publiquem, e fação publicar em todos os Lugares das suas Comarcas; e se registrarão nos Livros do Desembargo do Paço, aonde semelhantes se costumão registrar, e este proprio se lançará na Torre do Tombo. Braz de Oliveira o fez em Lisboa Occidental a 20 de Agosto de 1721. Manuel Galvão de Castel—Branco o fez escrever, REY. Na Regia Officina Typografica”.

Legislação Trigoso Vol. 12 — 1707 a 1742. Res 11/2/12

Alvará de 20 de Agosto de 1721

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

As posteriores tentativas de legislação, datam do fim do século passado, motivadas pela criação da comissão dos Monumentos Nacionais.

No princípio deste século, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, publica um folheto programa, propondo a fundação duma associação, com o fim expresso de defender e preservar,

o carácter arquitectónico e urbanístico da cidade de Évora.

Hoje, além de úteis associações de carácter privado, conta-se com: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção-Geral dos Assuntos Culturais do M.E.N., Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Autarquias Municipais.

Todos estes organismos são, todavia, apoiados por uma legislação débil e desactualizada, que cobre apenas a Defesa dos Sítios, dos Monumentos Nacionais e do Património Artístico.

Dentro dessa legislação destacam-se como mais importantes, as leis e decretos seguintes:

- Lei nº. 1 700
- Decreto-lei nº. 20 985
- Decreto-lei nº. 21 261
- Decreto nº. 21 875
- Decreto-lei nº. 23 122
- Decreto-lei nº. 28 468
- Decreto-lei nº. 33 993
- Decreto-lei nº. 31 467
- Lei nº. 2 032
- Decreto-lei nº. 38 508
- Decreto-lei nº. 38 888
- Decreto-lei nº. 38 906
- Decreto-lei nº. 39 600
- Decreto-lei nº. 39 847
- Decreto-lei nº. 40 388
- Decreto-lei nº. 166/70
- Decreto-lei nº. 181/70
- Lei nº. 2 078
- Decreto-lei nº. 45 986
- Decreto-lei nº. 43 320
- Decreto-lei nº. 37 575
- Decreto-lei nº. 39 185
- Circular da Direcção Geral da Administração Política e Civil, do Ministério do Interior, 2ª. repartição, Lº. 13-A, nº. Z-1/39, de 12.6.1954.
- Projecto de decreto-lei nº. 11/IX de 29.4.1970.

Porque relativamente recente, parece-nos lógico mencionar um despacho da Câmara Municipal de Lisboa, que impede a delapidação do património da Cidade, em defesa dos valores históricos e artísticos da capital. Foca especialmente, os aspectos referentes a prédios revestidos a azulejos, e conser-

vação de valores patrimoniais, tendo no total dezassete artigos.

4. Regulamento

O presente Regulamento, foi elaborado tomando como base, o Regulamento feito pela Secção de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana, Direcção dos Serviços de Planeamento Urbanístico, da D.G.S.U., quando do Estudo apresentado por aquela Secção, para a cidade de Tavira, executado pelos arquitectos Joaquim Cabeça Padão e Mário Jorge Bonito.

Embora tendo sido tomado como base, foi também indispensável introduzir algumas alterações, devido à organica do trabalho ora apresentado, e ao carácter específico da zona estudada.

Em Setúbal, são considerados Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público, e portanto abrangidos por legislação correspondente a essas classificações, os seguintes edifícios:

- Castelo de S. Filipe, decreto nº. 23 007 de 30.VIII.1933, zona de protecção de 27.VII.1962.
- Igreja e Claustro do antigo Mosteiro de Jesus, incluindo a primitiva Casa do Capítulo, decreto nº. 23 007 de 30.VIII.1933, zona de protecção de 15.VI.1946.
- Escadaria que da entrada da Misericórdia dá acesso ao respectivo átrio superior, decreto nº. 23 008 de 30.VIII.1933.
- Ermida de Nossa Senhora do Livramento, da antiga Confraria de marheiros e pescadores, decreto nº. 23 016 de 2.10.1933.
- Cruzeiro; Porta da Gafaria; Pelourinho; Igreja Matriz de Santa Maria da Graça, decreto nº. 40 361 de 20.X.1955, zona de protecção de 30.IV.1960.
- Portal Manuelino da Igreja de S. Julião

TÍTULO I—Disposições de Natureza Administrativa

Capítulo I Generalidades

Artº. 1º. O presente regulamento considerada as disposições contidas no R.G.E.U., decreto lei nº. 38 383 de 7 de Agosto de 1951, e decreto lei nº. 166/70 de 15 de Abril de 1970, destacando como muito importante os artigos 121º. e 122º. do

referido R.G.E.U., que se transcreve

“Artº. 121º. — As construções em zonas urbanas ou rurais, seja qual for a sua natureza ou o fim a que se destinam, deverão ser delineadas, executadas e mantidas, de forma a que contribuam para a dignificação e valorização estética do conjunto em que venham a integrar-se. Não poderão ser erigidas quaisquer construções susceptíveis de comprometerem, pela sua localização, aparência ou proporção, o aspecto das povoações ou dos conjuntos arquitectónicos, edifícios e locais de reconhecido interesse histórico ou artístico, ou de prejudicar a beleza das paisagens.

Artº. 122º. — O disposto no artigo anterior, aplica-se integralmente às obras de conservação, reconstrução ou transformação de construções existentes”.

§ único. O presente regulamento engloba as “Considerações Gerais” mencionadas no Estudo Prévio.

Artº. 2º. O presente regulamento, a aplicar dentro das Áreas Sensíveis, estabelece que a Câmara Municipal, se obriga a conservar o carácter urbano e arquitectónico dessas áreas, preservando e recuperando sempre que possível, o seu interesse paisagístico, e em especial o seu interesse arquitectónico, arqueológico, histórico ou evocativo, garantindo por esse meio, a conservação do valor estético da Cidade, e bem assim, a fazer cumprir as classificações apresentadas no presente estudo.

Artº. 3º. Todas as obras de reconstrução, remodelação, ou reparação, em prédios agrangidos pela área sensível, necessitarão de prévia licença camarária.

§ 1º. — A Câmara Municipal não deverá conceder licença para execução das obras referidas no corpo deste artigo, sem previamente verificar que elas não colidem com as normas e orientações contidas no presente estudo.

§ 2º. — Em caso de dúvida quanto à interpretação do presente estudo, poderá a Câmara Municipal consultar para esclarecimento a D.G.S.U..

Artº. 4º. Dentro de áreas sensíveis, sugere-se a prévia aprovação da D.G.S.U., além do caso referido no § 2º. do art. 3º. deste regulamento:

1º. Os projectos de edifícios que pelo seu uso, decoração ou volume, afectam edifícios de qualidade, imóveis

de interesse público ou monumentos nacionais.

2º. Os projectos de edifícios que visem o aumento dos volumes existentes.

3º. Os projectos de edifícios a reconstruir totalmente.

Artº. 5º. No caso de em qualquer alteração ou reparação de obras, ser descoberto qualquer elemento arquitectónico ou arqueológico considerado de interesse, no seu todo ou em parte, deverá a Câmara Municipal imediatamente cancelar a licença para obras concedida, para de seguida, se proceder ao estudo e identificação dos elementos descobertos, reservando-se à Câmara Municipal e ao Ministério da Educação Nacional, a melhor orientação futura a dar a essa obra.

Capítulo II Definição da Área Afectada pelo Presente Regulamento e Classificação de Edifícios

Artº. 6º. A área urbana da cidade afectada pelo presente regulamento, está claramente definida no Mapa 1, considerando-se como área sensível aquela em que existe interesse histórico-artístico, e unidade urbana.

A área sensível prospectada, é definida por uma linha contínua castanha, e a que não foi prospectada por uma linha tracejada castanha.

Artº. 7º. Deverão ser observadas as classificações constantes nos mapas elaborados, entendendo-se que:

- Edifícios de qualidade, deverão ser preservados e recuperados.

- Edifícios de Acompanhamento, o mesmo que para os edifícios de qualidade, salvo se a sua demolição ou remodelação for devidamente justificada por condições de salubridade, habitabilidade ou durabilidade.

- Edifícios dissonantes, admite-se hipótese de demolição, embora se deva encarar prioritariamente uma recondução.

- Sem interesse, de necessária alteração.

Artº. 8º. Em áreas urbanas próximo de áreas sensíveis, os edifícios e espaços projectados deverão observar a boa qualidade de construção, e ter integração com as mesmas áreas sensíveis.

TÍTULO II — Áreas Sensíveis

Artº. 9º. Nas áreas urbanas

sensíveis, de fundamental interesse, poderão ser aprovados projectos que satisfaçam as condições de Uso, Volume e Estética, que a seguir se descrevem.

Capítulo I Das Condições de Uso

Artº. 10º. Serão permitidos todos os usos que os regulamentos municipais e outros vigentes permitam, sempre que estes não sejam incompatíveis com a conservação da malha urbana, e ambiente criado pelos edifícios nessa área sensível.

Artº. 11º. A utilização industrial nesta área sensível, corresponde exclusivamente à de instalações de tipo artesanal, não podendo nestas indústrias e em qualquer caso, produzirem-se fumos ruídos ou cheiros, que possam ser objecto de incomodidade para os utentes desta área.

§ único. A potencia dos motores a utilizar isoladamente e cada unidade, não excederá 3 cv.

Artº. 12º. O uso de garagens deverá reduzir-se às de carácter particular, nunca colectivo, e sempre que a sua instalação seja possível do ponto de vista estético, e não interfira com os arruamentos exclusivamente destinados a peões, já existentes ou que venham a ser considerados.

Artº. 13º. A utilização da construção nesta área urbana sensível, quando afecte edifícios cuja classificação seja de Qualidade ou superior, de reconhecido interesse artístico e como tal classificados (Mapa 2), ficará pendente de se considerar ou não essa utilização, incompatível com a dignidade desses edifícios, ou com a conservação do carácter do ambiente.

§ único. Deverão ser recuperados todos os edifícios ou espaços urbanos, que não satisfaçam o disposto nos artigos 10º., 11º. e 12º. deste capítulo.

Capítulo II Das Condições de Volume

Artº. 14º. Entende-se que a área sensível, como tal classificada, do ponto de vista do volume dos edifícios nela contidos, deverá manter quanto possível, a forma existente, que define a sua silhueta, talvez um dos seus maiores valores, não sendo de permitir o aumento dos volumes existentes, salvo em casos inteiramente justificados e, como se sugere no artº. 4º. deste regulamento, sobre parecer da D.G.S.U.

Artº. 15º. Nesta área urbana sensível, não poderão ser reduzidas as

superfícies de pátios, jardins ou outros espaços livres existentes, salvo em casos resultantes de estudos de conjunto, e inteiramente justificados.

§ único. Deverá proceder-se sempre que possível à libertação dos espaços que estão actualmente ocupados por barracões, garagens ou lixeiras, e que por isso contrariam o disposto nas condições de uso.

Capítulo III Das Condições de Estética

Artº. 16º. As obras de reparação ou de adaptação a realizar nos edifícios dentro da área sensível, só serão de permitir quando conservem o carácter do edifício em geral, bem como os elementos arquitectónicos, que lhe dão carácter particular.

§ único. Tratando-se de edifícios dissonantes (Mapa 4), deverá ser encaraada prioritariamente a hipótese de re-integração, nas características arquitectónicas locais.

Artº. 17º. Quando os edifícios desta área sensível, necessitarem em elementos deteriorados, ou mesmo em parte das suas fachadas, de restauro ou reforma, ou sejam classificados como dissonantes, atender-se-á ao carácter geral do edifício, devolvendo-o ao primitivo estado, utilizando sempre nas reparações necessárias materiais de igual procedência e qualidade.

Artº. 18º. Quando em edifícios desta área sensível, se verificarem condições de ruína que recomendam a sua demolição, e por outro lado esses edifícios sejam considerados de Qualidade ou categoria superior, deverá proceder-se à sua reconstrução pelo modo seguinte:

1º. Deverá ser feito um rigoroso levantamento desenhado do edifício existente, acompanhado de pormenorizada documentação fotográfica.

2º. Proceder-se-á de seguida à elaboração do projecto, que respeitará integralmente as características exteriores do prédio a demolir.

3º. Interiormente considerar-se-ão, se disso houver necessidade, as alterações convenientes, desde que não impliquem na alteração das fachadas.

4º. Usar-se-ão os materiais removidos susceptíveis de utilização.

§ único. Os casos abrangidos por este artigo, sugere-se fiquem dependen-

tes de parecer da D.G.S.U. (artº. 4º, deste regulamento).

Artº. 19º. Coberturas — Deverá considerar-se prioritariamente o uso de tellia de canudo, providenciando-se quando em obras de remodelação ou reparação, a substituição de tipos de cobertura em especial os de "telha de Marselha" e de fibro-cimento.

Artº. 20º. Deverá proibir-se em absoluto, a demolição ou deformação de quaisquer pormenores considerados notáveis (Mapa 2).

Artº. 21º. Comércio — As obras de natureza comercial deverão merecer cuidados especiais, tendo em vista o carácter e expressão arquitectónica dos edifícios em que venham a integrar-se, proibindo-se o rasgamento de vãos e envidraçados, quando não perfeitamente integrados no carácter desses edifícios. Em qualquer caso, e principalmente em edifícios de qualidade, ficam proibidas quaisquer obras, que neste sentido, alterem as suas fachadas, embora se admita a sua utilização para fins comerciais.

§ Único. Deverão encarar-se nos casos existentes descritos no artigo precedente, uma recondução urgente.

Artº. 22º. Motivos decorativos e "Lettering" — Recomenda-se como norma, o maior cuidado na concepção de elementos decorativos e publicitários do exterior, tais como: remates, platibandas, cercaduras, pináculos, faixas, letras, iluminação; e nos materiais e cores neles empregues.

Artº. 23º. Cores — Nesta área sensível, recomenda-se a maior prudência quanto ao uso das cores, procurando-se criar um ambiente unificado, perfeitamente integrado. O uso de branqueados não suscita problemas, podendo ser praticado sem restrições, assim como as cores tradicionais locais.

Capítulo IV Das Condições de Saneamento

Artº. 24º. Em fase da antiguidade de alguns prédios, tornar-se-á necessário proceder às respectivas condições de salubridade e habitabilidade, por forma a concluir a durabilidade das construções, das necessidades de equipamento, do seu restauro ou remodelação.

Também a grande profundidade de ocupação dos talhões, nalguns casos, deverá ser encarada, por forma a conseguir o seu encurtamento, resultando

a criação de pátios interiores que permitam uma melhor insolação.

SEGUNDA FASE DUAS PROPOSTAS DE SOLUÇÃO PARA ESPAÇOS URBANOS ARQUITECTURADOS — O Largo do Sapalinho e o Largo Francisco Soveral

Estas duas propostas, por terem sido elaboradas por técnicos diferentes, têm é claro, diferente orientação.

No entanto, para a elaboração das duas, teve contributo, todo o trabalho atrás descrito.

Nos dois espaços, as soluções apresentadas, não pretenderam ser "Soluções Propostas", mas sim "Propostas de Solução"; queremos com isto significar, que o principal objectivo, foi fornecer um caminho que, entendemos ser o mais adequado, para uma condigna valorização dum Espaço Urbano Antigo que, não nos cansamos de repetir, deve também participar no desenvolvimento global da cidade.

É possível que existam outras soluções, mas em nosso entender, qualquer delas que pretenda executar a chamada "construção por subtracção", como já afirmou Keil do Amaral, é errada, na medida em que agrava (por não haver um estudo de conjunto) cada vez mais, as situações existentes, no que diz respeito a circulação viária, densidade, e em todos os aspectos já referidos no princípio deste estudo.

Salienta-se ainda que as duas propostas eram susceptíveis de ter alterações, pois na fase em que se elaboraram, de Proposta, têm concertiza insuficiências, não pretendendo ser de forma alguma, um estudo já para execução. Se porventura viessem a ser executadas, haveria a necessidade de proceder à sua revisão mais em pormenor, não só nos aspectos de inquérito e análise, mas também na fase de resolução, havendo a necessidade de constituição duma equipa de trabalho, que englobasse técnicos, desde o sociólogo ao artista plástico.

O LARGO DO SAPALINHO

1. Análise do existente

a) Características físicas

Este espaço urbano, situa-se próximo duma área fortemente vivificada, a Praça de Bocage, embora não tenha com ela praticamente nenhuma relação.

Assim, se analisarmos a planta a que se convencionou chamar de locali-

zação, verifica-se que o "Largo" se encontra encurralado entre construções, dando-lhe acesso quatro "travessas", que pelo próprio nome, definem a pouca comunicação existente com o exterior.

b) Actividades

Tem essencialmente funções ligadas com actividades de armazém, embora existam bastantes fogos de habitação, e até algumas actividades específicas, como se poderá analisar pela respectiva peça desenhada, as quais, por caracterizarem este espaço urbano, se procuraram manter.

Para uma análise de actividades, elaboraram-se fichas numeradas, de inquérito ao prédio, e de habitabilidade, como as que a seguir se mostram:

c) Materiais, cores, "lettering"

Também por uma análise da peça desenhada correspondente, (alçados), se poderá ver o ambiente que nos é dado pelos materiais e cores existentes.

Quanto ao "lettering", considerou-se inexistente.

2. Proposta de solução — Perspectiva do conjunto

Por não se pretender que este trabalho seja utópico, convém mais uma vez salientar aquilo que o plano de urbanização propõe para o local, e ao mesmo tempo fazer uma crítica.

Uma vez que o espaço ora estudado, está integrado na análise feita ao *núcleo central da cidade*, podemos afirmar que:

— quando da execução do ante-plano de urbanização, o autor desse ante-plano preconizava, "um regime de abandono às condições naturais de progressivo envelhecimento, que as haveria de levar, num período de *vinte anos*, a um grau de desvalorização que tornaria economicamente viável a sua destruição pura e simples", (pág. 45 e seguintes da Introdução-Estudo Prévio, vol. I, deste trabalho). *

— quando da revisão posterior desse ante-plano, propunha-se na parte Norte do Largo do Sapalinho, a substituição dos

* Nota: este período de vinte anos já foi ultrapassado.



Avenida

Largo do Sapalinho

R. Ten. Valadim

Rua das Amoreiras

Trav. do Passo

Vasconcelos

Rua Detraz da Guarda

CÂMARA MUNICIPAL
DE SETÚBAL

Rua Luis de Camões

Praça do Bocage

R. Franc^o. do Nascimento

Rua Augusto Cardoso

R. Serpa Pinto

R. do Diário "O Setubalense"

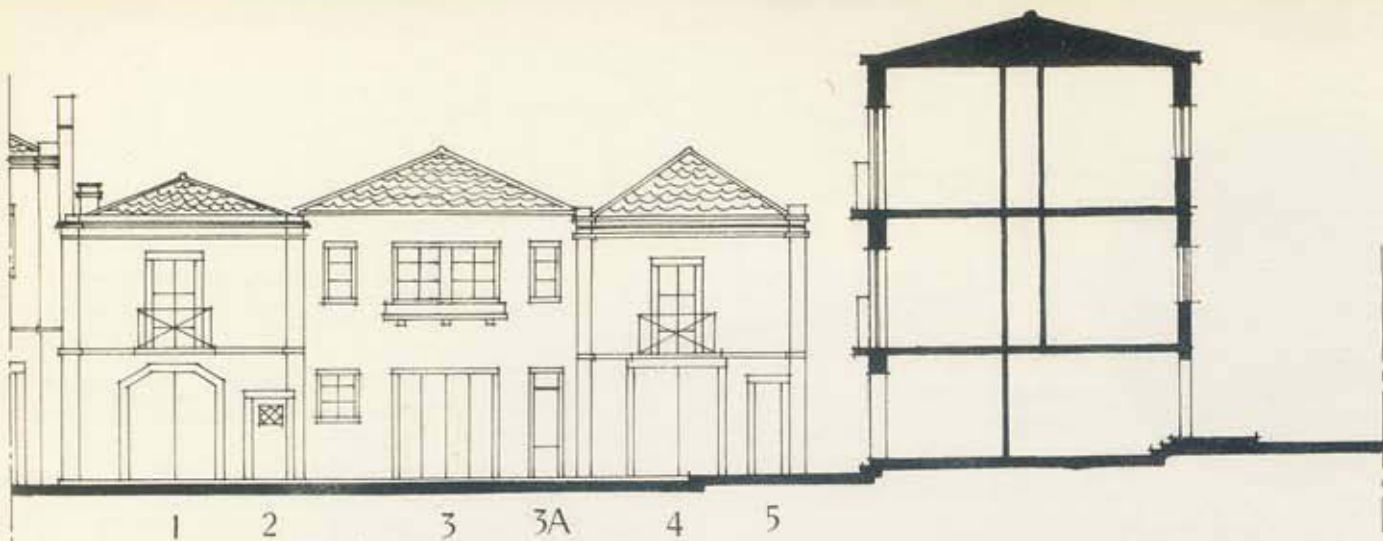
Largo do Dr. Francisco Soveral

Trav. de S. Cristovam

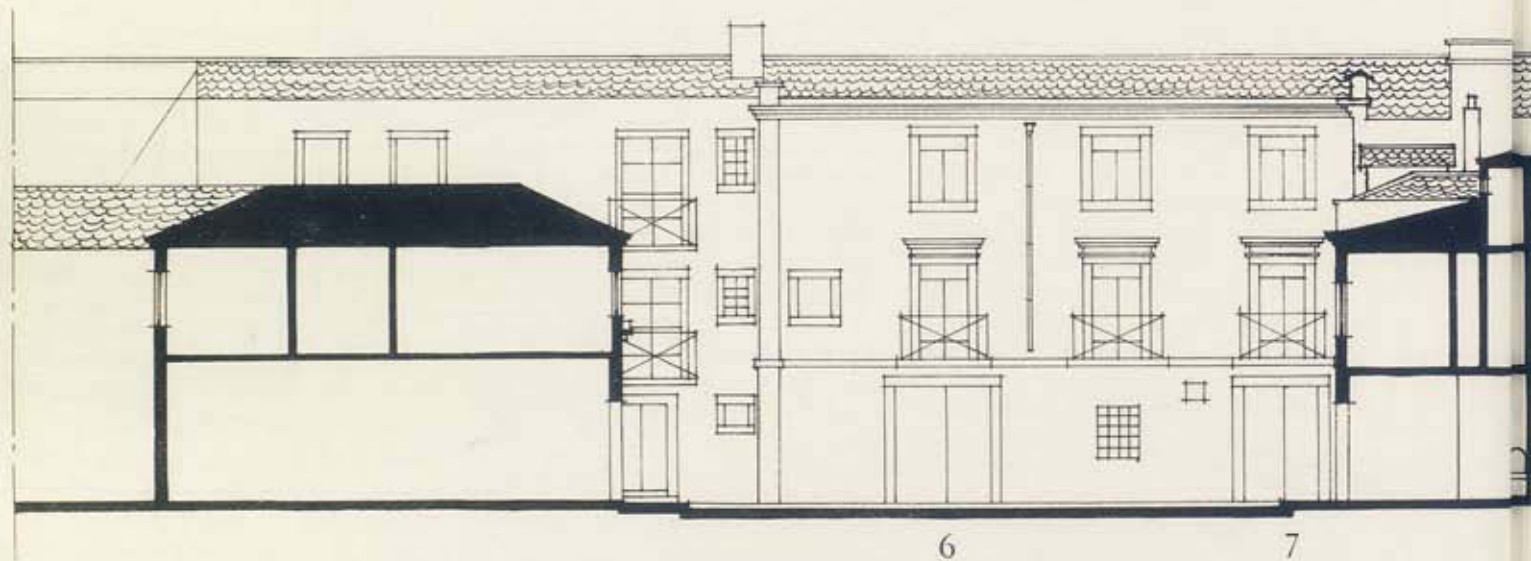
Avenida

Luisa

Todi



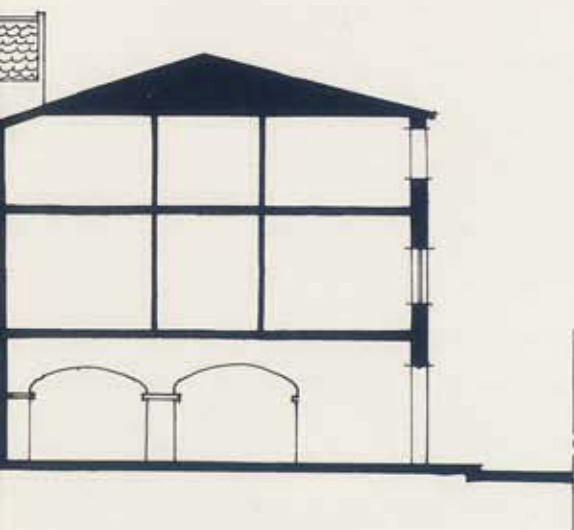
Cores	Amarelo	Verde água	Branco	vãos	Madeira e vidro	Madeira e vidro	Madeira e vidro
revestimento	Pintura a cantaria	Pintura e cantaria	Pintura e cantaria	varandas	Grade de ferro		Grade de ferro
caixilhos	Madeira	Madeira	Madeira	cobertura	Telha	Telha	Telha
						Floreira	



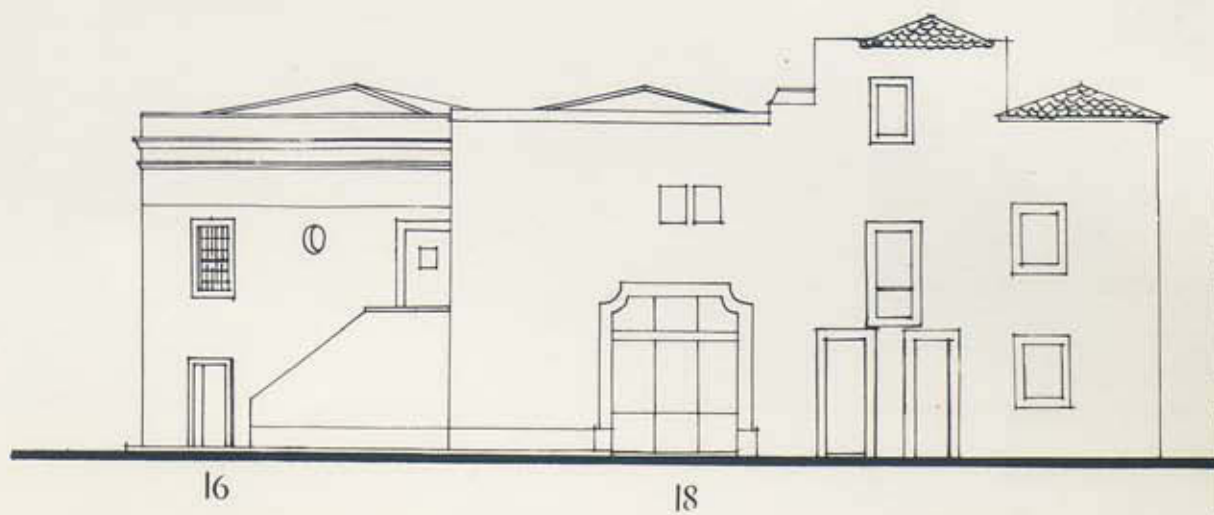
Cores	Branco	Vãos	Vidro e Madeira
Revestimento	Pintura e cantaria	Cobertura	Telha
Caixilhos	Madeira	Varandas	Grade de ferro



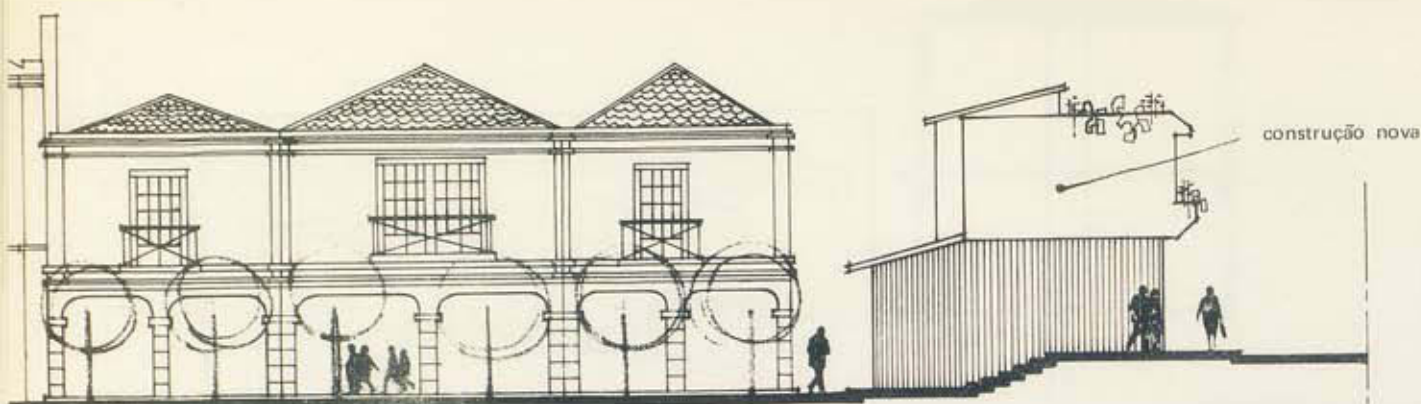
Cores	Amarelo	Branco	Azul	Amarelo	Vãos	Vidro e Madeira	Vidro e Madeira	Vidro e Madeira	Vidro
Revestimento	Pintura e cantaria	Pintura	Pintura	Pintura	Cobertura	Telha	Telha	Telha	Telha
Caixilhos	Madeira	Madeira	Madeira	Madeira	Varandas	Grade de ferro		Grade de ferro	



análise do existente alcados

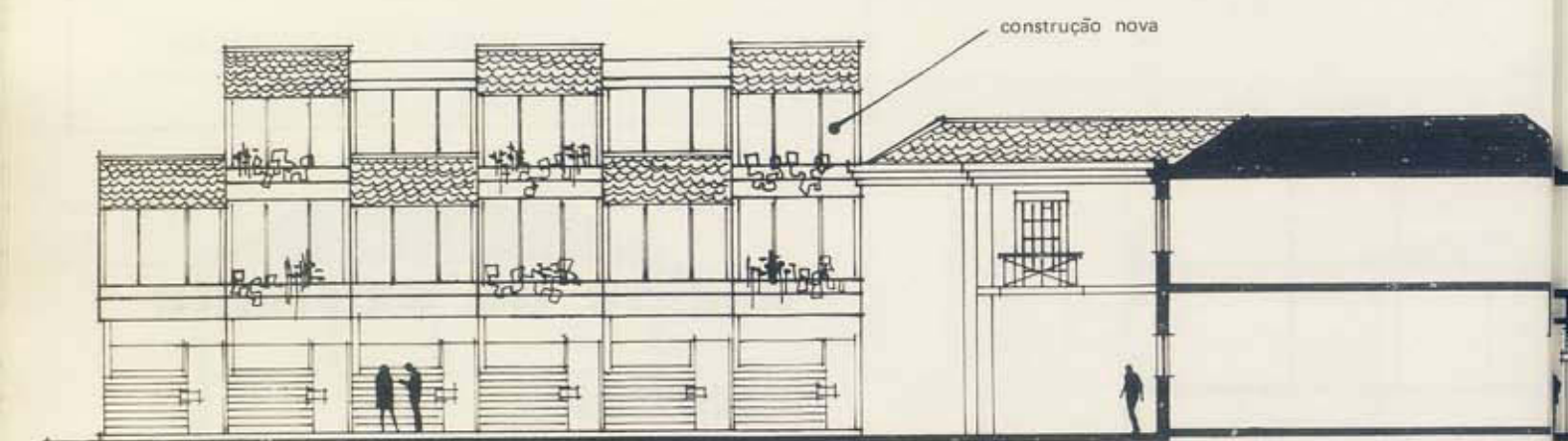


Cores	Amarelo	Vãos	Vidro e madeira
Revestimento	Pintura e cantarias	Cobertura	Telha
Caixilhos	Madeira		



Cores	Branco	Vãos	Vidro e madeira
Revestimento	Pintura e cantaria	Varandas	Grade de ferro
Caixilhos	Madeira	Cobertura	Telha de canudo
		Obs.:	pilares criados na galeria revestidos a "Brecha de Anébide"

1



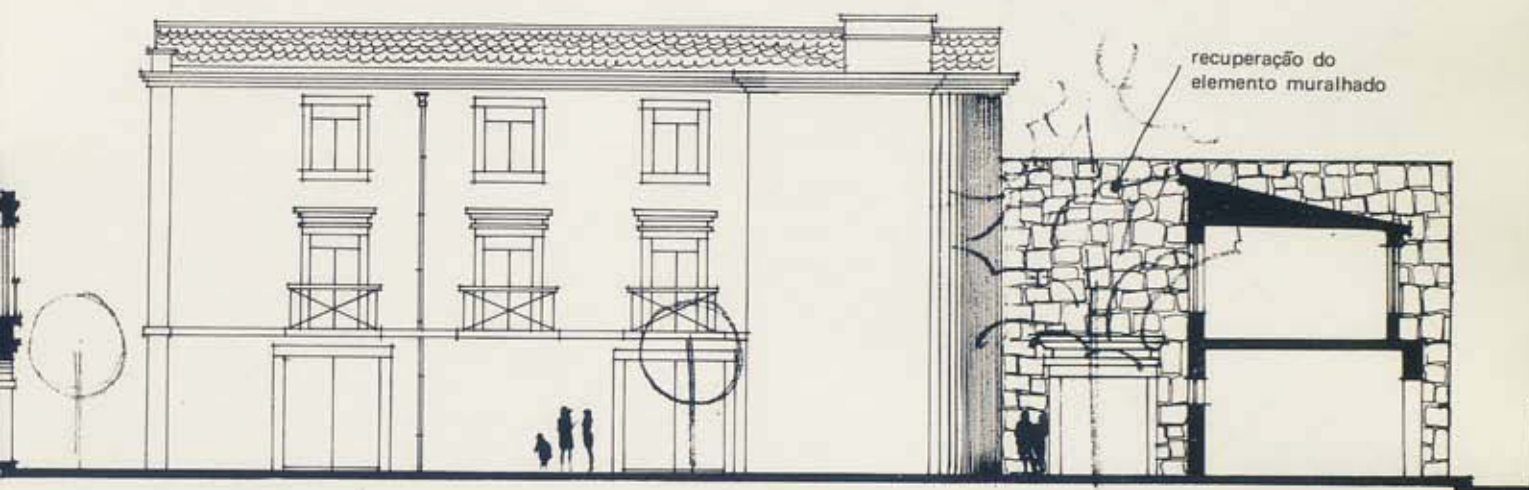
Cores	Branco	Vãos	Vidro
Revestimento	Pintura e cantaria	Cobertura	Telha de canudo
Caixilhos	Madeira	Varandas	Grade de ferro
		Obs.:	alteração das portas do r/c — vidro e cantaria tubo de queda — preto fosco ou azul forte



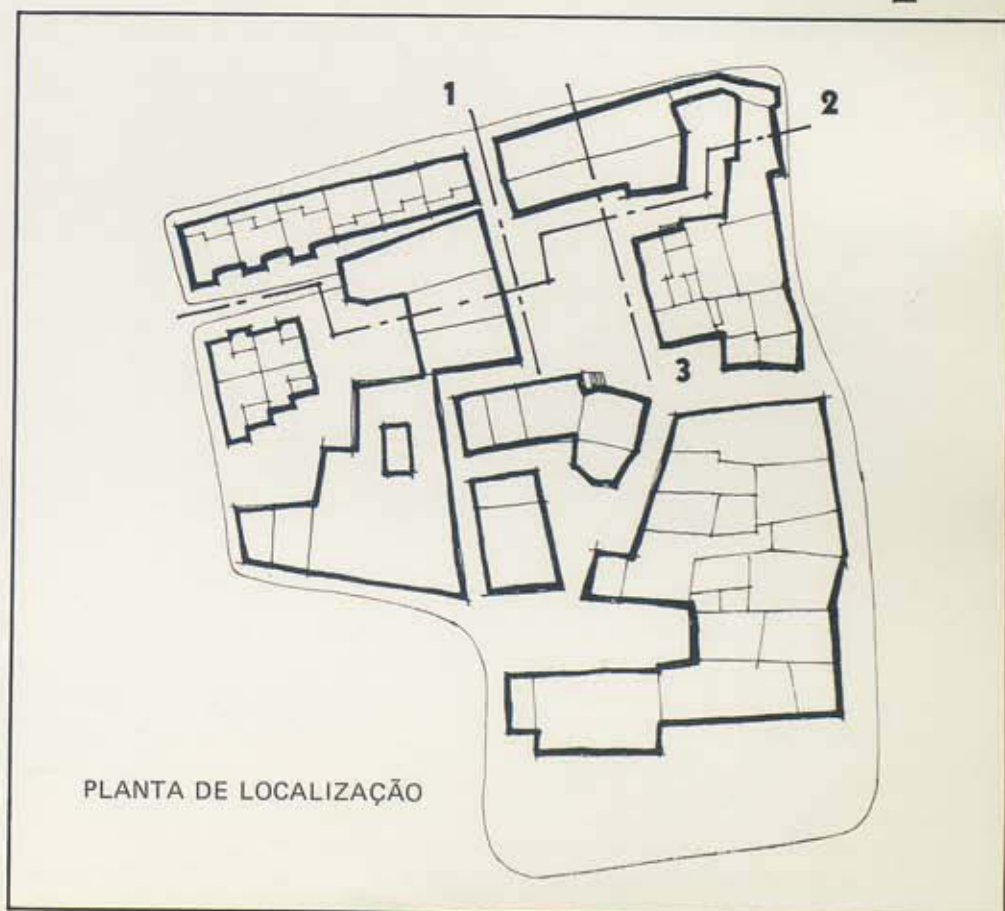
Cores	Azul forte	Branco	Vãos	Vidro	Vidro
Revestimento	Pintura e cantarias	Pintura e cantarias	Cobertura	Telha de canudo	Telha de canudo
Caixilhos	Madeira	Madeira	Varandas		Grade de ferro
			Obs.:	Pilares da galeria criada, revestidos a "Breche de Anébide"	

3

proposta de solução alcados



2





prédios existentes, por outros com maior número de pisos.

Ora, pelo que atrás já ficou dito, nenhum destes tipos de solução, vem ao encontro duma valorização devidamente planificada, no intuito de promover, uma zona antiga deteriorada, mas que pelos seus valores históricos, e de malha urbana com características próprias, merece essa mesma valorização.

Procurou-se, assim, com a solução agora proposta, criar uma unidade, cujo progresso não se confunda com destruição, e uma escala antropológica humana, no fundo um Urbanismo que o homem viva e não consuma.

a) Demolições, edificações, espaços livres, arborização

As demolições praticadas, tiveram o intuito, de fornecer principalmente, condições de habitabilidade às constru-

ções vizinhas, assim como a recuperação de logradouros privados, tornados espaços públicos.

Ainda dentro deste parágrafo, salientamos que todas as actividades existentes foram mantidas, incluindo a garagem, a qual passou a ter outro acesso (ver peças desenhadas-Proposta de Solução). Isto porque se pretende suprimir a circulação de veículos, no interior do largo, à excepção de viaturas de socorro, e uma vez que o mesmo não constitui zona imprescindível de atravessamento, para o centro do núcleo. Para suprimir a falta de estacionamento, pois o largo actualmente também funciona como estacionamento de viaturas, poderemos admitir a hipótese dum estacionamento subterrâneo, com acesso pela única penetração de veículos que se marcou na peça desenhada.

Propõem-se assim demolições (conforme desenho), na R. Dr. José Braz, Trav. dos Pasteleiros e Trav. do Carmelo, libertando ainda o logradouro existente, formado pelas partes posteriores das construções da R. Detraz da Guarda, Trav. dos Dançantes e R. Dr. José Braz (confrontar com peças desenhadas da análise do existente).

Os novos edifícios praticados, deverão ser na escala dos existentes, máximo de três pisos, ver Proposta de Solução-Alçados.

Libertou-se também o elemento muralhado ainda existente, ligado a um edifício de qualidade arquitectónica, e que deverá ser devidamente restaurado e preservado, e onde poderão passar a funcionar, quaisquer actividades de carácter cívico (colectivo).

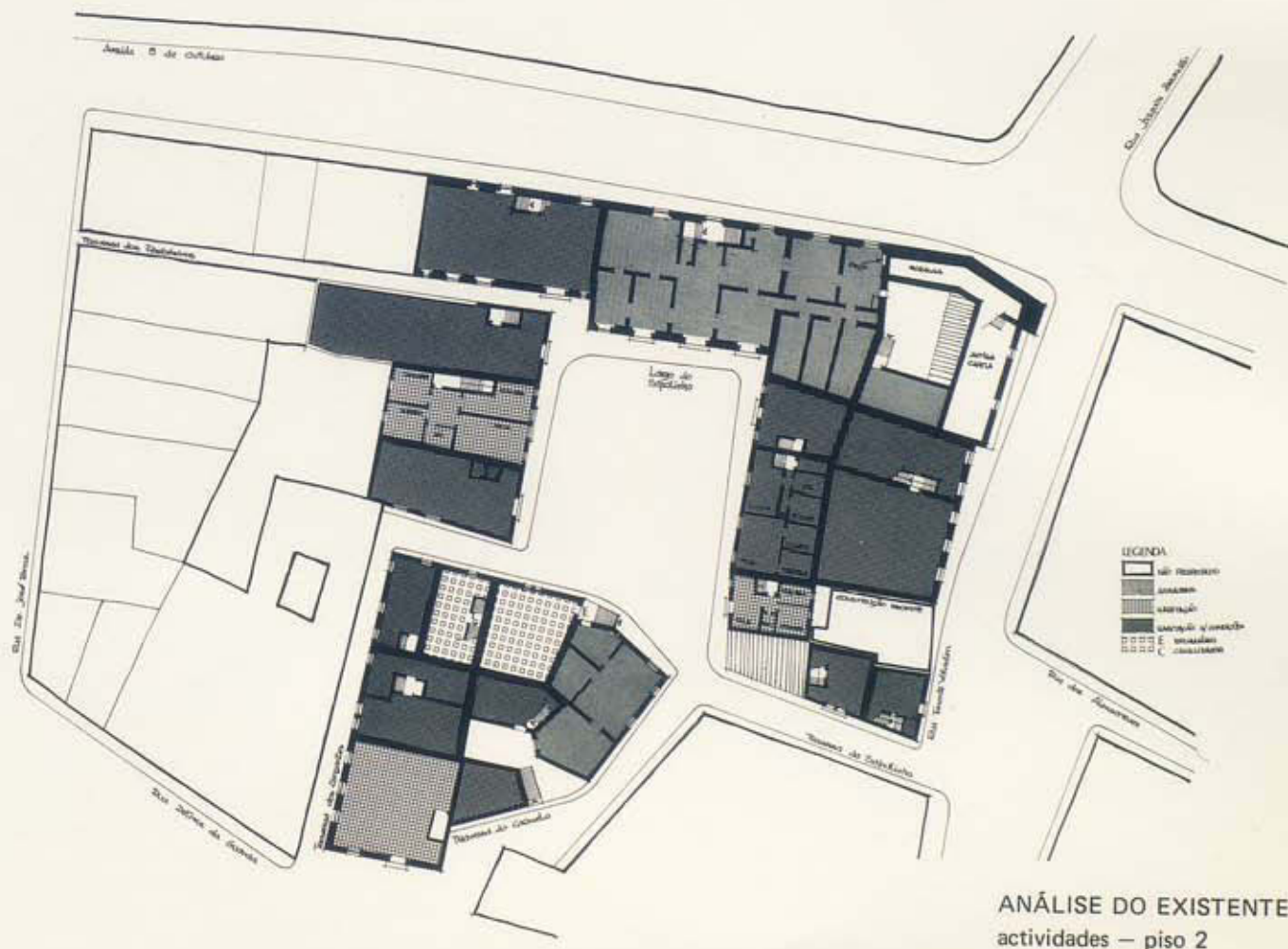
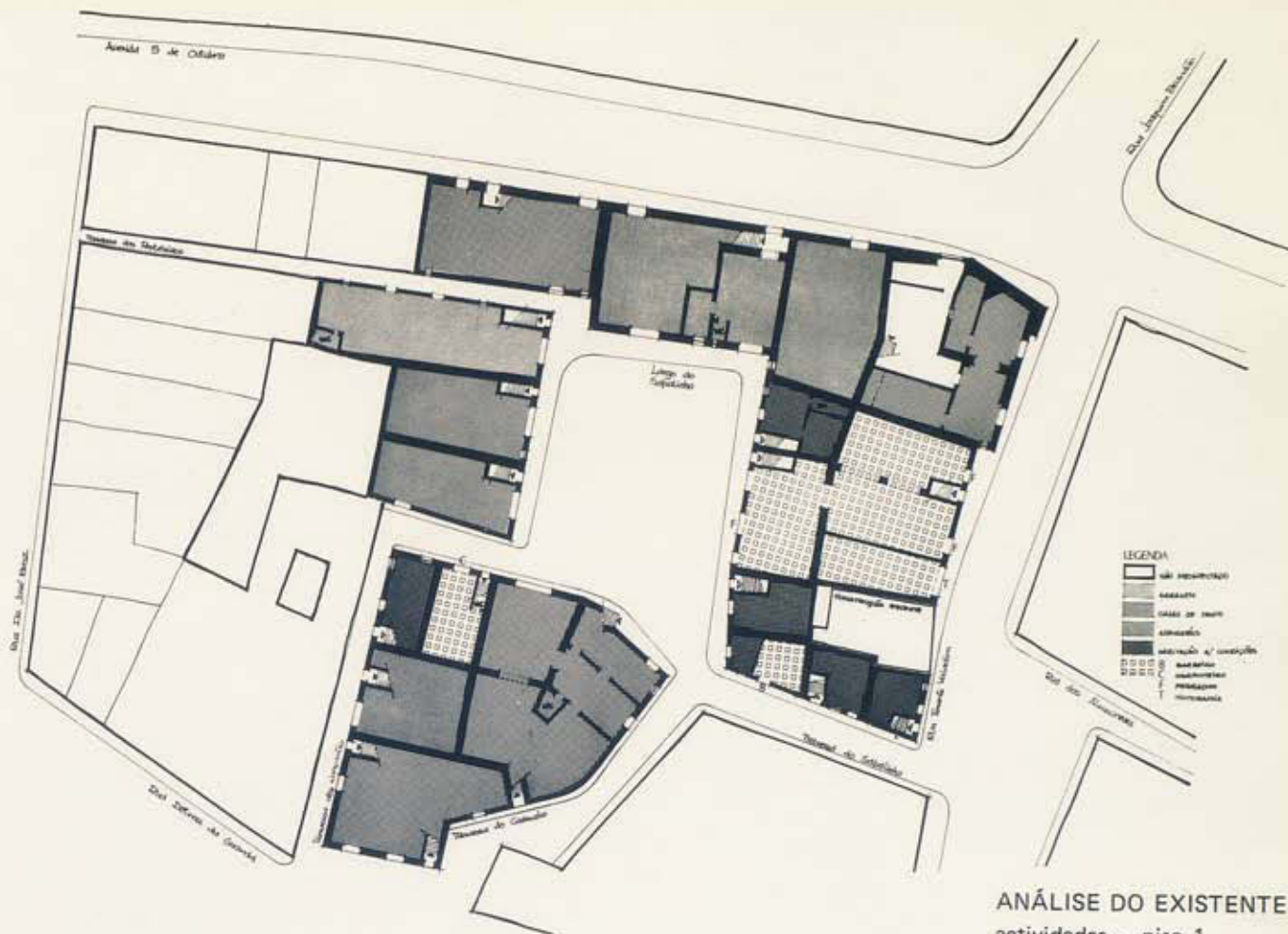
Entre a R. Detraz da Guarda e a Trav. do Sapalinho, reestruturou-se um espaço que devia ter existido, e que foi posteriormente ocupado.

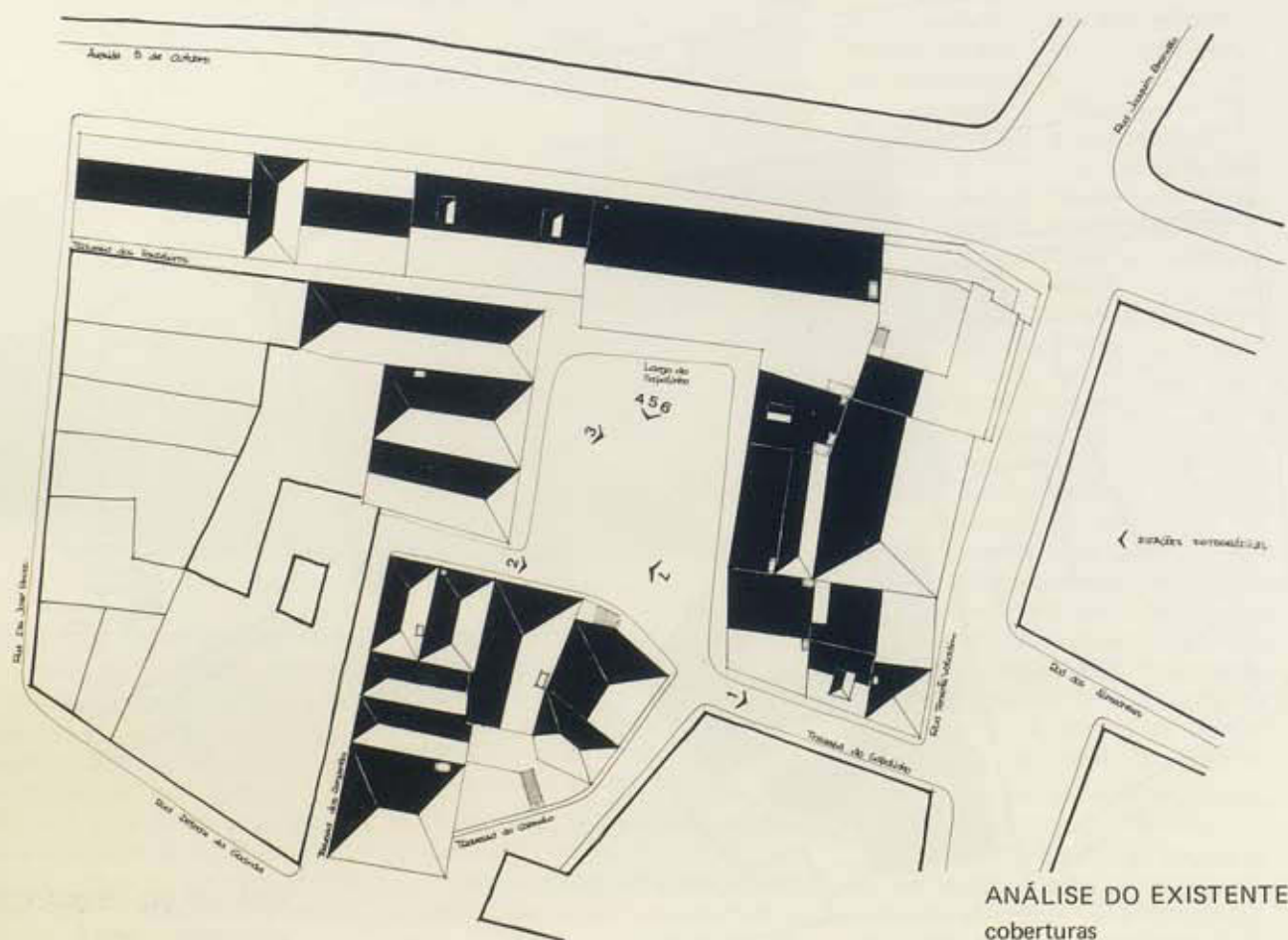
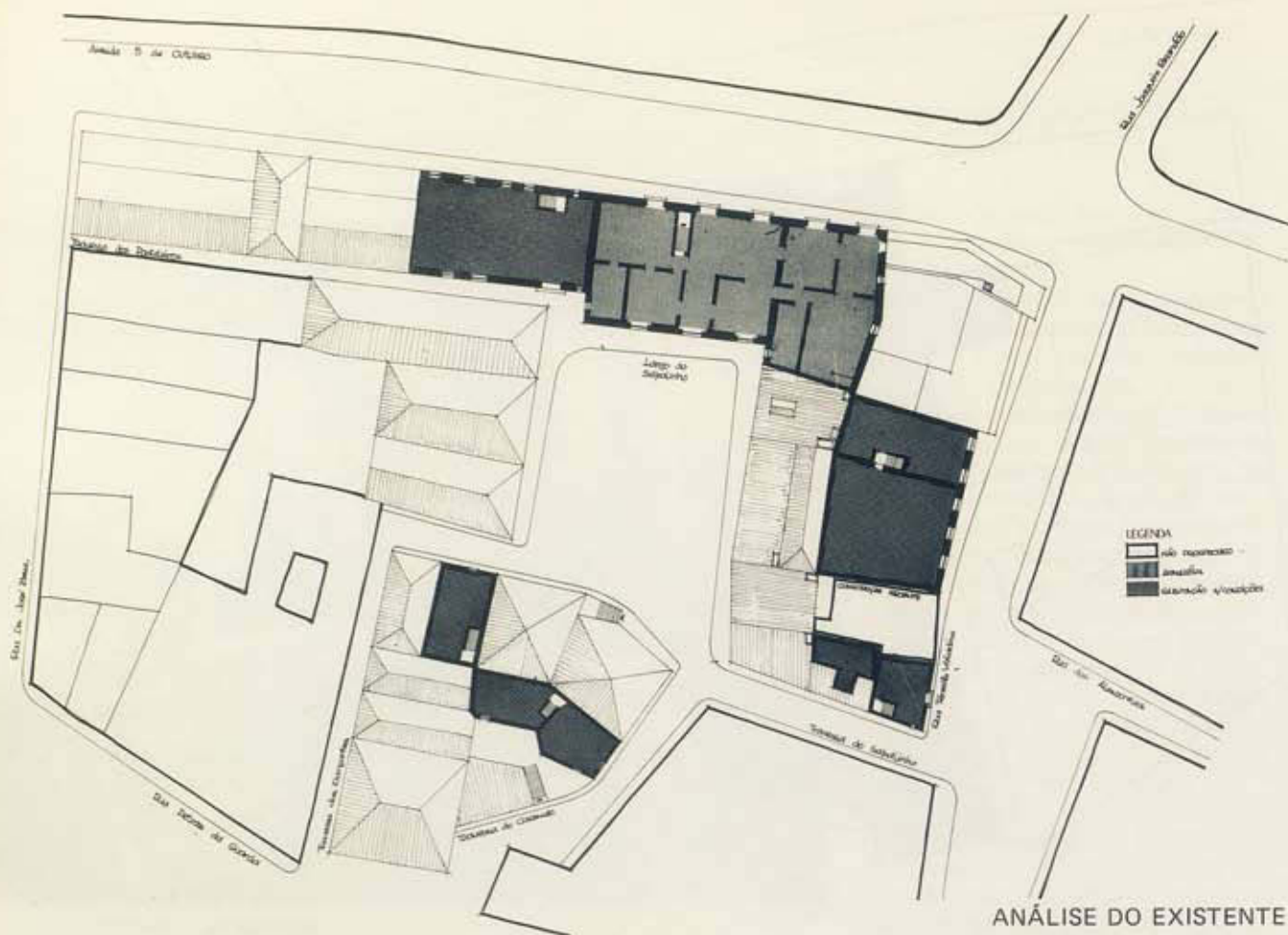
Pela Proposta de Solução-Alçados, se poderá ver a terapêutica inicial para cada um dos edifícios, e ainda as galerias cobertas que se criaram nas zonas laterais do largo.

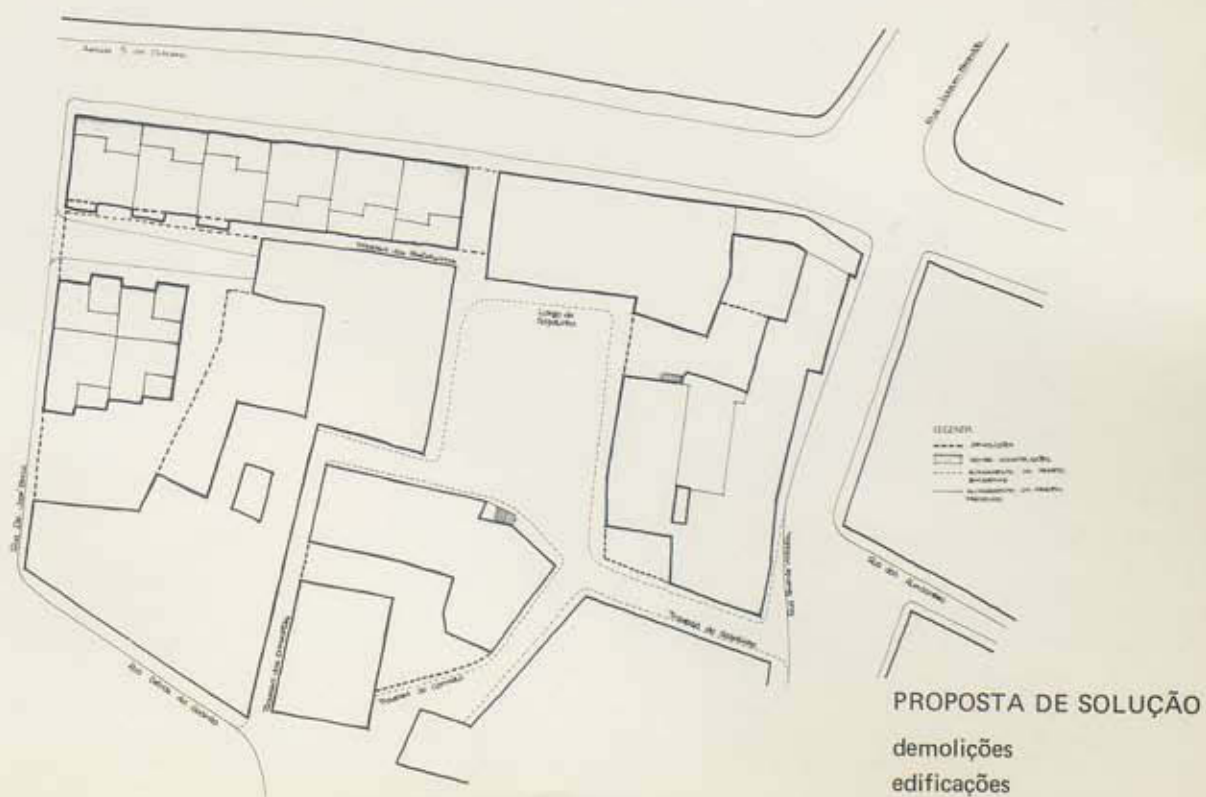
Quanto à arborização, actualmente não existe uma única árvore, foi estudada (ambora devesse ser objecto dum estudo específico), procurando dar ao local características curiosas, daí a localização de laranjeiras, árvore característica da região de Setúbal.

b) Utilização de elementos antigos, mobiliário urbano, pavimentos

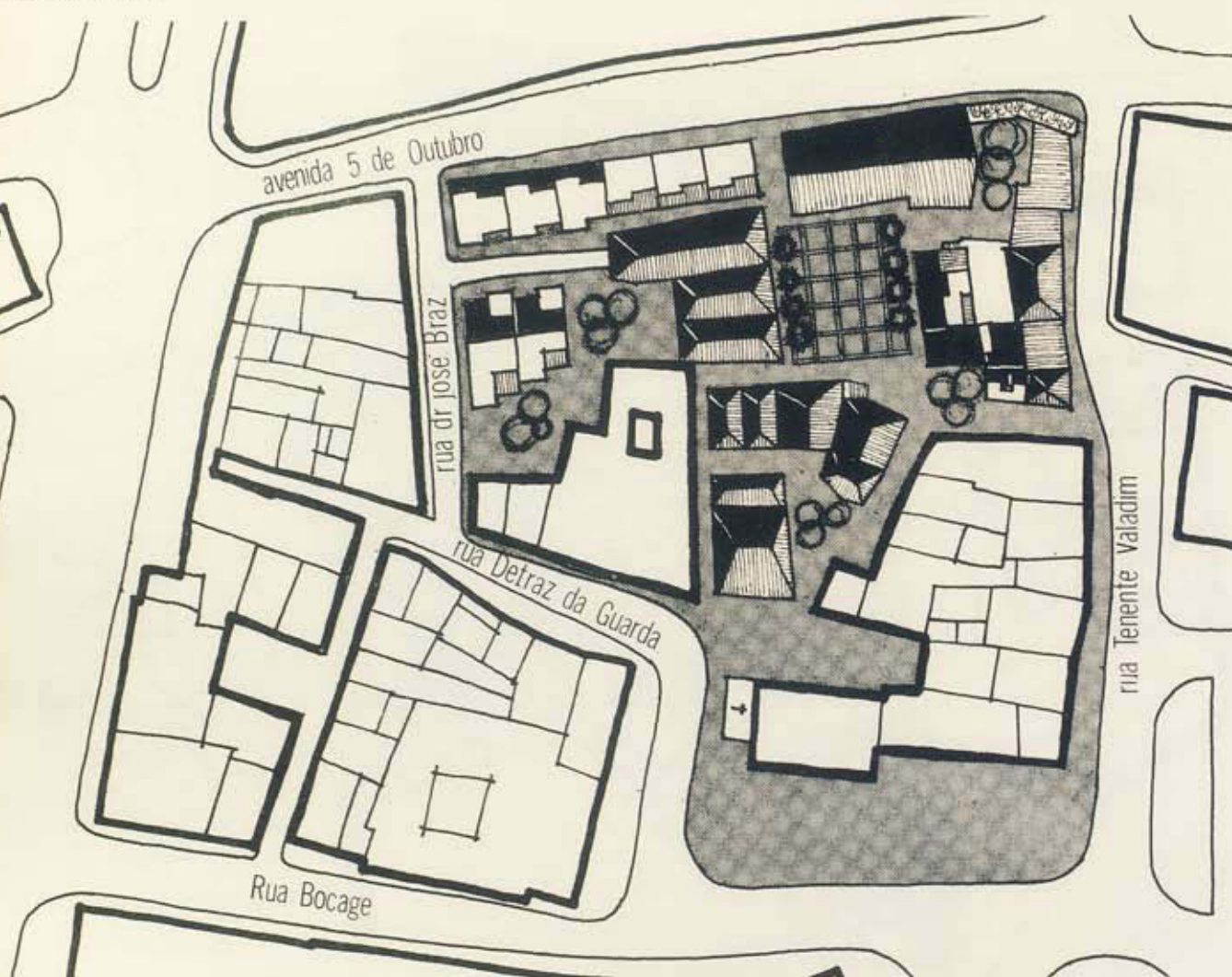
Em virtude de o largo ser pobre em elementos antigos isolados, que pudessem ser ainda utilizados como mobiliário urbano, ou elementos deco-







PROPOSTA DE SOLUÇÃO
enquadramento



*"... o largo funciona como
aparcamento de viaturas ..."*

rativos, além daqueles existentes nas edificações, e que devem ser rigorosamente mantidos, como cantarias, grades, etc., estudou-se um tipo de mobiliário urbano, o qual por si só constituiria, também um estudo independente.

Teremos assim soluções de mobiliário urbano, não só para este largo especificamente, mas que também, e logicamente, poderá ser utilizada em toda a zona inquirida da cidade:

- cabine telefónica
- candeeiro
- banco de jardim
- receptáculo de correio
- caixote de lixo

Como tipo de pavimento, pura e simplesmente a calçada à portuguesa, com desenhos na escala do passo.

A própria qualidade de pavimento, poderá contribuir para uma chamada a circulações de socorro (ambulâncias, bombeiros), nos locais onde se entender necessário localizá-las.



ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA
PAISAGEM URBANA SETÚBAL NÚCLEO CENTRAL
INQUÉRITO E ANÁLISE PROPOSTA DE SOLUÇÃO DUM ESPAÇO URBANO

1 INQUÉRITO AO PRÉDIO

- Construção antiga
- Não tem estacionamento próprio
- Logradouro nas traseiras
- Cor - amarelo
- Materiais revestimento - pintura e cantarias
- Utilização - rés-do-chão: armazém - entrada directa - mau estado
1º. andar: habitação - entrada directa - mau estado

Ficha 1

Fevereiro 1973

Morada: 13, 14, Largo do Sapalinho

2 INQUÉRITO DE HABITABILIDADE

- | | | |
|-----------------------------|--------------------------------|---|
| - Fogo individual | - Fraca insolação | - Abast. águas - cozinha e inst. sanit. |
| - Mau estado de conservação | - Razoável higiene | - Inst. sanitárias - no fogo |
| - Ventilação natural | - Energia - electricidade, gás | - Entrada - escada directa do rés-do-chão |
| - Alguma humidade | - Saneamento - esgoto | - Tem logradouro |

ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA
PAISAGEM URBANA SETÚBAL NÚCLEO CENTRAL
INQUÉRITO E ANÁLISE PROPOSTA DE SOLUÇÃO DUM ESPAÇO URBANO

1 INQUÉRITO AO PRÉDIO

- Contrução recentemente remodelada
- Não tem estacionamento próprio
- Logradouro nas traseiras
- Cor - verde água
- Materiais revestimento - pintura
- Utilização - rés-do-chão: armazém - entrada directa - razoável estado
1º. andar: habitação - bom estado

Ficha 2

Fevereiro 1973

Morada: 3 - 3A, Largo do Sapalinho

2 INQUÉRITO DE HABITABILIDADE

- | | | |
|--|--------------------------------|---|
| - Fogo individual | - Fraca insolação | - Abast. águas - cozinha e inst. sanit. |
| - Bom estado de conservação | - Boa higiene | - Inst. sanitárias - no fogo |
| - Ventilação natural | - Energia - electricidade, gás | - Entrada - escada directa do rés-do-chão |
| - Alguma humidade | - Saneamento - esgoto | - Tem logradouro com acesso |
| - Nº. de divisões - cozinha, inst. sanit. (ventilação artificial), 2 quartos, 1 sala | | |
| - Nº. de pessoas - 4 pessoas (3 + um filho) | | |

ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA
PAISAGEM URBANA SETÚBAL NÚCLEO CENTRAL
INQUÉRITO E ANÁLISE PROPOSTA DE SOLUÇÃO DUM ESPAÇO URBANO

Ficha 3

Fevereiro 1973

Morada: 4, Largo do Sapalinho

1 INQUÉRITO AO PRÉDIO

- Construção antiga
- Não tem estacionamento próprio
- Logradouro nas traseiras
- Cor — branco
- Materiais revestimento — pintura e cantaria
- Utilização — rés-do-chão: garagem — entrada directa (c/l.S.) — mau estado
1º. andar: habitação — mau estado

2 INQUÉRITO DE HABITABILIDADE

- | | | |
|---|--------------------------------|---|
| - Fogo individual | - Más condições de insolação | - Abast. águas — cozinha e inst. sanit. |
| - Mau estado de conservação | - Má higiene | - Inst. sanitárias — no fogo |
| - Ventilação natural (2 frentes, 1 lateral) | - Energia — electricidade, gás | - Entrada — escada directa do rés-do-chão |
| - Humidade | - Saneamento — esgoto | - Tem logradouro |

ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA
PAISAGEM URBANA SETÚBAL NÚCLEO CENTRAL
INQUÉRITO E ANÁLISE PROPOSTA DE SOLUÇÃO DUM ESPAÇO URBANO

Ficha 4

Fevereiro 1973

Morada: 5, 6, 7, Largo do Sapalinho

1 INQUÉRITO AO PRÉDIO

- Construção antiga 1729
- Não tem estacionamento próprio
- Sem logradouro
- Cor — branco
- Materiais revestimento — pintura e cantaria
- Utilização — rés-do-chão
1º. andar
2º. andar actualmente a servir de armazém de móveis

2 INQUÉRITO DA HABITABILIDADE

- | | | |
|---------------------------------------|-----------------|---|
| - Capacidade para 6 fogos individuais | - Boa insolação | - Abast. águas — poço |
| - Ruína | - Má higiene | - Inst. sanitárias |
| - Ventilação natural | - Energia | - Entradas directas por escada p/ os dois andares |
| - Alguma humidade | - Saneamento | - Sem logradouro |

OBS:

O imóvel, tal como está não apresenta quaisquer condições de habitabilidade.
Antiga construção nobre.
Necessidade premente da sua recondução, atendendo à classificação como edifício de qualidade.
Azulejos e frescos nas paredes em mau estado de conservação.
Possível ligação do Largo do Sapalinho com a Avenida 5 de Outubro.

**ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA
PAISAGEM URBANA SETÚBAL NÚCLEO CENTRAL
INQUÉRITO E ANÁLISE PROPOSTA DE SOLUÇÃO DUM ESPAÇO URBANO**

Ficha 5

Fevereiro 1973

Morada: 8, 9, Largo do Sapalinho

1 INQUÉRITO AO PRÉDIO

- *Construção antiga*
- *Não tem estacionamento próprio*
- *Sem logradouro*
- *Cor — amarelo*
- *Materiais revestimento — pinturas e cantarias*
- *Utilização — rés-do-chão: habitação — entrada directa — mau estado*
1º. andar : habitação — entrada directa por escada — mau estado

2 INQUÉRITO DE HABITABILIDADE

- a) Rés-do-Chão
- | | | |
|--|----------------------------------|--|
| - <i>Fogo individual</i> | - <i>Muito má insolação</i> | - <i>Abast. águas — Inst. sanitárias</i> |
| - <i>Mau estado</i> | - <i>Má higiene</i> | - <i>Inst. sanitárias — no fogo</i> |
| - <i>Ventilação natural (muito fraca)</i> | - <i>Energia — electricidade</i> | - <i>Entrada directa</i> |
| - <i>Humidade</i> | - <i>Saneamento — esgoto</i> | - <i>Sem logradouro</i> |
| - <i>Nº. de divisões — Sala, quarto (interior), inst. sanitárias</i> | | |
- b) 1º. andar
- | | | |
|---|----------------------------------|--|
| - <i>Fogo individual</i> | - <i>Má insolação</i> | - <i>Abast. águas — cozinha e inst. sanit.</i> |
| - <i>Mau estado</i> | - <i>Razoável higiene</i> | - <i>Inst. sanitárias — no fogo</i> |
| - <i>Ventilação natural (muito fraca)</i> | - <i>Energia — electricidade</i> | - <i>Entrada directa por escada do rés-do-chão</i> |
| - <i>Humidade</i> | - <i>Saneamento — esgoto</i> | - <i>Sem logradouro</i> |

**ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA
PAISAGEM URBANA SETÚBAL NÚCLEO CENTRAL
INQUÉRITO E ANÁLISE PROPOSTA DE SOLUÇÃO DUM ESPAÇO URBANO**

Ficha 6

Fevereiro 1973

Morada: 10, 11, 12, Largo do Sapalinho

1 INQUÉRITO AO PRÉDIO

- *Construção antiga*
- *Não tem estacionamento próprio*
- *Sem logradouro*
- *Cor — branco*
- *Materiais revestimento — pinturas*
- *Utilização — rés-do-chão: oficina de ferrador — entrada directa — mau estado*
1º. andar: habitação — mau estado

2 INQUÉRITO DE HABITABILIDADE

- | | | |
|---|----------------------------------|--|
| - <i>Fogo individual</i> | - <i>Muito má insolação</i> | - <i>Abast. águas — cozinha e inst. sanit.</i> |
| - <i>Bastante mau estado</i> | - <i>Má higiene</i> | - <i>Inst. sanitárias — no fogo</i> |
| - <i>Fraca ventilação natural</i> | - <i>Energia — electricidade</i> | - <i>Entrada directa por escada do rés-do-chão</i> |
| - <i>Humidade</i> | - <i>Saneamento — esgoto</i> | - <i>Sem logradouro</i> |
| - <i>Nº. de divisões — sala, 3 quartos (dois interiores), cozinha e inst. sanit. (interiores também), sótão</i> | | |
| - <i>Nº. de pessoas — 4 (dois casais: o casal mais velho é o ascendente do dono da casa)</i> | | |

ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA
PAISAGEM URBANA SETÚBAL NÚCLEO CENTRAL
INQUÉRITO E ANÁLISE PROPOSTA DE SOLUÇÃO DUM ESPAÇO URBANO

Ficha 7

Fevereiro 1973

Morada: 13, 14, Largo do Sapalinho

1 INQUÉRITO AO PRÉDIO

- Construção recentemente restaurada
- Não tem estacionamento próprio
- Pequeno saguão — confina com prédio novo nas traseiras
- Cor — azul
- Materiais revestimento — pintura
- Utilização — rés-do-chão: habitação — razoável estado
- 1º. andar: habitação — bom estado

2 INQUÉRITO DE HABITABILIDADE

a) Rés-do-Chão

- | | | |
|-------------------------------|--------------------------------|---|
| — Fogo individual | — Fraca insolação | — Abast. águas — cozinha e inst. sanit. |
| — Razoável estado conservação | — Razoável higiene | — Inst. sanitárias — no fogo |
| — Ventilação natural | — Energia — electricidade, gás | — Entrada directa |
| — Humidade | — Saneamento — esgoto | — Sem logradouro |

b) 1º. andar

- | | | |
|---|--------------------------------|---|
| — Fogo individual | — Razoável insolação | — Abast. águas — cozinha e inst. sanit. |
| — Bom estado | — Boa higiene | — Inst. sanitárias — no fogo |
| — Ventilação natural | — Energia — electricidade, gás | — Entrada directa por escada do rés-do-chão |
| — Alguma humidade | — Saneamento — esgoto | — Sem logradouro |
| — Nº. de divisões — sala, quarto, cozinha, inst. sanitárias | | |
| — Nº. de pessoas — 2 (casal) | | |

ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA
PAISAGEM URBANA SETÚBAL NÚCLEO CENTRAL
INQUÉRITO E ANÁLISE PROPOSTA DE SOLUÇÃO DUM ESPAÇO URBANO

Ficha 8

Fevereiro 1973

Morada: 15, Largo do Sapalinho
6, Trav. do Sapalinho

1 INQUÉRITO AO PRÉDIO

- Construção de um piso, incaracterística
- Não tem estacionamento próprio
- Sem logradouro
- Cor — amarelo
- Materiais revestimento — pintura
- Utilização — nº. 15 — habitação
- nº. 6 — barbearia

2 INQUÉRITO DE HABITABILIDADE

- | | | |
|------------------------------|---------------------------|---------------------------------|
| — Fogo individual | — Muito fraca insolação | — Abast. águas — s/abast. águas |
| — Mau estado de conservação | — Muito má higiene | — Inst. sanitárias — 1 pia |
| — Ventilação natural | — Energia — electricidade | — Entrada directa |
| — Humidade | — Saneamento — esgoto | — Sem logradouro |
| — Nº. de divisões — 1 quarto | | |
| — Nº. pessoas — 1 homem | | |

ESTUDO DE PROSPECÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DA PAISAGEM URBANA SETÚBAL NÚCLEO CENTRAL INQUÉRITO E ANÁLISE PROPOSTA DE SOLUÇÃO DUM ESPAÇO URBANO

Ficha 9

Fevereiro 1973

Morada: 2, 4, Trav. do Sapalinho

1 INQUÉRITO AO PRÉDIO

- Construção antiga
- Sem estacionamento próprio
- Sem logradouro
- Cor
- Materiais revestimento
- Utilização — rés-do-chão: habitação — razoável estado conservação
1º andar: habitação — razoável estado conservação

2 INQUÉRITO DE HABITABILIDADE

a) Rés-do-Chão

- | | | |
|-------------------------------|--------------------------------|---|
| — Fogo individual | — Fraca insolação | — Abast. águas — cozinha e inst. sanit. |
| — Razoável estado conservação | — Razoável higiene | — Inst. sanitárias — no fogo |
| — Ventilação natural | — Energia — electricidade, gás | — Entrada directa |
| — Alguma humidade | — Saneamento — esgoto | — Sem logradouro |

b) 1º Andar

- igual ao rés-do-chão, mais sótão — entrada directa por escada

c) Materiais e cores

Procurou-se empregar os existentes e característicos da região, embora por exemplo, para o edifício nº. 10, 11, 12 do Largo do Sapalinho (ver Análise do Existente-Alçados, e Proposta de Solução-Alçados), se tivesse preferido uma cor forte que contrastasse.

O LARGO FRANCISCO SOVERAL

1. Objectivos

O plano de renovação proposto para o Largo Dr. Francisco Soveral, abrange uma fase de pormenorização, integrado no Estudo de preservação, defesa e recuperação da Paisagem Urbana, do Núcleo Central de Setúbal.

Apoiando-se portanto, nesse plano geral de recuperação, bem como na análise do existente, a proposta prevê, entre outras medidas de carácter geral, tendentes à sua renovação, a supressão imediata da circulação de veículos automóveis, o saneamento dos espaços interiores, numa imediata actuação, conforme a gravidade de cada caso dos edifícios existentes, utilizados como habitação.

O estudo das remodelações a efectuar, deverá ser cuidado, para não surgirem estragações, como as que

Um aspecto do Largo Francisco Soveral





" O estudo das remodelações a efectuar, deverá ser cuidado, ..."

existem a nível de r/c, duas lojas "Eduardo Martins", e a nível do primeiro andar, loja da Oliva.

Com estes objectivos, procurou-se uma solução adaptável, que revitalizasse o espaço público existente, considerado como centro de reunião, zona comercial, zona de estar, um sítio de passagem, um local de actividades culturais e recreio.

Consideraram-se duas zonas, A e B:

- a zona A que serve as ruas Serpa Pinto e Paula Borba.
- a zona B que serve as ruas do Diário Setubalense, José António Januário da Silva, Tr. de S. Cristóvão, arco da Ribeira.

A primeira zona considerada ain-

da como extensão das ruas comerciais, a segunda com as respectivas actividades culturais e recreativas.

A proximidade dum café no edifício nº. 16, e duma casa de pasto no nº. 27, dariam ao ambiente todo o acolhimento indispensável.

No que respeita a obras a realizar nos edifícios, e sem nos afastarmos de todas as dificuldades, financeiras, administrativas, etc., que se poderão opor a uma intervenção imediata, parece-nos que por um lado se deve manter o ambiente físico existente, por outro mostrar a necessidade premente, de melhorar o carácter geral dos edifícios, dando à zona aquilo que ela merece de melhor, correndo-se em caso contrário, o perigo, de se cair no habitual exemplo das estragações feitas em zonas antigas.

2. Sistema viário. Arranjo dos Espaços livres

Embora suprimindo o trânsito de veículos e o estacionamento, manteve-se o traçado das ruas existentes, substituindo-se, no entanto, o tipo de pavimento.

A escolha do pavimento, foi previamente considerada, devido às funções diferenciadas do local. *Na zona A*, como prolongamento da Rua Dr. Paula Borba, prevê-se o mesmo tipo de pavimento daquela rua, calçada de vidro branco, com desenhos claramente geométricos a preto, tirando-se partido do efeito produzido pelas duas cores, acentuando ou atenuando, assim, os aspectos mais agradáveis ou desagradáveis do local. *Na zona B*, prossegue-se com o mesmo tipo de pavimento, e si-

multâneamente nas duas zonas, dá-se uma chamada, como indicação de entradas de veículos, exclusivamente de socorro. Ainda na zona B, criaram-se plataformas de elementos de betão pré-fabricado, zonas de estar públicas, que travam um revestimento de tijoleira. A mesma solução surge na plataforma criada como esplanada do restaurante. Na escada de acesso a este, e nas circulações internas que medeiam as respectivas plataformas, são utilizados novamente elementos pré-fabricados de betão.

3. Mobiliário Urbano — Lettering

Praticamente inexistente, houve necessidade de estudar, o mobiliário urbano, que poderá ser aplicado até em toda esta zona central da cidade.

Estudaram-se assim em maquetas, à escala 1/5, um candeeiro para praça, um recipiente de papéis, um receptáculo de correio, um banco de jardim, uma cabine telefónica, uma placa toponímica.

Duma análise feita ao mobiliário existente, tiraram-se várias conclusões. Os poucos candeeiros e a mal estudada iluminação, teria necessariamente que ser renovada. Nesta proposta preve-se que todos os cabos eléctricos passem a ser subterrâneos.

Na zona A, prevê-se ainda um mini-quiosque desmontável. Na zona B,

Um pormenor do referido largo



Exemplo elucidativo de um certo gosto "comercial"

onde existem as plataformas de estar públicas, localizar-se-iam os bancos de jardim.

A disposição e escolha das espécies de vegetação, foi considerada como elemento de composição, principalmen-

te com a função de amenizar os locais de estar. Conservou-se a única árvore existente, integrando-se no arranjo do largo. Atribui-se, assim, à nova vegetação, um papel de relevo, na correcção das novas perspectivas do largo.

Outras sugestões se apresentam ainda, como por exemplo no que respeita a "números de polícia".

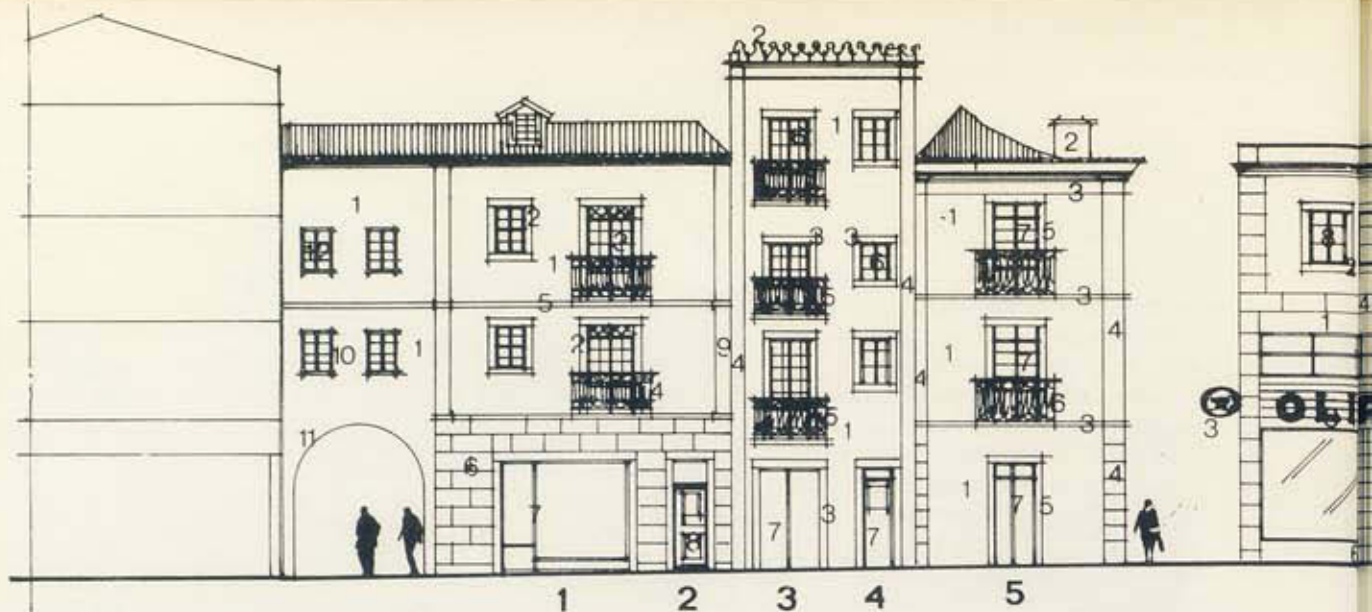
Quanto ao "lettering", confuso e desordenado, mantém-se sem que as entidades responsáveis se preocupem com uma certa ordem na sua colocação.

A sua utilização, como tem sido entendida, tem destruído o carácter das ruas da cidade. A sua colocação deverá inserir-se no novo arranjo dado ao largo, de modo a contribuir para um melhor equilíbrio, e principalmente informação.

4. Beneficiação dos edifícios

Todas as beneficiações propostas consistem na pintura de fachadas, paramentos, serralharias e carpintarias, dentro duma unidade de conjunto a que se deverão submeter.

Elaborou-se um novo esquema cromático para os edifícios, reconhecendo-se que, o esquema cromático existente encerra valores, que houve a preocupação de salvaguardar.



edifício com remodelação recente

- 1 cor 7
- 2 limpar
- 3 cor 1
- 4 cor 5
- 5 limpar
- 6 manter - recente
- 7 mudar caixilharia para madeira
- 8 restaurar e manter
- 9 limpar
- 10 guarnecer ombreiras e vergas de pedra
- 11 guarnecer o arco com pedra
- 12 cor 1

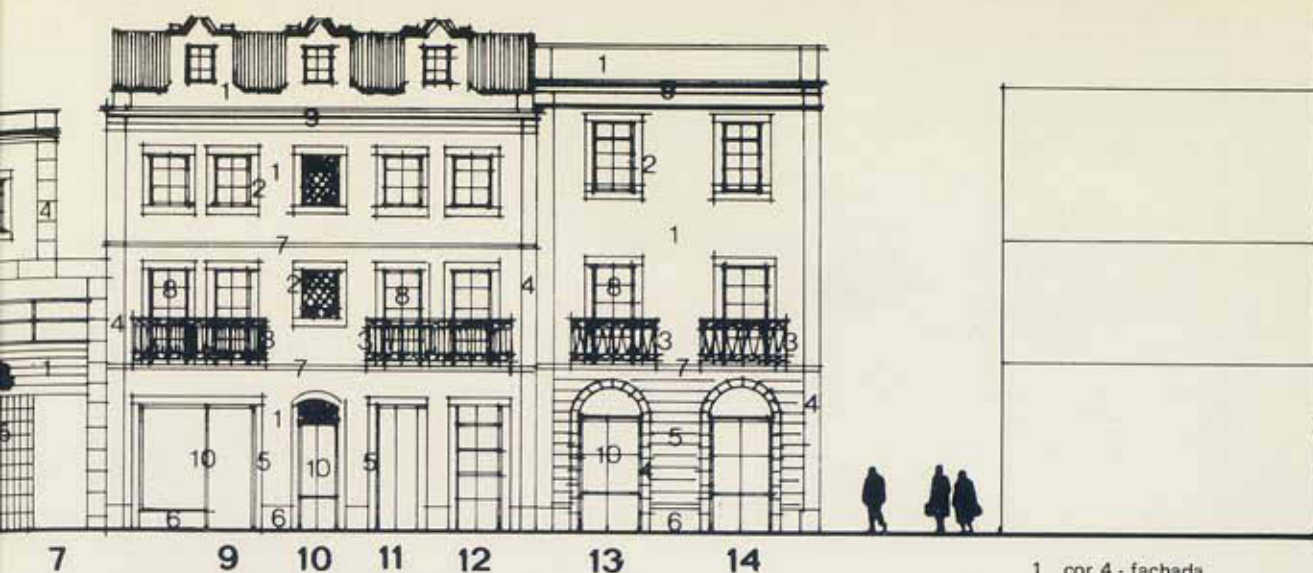
- 1 cor 2
- 2 limpar
- 3 limpar
- 4 limpar
- 5 cor 5
- 6 cor 3
- 7 cor 3

- 1 cor 2
- 2 limpar
- 3 limpar
- 4 limpar
- 5 limpar
- 6 cor 5
- 7 cor 3 - restaurar

remodelação recente

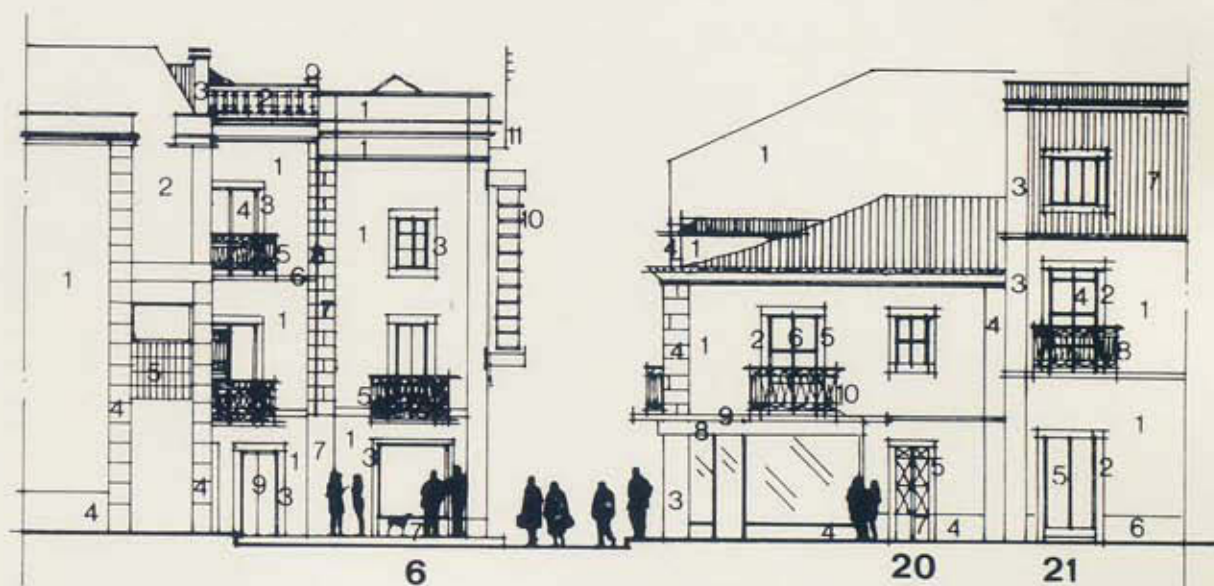
- 1 cor 4
- 2 manter - recente
- 3 mudar a sua colocação
- 4 manter
- 5 se possível mudar de material
- 6 manter
- 7 se possível mudar de caixilhos
- 8 manter
- 9 manter





- 1 cor 4
- 2 limpar
- 3 cor 1
- 4 limpar
- 5 limpar
- 6 limpar - soco
- 7 limpar - friso
- 8 restaurar - cor 1 - caixilhos
- 9 limpar
- 10 manter

- 1 cor 4 - fachada
- 2 limpar
- 3 cor 1 - pintar
- 4 limpar
- 5 restaurar os azulejos
- 6 limpar - soco
- 7 limpar - friso
- 8 restaurar - cor 1 - caixilhos
- 9 limpar molduras e frisos
- 10 manter e restaurar



- 1 cor 2
- 2 cor 4
- 3 limpar
- 4 limpar
- 5 se possível mudar de material

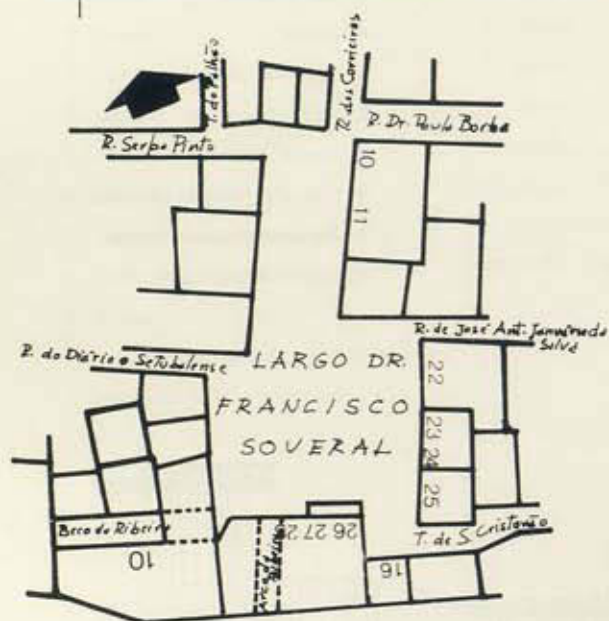
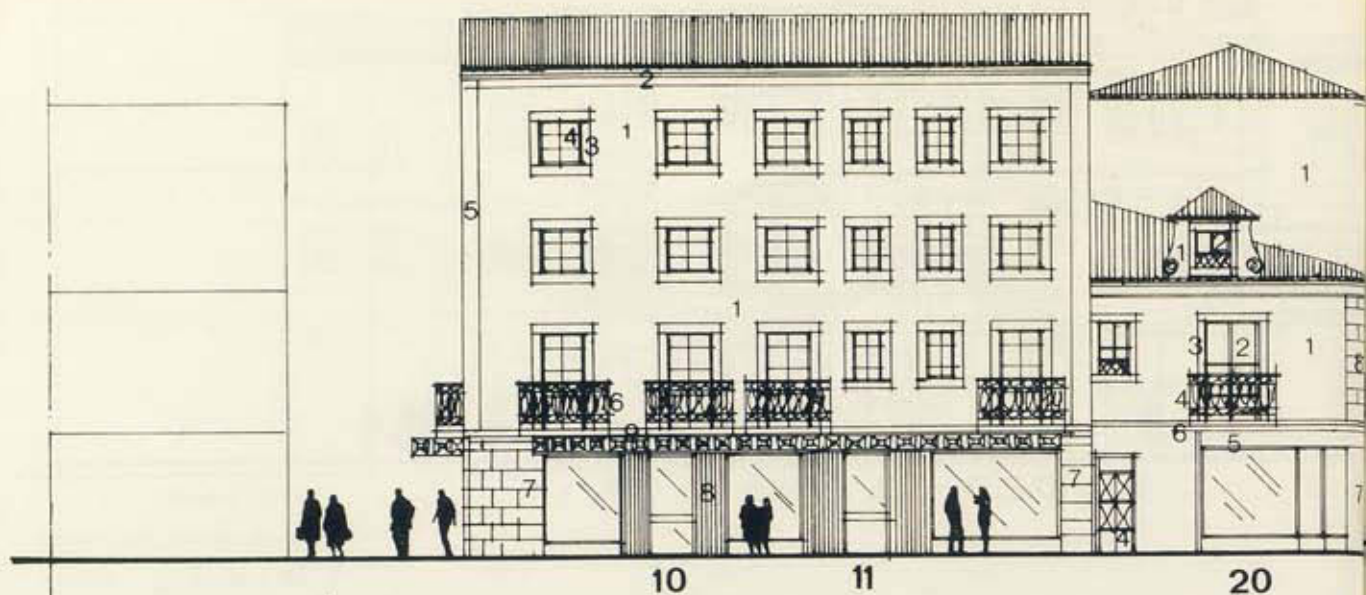
- 1 cor 8
- 2 limpar
- 3 limpar
- 4 cor 1
- 5 cor 3
- 6 limpar
- 7 limpar
- 8 tubo de queda - cor 3
- 9 cor 1
- 10 manter
- 11 tirar

remodelação do r/c

- 1 cor 8
- 2 limpar
- 3 mudar material para o nº. 8
- 4 limpar
- 5 limpar
- 6 cor 1
- 7 cor 5
- 8 manter
- 9 tirar
- 10 cor 5

aumento de 1 piso

- 1 cor 8
- 2 limpar
- 3 limpar
- 4 cor 1
- 5 cor 5 e restaurar
- 6 limpar
- 7 manter
- 8 cor 5



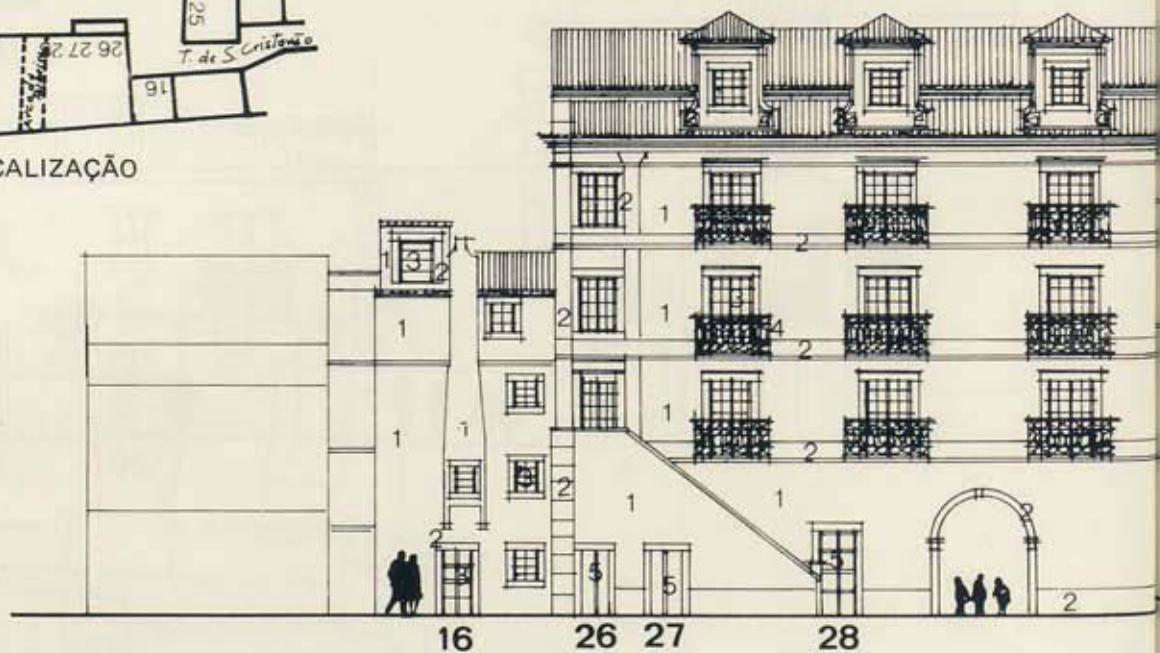
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

remodelação recente a nível do r/c

- 1 cor 4
- 2 cor 1
- 3 limpar
- 4 cor 1
- 5 limpar
- 6 cor 1
- 7 limpar
- 8 manter
- 9 manter

remodelação recente a nível do r/c

- 1 cor 8
- 2 cor 1
- 3 limpar
- 4 cor 5
- 5 manter
- 6 tirar
- 7 mudar de material para o nº. 1
- 8 limpar



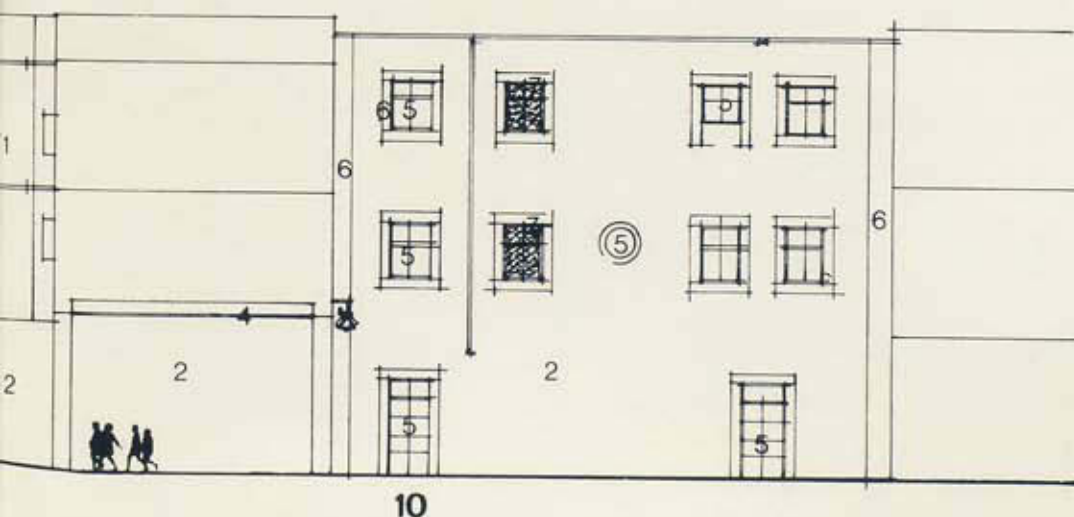
- 1 cor 9
- 2 limpar
- 3 cor 3

- 1 cor 2
- 2 limpar
- 3 cor 1
- 4 cor 5
- 5 cor 5



ver novo arranjo, na proposta de solução

1 cor 2	1 cor 2	1 cor 2
2 limpar	2 limpar	2 limpar
3 cor 1	3 cor 1	3 cor 1
4 cor 5	4 cor 5	4 cor 5
5 cor 5	5 cor 5	5 cor 5
6 cor 5	6 limpar	6 limpar



Nota: Zona do Beco da Ribeira - a remodelar e restaurar (exemplificação dum edifício)

- 1 cor 7
- 2 cor 1
- 3 arranjar candeeiro de consola cor 5
- 4 arranjar tecto falso em madeira
- 5 cor 3
- 6 limpar
- 7 cor 5



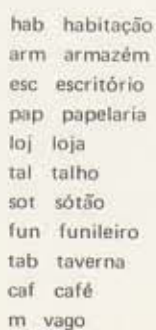
- 1 gradeamento - cor 5
- 2 suportes - cor 5
- 3 toldo - cor a definir na altura

ESQUEMA CROMÁTICO

- 1 cor Branco
- 2 cor Amarelo
- 3 cor Castanho
- 4 cor Cinzento
- 5 cor Verde escuro
- 6 cor Rosa velho
- 7 cor Encarnado escuro
- 8 cor Verde aberto

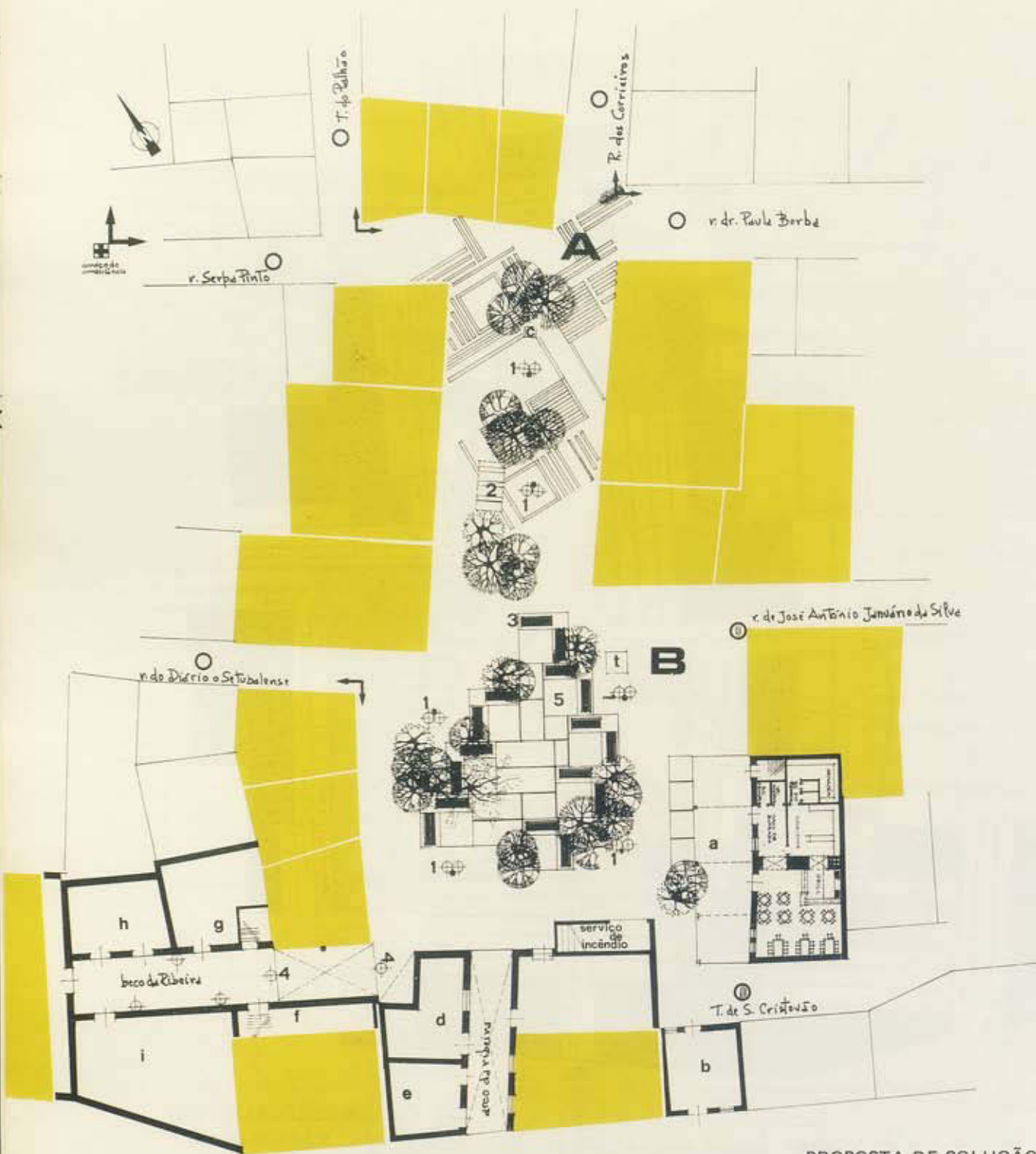


PROPOSTA DE SOLUÇÃO



caixa do correio

Largo Francisco Soveral



PROPOSTA DE SOLUÇÃO
Largo Francisco Soveral

a restaurante-chorrasqueira

b café

c casa de pasto

d funileiro

e armazém

f habitação

g armazém de tintas (r/c), habitação

h galeria de arte

i armazém de papel

⊙ trânsito proibido excepto cargas e descargas

○ trânsito proibido

↳ placa de sinalização toponímica

• receptáculo do lixo

[t] cabine telefónica

[C] marco do correio

1 candeeiro de coluna

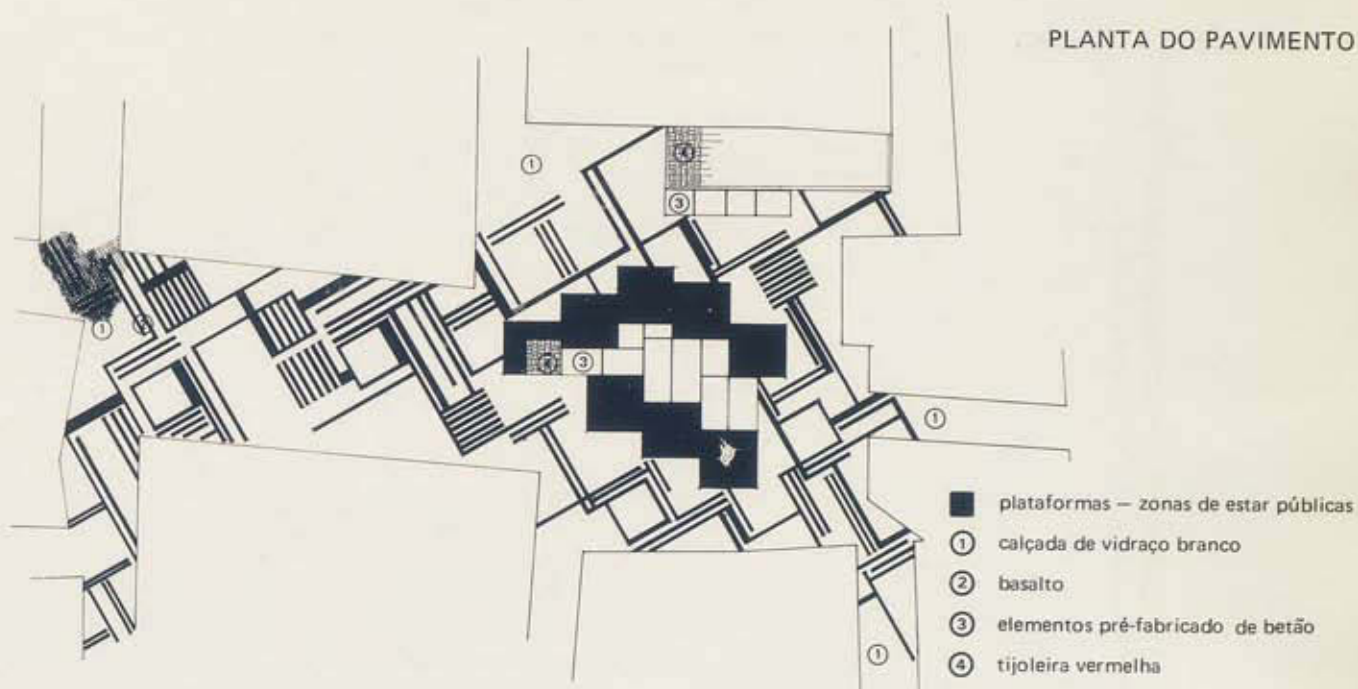
2 mini-quiosque

3 banco do jardim

4 candeeiro de consola

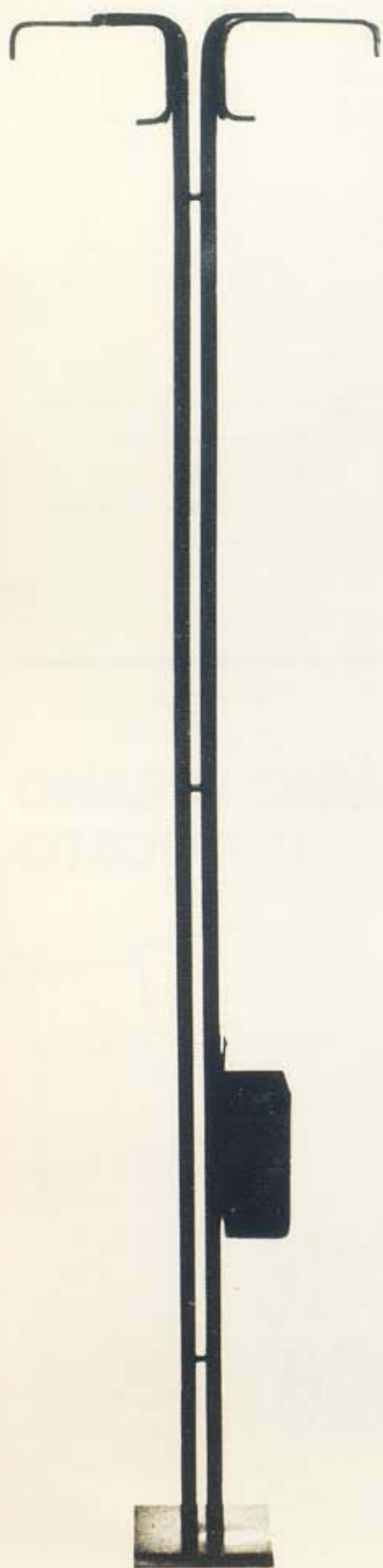
5 plataforma

PLANTA DO PAVIMENTO



MOBILIÁRIO URBANO PROPOSTO





O IV PLANO DE FOMENTO ABRE NOVAS PERSPECTIVAS

O Projecto do IV Plano de Fomento para 1974-1979 foi apresentado à Nação pelo Governo. Trata-se de um documento fundamental, cujo conhecimento se poderá dizer imprescindível para todos os portugueses interessados na condução da coisa pública. Na verdade, pelo período de seis anos e até ao final da década, as suas orientações básicas irão moldar o desenvolvimento do País, nos mais variados campos, entre os quais a "habitação e o urbanismo", será, seguramente um dos de mais profundo impacto social.

Conhecidos os desajustamentos de base que influem no preço dos terrenos e da construção, levando ao encarecimento da habitação as medidas que nesta matéria se propõem no Projecto, visam conduzir a um diverso estado de coisas, através de uma actuação fundamentada em regras de prioridade conhecidas e de acordo com um núcleo de princípios gerais bem definidos.

Pelo seu interesse transcendente, aqui se regista o texto do projecto, no que respeita a este sector.

1. Com a criação, em Agosto de 1972, da Secretaria de Estado do Urbanismo e Habitação e a consequente reorganização do Fundo de Fomento da Habitação e da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, criou o Governo as condições institucionais básicas para uma intervenção eficaz numa área particularmente importante e complexa da vida económica e social do País.

Com efeito, a falta de planos de urbanização ou a fraca operacionalidade dos existentes — consequência da dificuldade em que os serviços se acharam para responder com eficácia ao enorme surto de expansão de grande parte dos aglomerados urbanos — e a inexistência de um organismo capaz de definir e comandar a execução de uma política habitacional coerente e eficaz, conduziram ou à adopção de soluções de emergência, com os prejuízos decorrentes da falta de acção coordenada, ou à excessiva liberdade de actuação da iniciativa privada, a qual criou situações de difícil e onerosa correcção, sobretudo nas zonas sujeitas à influência dos grandes centros urbanos.

É neste contexto e tendo em vista a dimensão, coerência e eficácia das actuações a empreender no âmbito deste IV Plano de Fomento, que a capacidade de intervenção da nova

estrutura orgânica do sector assume especial relevância.

Na verdade, foi pela primeira vez possível definir uma estrutura de objectivos e de domínios prioritários de actuação adequados às necessidades e capaz de, através do conjunto de programas e projectos que lhe correspondem, responder eficazmente aos principais problemas postos.

Porém, embora o correcto desenvolvimento de uma política urbanística seja condição indispensável à execução dos programas habitacionais, não pode deixar de reconhecer-se que um urbanismo operacional constitui, hoje, instrumento de capital importância ao serviço da racionalização de todo o processo de desenvolvimento. Por esta razão, e não obstante as evidentes conexões que levam a englobá-los num mesmo capítulo, os temas do urbanismo e da habitação serão tratados separadamente.

A) Objectivos gerais e domínios prioritários de actuação

Urbanismo

2. Em conformidade com a linha de actuação já empreendida, a finalidade última a atingir neste sector será **conseguir que a arrumação, no espaço físico, das pessoas e das actividades a que se dedicam contribua efectivamente**

para assegurar a melhoria da qualidade de vida e a racionalização do processo de desenvolvimento.

Esta finalidade essencial concretiza-se através dos seguintes objectivos gerais:

*Dinamização da actividade de planeamento urbanístico;
Promoção de uma gestão urbanística activa;
Fomento da instalação de equipamento urbano e rural;
Criação de condições de salubridade nos aglomerados populacionais.*

3. A **dinamização da actividade de planeamento urbanístico** é objectivo de fundamental importância, a requerer actuações nos seguintes domínios: **planos respeitantes a áreas territoriais; planos gerais de urbanização; participação das populações; estudo da problemática do urbanismo.**

Tem de reconhecer-se que as acções pelas quais o urbanismo se concretiza devem inserir-se num quadro de conjunto que lhes assegure coerência e continuidade, e que, por outro lado, a sua própria eficácia depende, antes de mais, da qualidade dos trabalhos de concepção. Na verdade, a elaboração dos planos constitui elemento essencial de uma política de urbanismo que se deseja clara, coerente e concertada.

4. *Os planos respeitantes a áreas territoriais*, contendo as grandes linhas orientadoras do desenvolvimento e organização espacial da área a que respeitam e formulando, sob a forma de indicações estratégicas, propostas concretas de estruturas urbanas, desempenham dupla finalidade: contribuem para a definição de metas a atingir em matéria de ordenamento do espaço e constituem, a par disso, elementos metodológicos cómodos e eficazes de orientação local e de enquadramento lógico dos planos gerais de urbanização elaborados ao nível dos aglomerados populacionais.

Neste sentido, as realizações concretas a levar a efeito abrangem, para além da conclusão dos planos territoriais em curso, a elaboração de planos para todas as áreas consideradas como prioritárias nas opções tomadas em matéria de ordenamento do território.

5. As acções a executar no que se refere a *planos gerais e parciais de urbanização* concentram-se na elaboração e revisão dos planos das sedes de concelho e demais localidades com relevância urbana. O acento tónico destas acções recairá sobre a indispensável conjugação de esforços e de meios técnicos e financeiros entre a Administração Central e as administrações locais — às quais compete o subsequente desenvolvimento dos planos gerais e parciais, através da aprovação de planos de pormenor. Os novos planos gerais e parciais de urbanização apresentarão as características de verdadeiros planos de ocupação do solo e a flexibilidade compatível com a sua natureza de instrumentos de disciplina da vida dos aglomerados urbanos, dando existência jurídica à vontade de ordenamento e de protecção do espaço.

6. A definição do processo e forma de efectiva *participação das populações* na preparação e elaboração dos planos que lhes dizem respeito, apresenta-se como tarefa de primordial importância. Na verdade, cabendo à comunidade papel de maior relevo na execução dos planos de urbanização, seja pela aceitação da disciplina que lhes é própria, seja pela cooperação que se disponha a dar na aplicação das medidas tomadas pelas entidades responsáveis, natural é que se pretenda obter para as soluções consagradas a adesão generalizada das populações, fruto de uma apreciação

participada — e, por isso mesmo, esclarecida.

Nesse sentido, prevê-se a institucionalização dos meios capazes de valorizarem e completarem a formalidade do inquérito público já prevista na lei.

7. *O estudo da problemática do urbanismo* constitui factor essencial de apoio afirmativo e normativo dos trabalhos de planeamento e gestão urbanística. Efectivamente, deverá ter-se em conta a necessidade de colocar ao serviço destas actividades, técnicas mais aperfeiçoadas que atendam às sucessivas mutações da realidade contemplada.

Torna-se, por outro lado, conveniente proceder ao exame da já abundante legislação urbanística, por forma a tornar possível a sua reestruturação num todo sistemático.

8. Através de uma *gestão urbanística activa* procura-se tornar efectivo o ordenamento do espaço urbano, assegurando o desenvolvimento coordenado das áreas de expansão, mediante execução das infraestruturas necessárias, bem como renovando ou recuperando zonas que, por deterioração ou deficiente concepção, não correspondem às exigências actuais da vida em comunidade.

A prossecução de tal objectivo requer actuações nos seguintes domínios: *planos de pormenor, execução de uma política de terrenos, criação de novas zonas para habitação e instalação de actividades, renovação urbana e recuperação de aglomerados que se desenvolvem em condições defeituosas*.

9. A existência de *planos de pormenor*, cuja elaboração compete às câmaras municipais, é indispensável ao desenvolvimento dos planos gerais de urbanização e à disciplina da actividade privada, na medida em que discriminam os moldes da ocupação do solo em zonas de actuação prioritária. As acções a empreender neste domínio consistirão no apoio financeiro e técnico às autarquias locais, para incremento do ritmo de elaboração dos referidos planos, por forma a poderem responder adequadamente aos problemas postos em cada momento pelo desenvolvimento das comunidades.

10. *A disponibilidade dos terrenos necessários à implantação dos equipamentos sociais e das infraestruturas programadas*, bem como a eliminação da actividade especulativa, constituem as principais garantias de efectiva execução dos planos. A carência ou o custo excessivo dos terrenos assume aspectos mais graves nos sectores da habitação, saúde e educação, dado o carácter social, e, portanto, não lucrativo, das actividades ou serviços correspondentes. Daí que a execução da política de terrenos definida no Decreto-Lei nº. 576/70 assumam carácter prioritário.

As acções a empreender neste domínio ligam-se à efectiva execução das disposições e potencialidades oferecidas pelo decreto-lei referido, designadamente a constituição e operacionalidade de um fundo de urbanismo, a aquisição de terrenos em zonas de expansão prioritária e a criação de reservas de terrenos, sobretudo através do processo de expropriação sistemática, e a aquisição de imóveis ou terrenos determinada por operações de renovação ou recuperação urbana.

11. As acções requeridas no domínio da *criação de novas zonas para habitação e instalação de actividades* concentrar-se-ão na execução de programas de infra-estruturas e equipamento de modo a assegurar a coerência entre equipamentos e habitações, seja directamente pela Administração Central, seja através da concessão de subsídios às autarquias locais, seja, ainda, através de esquemas de intervenção da actividade privada.

A actuação oportuna neste domínio, apoiada em regime recentemente definido, permitirá à administração pública comandar efectivamente o desenvolvimento urbano, através da disciplina e *controlo* da actividade privada, o que de modo algum implica a imposição de limitações desnecessárias ou significa ausência de estímulos convenientes.

12. No domínio da *renovação urbana*, a actuação prevista consistirá fundamentalmente no lançamento de operações com base no esquema definido no Decreto-Lei nº. 8/73, de 8 de Janeiro, através do Fundo de Fomento da Habitação ou das câmaras municipais,

com apoio técnico e financeiro do Fundo.

13. Para *recuperação de aglomerados ou zonas urbanas que se desenvolveram em condições defeituosas*, proceder-se-á à reestruturação dos respectivos esquemas urbanísticos, seguida da execução de programas de infraestruturas e de equipamentos colectivos, bem como da melhoria das habitações, quando necessárias.

14. O objectivo de *fomento da instalação de equipamento urbano e rural* será conseguido através da conjugação de acções dependentes de diversos outros sectores, nomeadamente os da saúde e educação. Referem-se, aqui, especificamente, os *estudos necessários à definição da tipologia de equipamentos colectivos* com que devem ser dotados os centros urbanos, em função da sua hierarquia e das funções a desempenhar no conjunto da rede urbana, e a continuação do *programa de equipamentos que vem sendo executado por iniciativas das câmaras municipais e de diversas entidades de interesse público, com a comparticipação do Estado*.

15. Os progressos desejados quanto ao último objectivo geral deste sector — *criação de condições de salubridade nos aglomerados populacionais* —, que pela sua natureza complexa exige uma diversidade de actuações que vão desde os programas de infraestruturas e equipamentos até à consciencialização das populações, passando pelo *contrôle* da poluição do meio ambiente, serão também atingidos mediante acções previstas por diversos outros sectores.

Para além do já referido programa de equipamentos urbanos e rurais, a contribuição deste sector consistirá, fundamentalmente, na realização de *programas de saneamento básico (abastecimento de água, esgotos e recolha e tratamento de lixo)* a executar no âmbito da política de salubridade urbana já definida. Esta assenta na delimitação de regiões de saneamento e na definição de objectivos que, para um período de doze anos, se traduzem na satisfação das necessidades de saneamento básico de todos os aglomerados com mais de 500 habitantes.

As regiões de saneamento, cuja

delimitação não será condicionada a uma única origem de água ou a um único destino final de esgoto, nem a um único concelho, constituirão zonas do território com dimensão geográfica, efectivos populacionais, potencial económico e outros requisitos capazes de assegurar a satisfação das exigências técnicas e administrativas que uma boa qualidade de serviço e conveniente rentabilidade pressupõem.

Habitação

16. A longo prazo, a finalidade última a atingir neste sector consiste em *proporcionar habitação adequada a todas as famílias*, entendendo-se, por habitação, não apenas o espaço onde a família se aloja ou habita, mas todo o meio circundante que influi na vida em comunidade. Quer isto dizer que os alojamentos deverão situar-se em conjuntos urbanísticos bem estruturados, providos dos indispensáveis equipamentos e serviços colectivos.

A médio prazo, a consecução desta finalidade fundamental (e de características universais) será prosseguida através dos objectivos gerais que a seguir se indicam:

Dinamização da política nacional de habitação;

Incremento da produção de habitações e sua adaptação às necessidades da procura;

Melhoria da qualidade das habitações existentes e a construir;

Ajuda individualizada para construção ou aquisição de habitações.

17. O primeiro objectivo, *dinamização da política nacional de habitação*, assume carácter prioritário na medida em que a qualidade, a homogeneidade e a coerência das medidas e acções através das quais se concretiza, bem como o acompanhamento dos resultados obtidos, condicionam, em boa parte, o seu correcto desenvolvimento.

Nesta linha de orientação, programaram-se actuações nos seguintes domínios: *estudos visando a adopção de medidas de política habitacional; informação dos responsáveis pela construção e dos utentes das habitações; e efectiva concentração de meios no Fundo de Fomento da Habitação, acompanhada do reforço da sua actividade coordenadora das entidades com intervenção no sector.*

18. No domínio dos *estudos de política habitacional* programou-se a realização de um conjunto de trabalhos que, partindo do conhecimento da situação actual, permitam a adopção segura das grandes linhas de desenvolvimento futuro do sector. É assim que se prevê, desde já, a realização de estudos sobre o mercado da habitação e as necessidades específicas dos diferentes grupos sociais, a análise do comportamento dos diferentes factores e agentes económicos com vista à conveniente modulação da política de habitação, o aperfeiçoamento dos regimes de utilização ou cedência das habitações e a definição de tipos de habitações e correspondentes níveis de renda.

19. A *informação dos responsáveis pela construção e dos potenciais utentes das habitações* é um domínio que, com o início do IV Plano e o lançamento consequente de programas habitacionais de considerável volume e com continuidade no tempo, justifica que se lhe dedique o interesse que até aqui não tem merecido. Ao apontar-se, como um dos estrangulamentos do sector, a deficiente organização e a falta de capacidade técnica e financeira da indústria de construção civil, não pode deixar de reconhecer-se que a inexistência de um conjunto de programas com a suficiente dimensão e continuidade não tem possibilitado a reorganização e o apetrechamento técnico e de equipamento daquela indústria.

Por outro lado, as características dos programas a executar durante este IV Plano aconselham o desencadear de iniciativas com vista a informar os potenciais candidatos das condições em que poderão beneficiar de habitações ou de ajuda financeira.

Daí a importância das acções a desenvolver no domínio da informação, através, sobretudo, da difusão de estudos, do oportuno conhecimento público dos programas a executar (características, dimensão, continuidade no tempo, etc.) e das condições de acesso às habitações e à ajuda financeira do Estado.

20. Com a *efectiva concentração de meios no Fundo de Fomento da Habitação, acompanhada do reforço da sua actividade coordenadora*, tem-se em vista atingir uma maior amplitude de actuação, no que se refere à iniciativa do Estado, assegurando, simultâneamen-

te, a utilização racional dos benefícios concedidos a entidades públicas ou privadas promotoras de habitações e a efectiva coordenação das suas actividades neste domínio.

21. Caracterizado o problema habitacional nas zonas em desenvolvimento como um problema de escassez e desadaptação da oferta, é manifesta a importância que terá de ser conferida ao objectivo de **incremento da produção de habitações e sua adaptação às necessidades da procura**. Na verdade e apesar do esforço já realizado, continua a verificar-se, nas zonas urbanas, escassez da oferta de alojamentos, acompanhada sobretudo nas zonas rurais, de uma deterioração qualitativa das habitações existentes, como as mais graves repercussões na constituição e defesa da família. O **déficit** carencial, reportado ao final de 1970, foi estimado em cerca de 450 000 fogos, aos quais deverão acrescentar-se as necessidades anuais de reposição que se calculam na ordem dos 40 000 fogos por ano. Nestas condições, o ritmo anual de construção (30 000 fogos em 1971) terá de atingir os 65 000 fogos anuais para que o problema habitacional do País possa estar resolvido, em termos quantitativos, no decurso dos próximos três planos de fomento. Por outro lado, é sabido que cerca de 90% das habitações são construídas pela iniciativa privada e lançadas no mercado de renda livre, tornando-se inacessíveis à maior parte das famílias necessitadas de casa. Daí que o problema se não limite à simples escassez de oferta, para se situar, talvez com maior relevância, no domínio da adaptação da oferta às necessidades de procura.

Considera o Governo que para a consecução do objectivo apontado deverão ser desencadeadas actuações eficazes, nos seguintes domínios: **incremento da iniciativa pública; incremento da iniciativa privada, orientando-se parte considerável da sua capacidade de realização para a construção de habitações de finalidade social.**

22. A existência de largos estratos da população auferindo rendimentos que ainda lhe não permitem suportar o custo de uma habitação com um mínimo de condições é factor que justifica a relevância que se procurará

dar, durante este IV Plano de Fomento, ao **incremento da iniciativa pública no domínio da construção habitacional** — através das acções programadas com base num efectivo acréscimo e concentração de meios financeiros e técnicos e no delineamento, em estreita coordenação com as actividades de "planificação" e de "gestão urbanística", de um conjunto de programas de grande envergadura a executar nas zonas que apresentam, simultaneamente, maiores carências e mais rápido ritmo de expansão. Paralelamente, e em colaboração com as câmaras municipais e outras entidades, prevê-se actuar em zonas onde venham a detectar-se problemas de menor expressão, através de programas de dimensão mais reduzida que, para além de contribuirem para a resolução de problemas de carência local, contribuirão igualmente, pela função estabilizadora da habitação, para corrigir assimetrias regionais de desenvolvimento.

23. O **incremento da iniciativa privada, acompanhado da orientação de parte considerável da sua capacidade para a construção de habitações sociais**, é um domínio que merecerá, a curto prazo, a melhor atenção. Na verdade, a resolução do problema habitacional pressupõe uma estreita complementaridade entre as iniciativas pública e privada. Nesse sentido, para além da dinamização da actividade de planeamento que fornecerá directrizes precisas da actuação e de uma gestão urbanística activa, que porá à disposição dos promotores terrenos em boas condições de preço e utilização, será igualmente concretizado um conjunto de actuações que, respeitando embora a motivação lucrativa inerente à iniciativa privada, se mostrem aptas a orientá-la para realizações de âmbito social.

Semelhantes actuações cobrirão aspectos tais como o financiamento, o fomento da construção em regime de renda limitada, a dinamização da actividade cooperativa de construção de habitações e a criação dos meios institucionais susceptíveis de promover a recolha e aplicação de poupanças no sector.

24. Como se salientou, outro aspecto do problema habitacional que não poderá ser menosprezado é o que se traduz pelas deficiências qualitativas

do parque habitacional existente que, em muitos casos, não apresenta condições satisfatórias de utilização.

É o que se passa nos sectores urbanos superlotados e, de modo geral, nas zonas rurais, onde a muitas habitações faltam condições mínimas de higiene, salubridade e conforto. Daí que **estimular a melhoria da qualidade das habitações existentes e a construir** tenha sido individualizado como objectivo autónomo, requerendo actuações nos seguintes domínios: **aumento da segurança, salubridade e conforto das habitações; estudo e adopção de métodos modernos de construção; e redução das disparidades qualitativas entre diversos tipos de habitat.**

25. O **aumento da segurança, salubridade e conforto das habitações** é um domínio complexo para o qual concorrem actuações que também contribuem para a consecução de outros objectivos (incremento das construções novas, renovação urbana e rural, novas técnicas de construção, etc.), requerendo, no entanto, acções específicas no que diz respeito à actualização e aperfeiçoamento dos regulamentos de construção, ao **contrôle** da sua aplicação e à concessão de facilidades de financiamento, ou outras, aos promotores de operações que adoptem certas normas de qualidade nas habitações a construir, com respeito dos limites de preço de venda ou de arrendamento a fixar.

26. No domínio do **estudo e adopção de métodos modernos de construção**, tendo em vista a melhoria da segurança, salubridade e conforto das habitações, os programas do sector foram elaborados de modo a tornar possível o recurso sistemático a novos métodos, designadamente a pré-fabricação, ao mesmo tempo que se preparam actuações visando o estímulo e desenvolvimento da investigação e experimentação de novas técnicas.

27. No que se refere à **redução das disparidades qualitativas entre diversos tipos de habitat**, as medidas a tomar e acções a empreender visam, em primeiro lugar, evitar a degradação do parque existente e elevar a um nível satisfatório de habitabilidade os alojamentos que oferecem condições para tal, evitando a perda de património provocada pela demolição de prédios

perfeitamente recuperáveis. Com este objectivo se prevê a realização de um conjunto de operações de renovação de sectores urbanos deteriorados e de recuperação de aglomerados que se desenvolveram em condições defeituosas e a continuação do programa, que vem sendo executado, de renovação de habitações rurais. Em segundo lugar, que não significa menor prioridade, as actuações neste domínio concentrar-se-ão na execução de programas concertados tendo em vista a progressiva eliminação do *habitat* insalubre (alojamento em barracas, ilhas da cidade do Porto, etc.), seja pela destruição total, seja através da recuperação, o que permitirá manter a importante função social do parque existente (relações de vizinhança, apoio e informação aos recém chegados, proximidade dos locais de trabalho, etc.).

28. No âmbito da ajuda individualizada para construção ou aquisição de habitações pretende-se enquadrar a possibilidade de resolução do problema habitacional de certas famílias no âmbito das realizações da Administração, de modo que se continue a canalizar para o sector consideráveis poupanças, acentuando-se, porém, os benefícios sociais obtidos.

Para a consecução deste objectivo previram-se actuações nos seguintes domínios: *ajuda a funcionários públicos e dos corpos administrativos; concessão de empréstimos a beneficiários da Previdência; atribuição de subsídios para autoconstrução; e concessão de subsídios de renda não reembolsáveis para ocorrer a situações imprevistas e excepcionais.*

29. No domínio da *ajuda a funcionários públicos e dos corpos administrativos*, prevê-se a continuação do programa de empréstimos para a construção e aquisição de habitações, com a actualização do respectivo regime jurídico.

30. Do mesmo modo, as acções a empreender no domínio da *concessão de empréstimos a beneficiários da Previdência* foram programadas na sequência de medidas tomadas em anos anteriores, relativas à concessão de apoio financeiro para aquisição, construção e beneficiação de habitações.

31. A *atribuição de subsídios reembolsáveis a particulares para autoconstrução* é um domínio em que se pretende actuar mais eficazmente atraindo determinados estratos populacionais para a resolução do seu próprio problema, estimulando-os e ajudando-os financeiramente. Neste sentido delineou-se um programa mais vasto de atribuição de subsídios a particulares, que inclui a revisão dos próprios critérios de concessão.

32. Por último, e tendo em vista ocorrer a imperiosas necessidades de famílias que ocasionalmente ou de modo imprevisto se encontrem em situação de não poder suportar o custo do alojamento, previu-se a possibilidade de *concessão de subsídios de renda não reembolsáveis*, a atribuir com carácter excepcional e de acordo com critérios a definir.

B) Objectivos específicos

33. Definida a estrutura de objectivos gerais e domínios prioritários de actuação que caracteriza a estratégia de desenvolvimento do sector durante este IV Plano, indicam-se a seguir — sempre que possível quantificados — os objectivos específicos que orientaram a programação em cada um daqueles domínios.

Urbanismo

Dinamização da actividade de planeamento urbanístico

34. No que se refere a *planos territoriais*, os objectivos a atingir no hexénio traduzem-se na realização dos seguintes trabalhos:

Preparação de elementos topográficos (fotoplanos, plantas topográficas na escala 1/10 000 e cartas nas escalas 1/25 000, 1/50 000 e 1/100 000, cobrindo uma área de 2 500 000 ha, com uma população de cerca de 6 500 000 habitantes;

Conclusão e aprovação dos estudos e planos territoriais em curso, referentes às seguintes zonas: área metropolitana de Lisboa; área metropolitana do Porto; Costa da Galé; ilha de S. Miguel; ilha de Santa Maria; Carvoeiro e Lagoa — sector 5 do plano regional do Algarve;

Arranque no 1.º triénio, dos planos territoriais respeitantes às

áreas seguintes: sectores 1, 2, 7, 9 e 10 do plano regional do Algarve; faixa litoral entre o rio Ave e o rio Minho; concelhos de Vila da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis, do plano regional de Aveiro; ilha de Porto Santo; Leiria-Marinha Grande; Coimbra-Figueira da Foz; Covilhã-Cova da Beira; vale do Tejo (Santarém e Torres Novas-Tomar-Abrantes); concelhos envolventes do porto e ria de Aveiro; Guimarães e povoações próximas, concelhos de S. Martinho e Salir do Porto; e parte do concelho de Odemira. Cada um destes planos cobre, em média, cerca de 92 000 ha e abrange uma população que ronda os 370 000 habitantes;

Cobertura durante o hexénio, com planos territoriais, de todas as áreas consideradas como prioritárias na perspectiva do ordenamento do território.

35. Quanto à *elaboração de planos gerais de urbanização*, indicam-se a seguir as metas que se definiram:

Preparação de elementos topográficos (plantas nas escalas 1/1 000 e 1/2 000), bases estereoscópicas e mosaicos fotográficos ou fotoplanos correspondentes a 200 000 ha e abrangendo uma população de 1 500 000 habitantes;

Revisão de 200 planos correspondentes a outras tantas localidades, abrangendo uma população total de 700 000 habitantes;

Elaboração de 100 novos planos de localidades;

A população total abrangida é de cerca de 900 000 habitantes, a que corresponde uma média de 9 000 habitantes por plano.

36. Tendo em vista a *participação das populações* nos trabalhos de preparação dos planos que lhes dizem respeito, prevê-se:

A elaboração e difusão de brochuras de carácter informativo contendo elementos simples, mas esclarecedores sobre: o que é um plano, razões da sua elaboração, conteúdo, interesse para a área abrangida, aspectos e fases acerca dos quais a população deverá dar o seu contributo, etc.;

A realização de sessões informativas;

A realização sistemática do inquérito público já previsto na lei

e a publicação dos respectivos resultados.

37. Pelo que respeita a *estudos da problemática do urbanismo*, preve-se a realização dos seguintes trabalhos:

Utilização do espaço urbano e padrões de desenvolvimento urbanístico;

Métodos de avaliação de alterações de planeamento e arquitectura urbana;

Investigação preparatória da utilização de modelos de descrição e simulação de processos urbanos; e

Preparação de um código do urbanismo que, simultaneamente com a enunciação de princípios básicos, colija as normas dispersas por vários diplomas, introduzindo-lhes as modificações entretanto aconselhadas pela experiência.

Promoção de uma gestão urbanística activa

38. No que se refere a *planos de pormenor*, a actuação conjugada, Administração Central-Administração local, visará:

A elaboração dos planos correspondentes às zonas de expansão prioritária previstas no faseamento da implantação dos planos gerais de urbanização.

39. Pelo que respeita à *execução da política de terrenos*, indicam-se em seguida os objectivos a atingir:

Efectiva constituição de um fundo de urbanismo dotado dos meios adequados, tendo em vista a importância e a dimensão das actuações necessárias;

Aquisição, com o recurso aos meios facultados pelo Decreto-Lei nº. 576/70, de cerca de 2 000 ha de terrenos em zonas de expansão prioritária dos aglomerados urbanos. Este total, que deverá ser acrescido dos terrenos necessários à expansão da rede escolar, inclui cerca de 1 000 ha destinados aos programas integrados a executar pelo Fundo de Fomento da Habitação.

40. São os seguintes os objectivos a atingir no que se refere à *criação de novas zonas para habitação e instalação de actividades*:

Execução das infraestruturas urbanísticas e equipamentos indispensáveis à normal e racional utilização de 1 800 ha de terrenos

de expansão urbana ou de implantação de novos aglomerados. A área indicada possibilitará a instalação de cerca de 90 000 fogos, que alojarão cerca de 280 000 habitantes;

Definição de esquemas de orientação e incentivos, visando a participação de actividade privada.

41. No domínio da *renovação urbana*, os objectivos a atingir, dificilmente quantificáveis, consistem:

Na inventariação de centros e zonas urbanas a renovar e revitalizar e de conjuntos imobiliários que, por motivos históricos, estéticos ou culturais, mereçam ser preservados;

No *contrôle*, de acordo com os interesses da comunidade, da demolição e substituição de edifícios nos centros urbanos, através da publicação de legislação apropriada;

Execução, na sequência do plano já aprovado para a zona do Barredo, na cidade do Porto, de um programa de operações de renovação urbana a definir, tendo em conta os planos gerais de urbanização e o inventário acima referido.

42. No que se refere à *recuperação de aglomerados ou zonas urbanas que se desenvolveram em condições defeituosas*, são os seguintes os objectivos específicos a atingir:

Recuperação, através da execução das necessárias infraestruturas e equipamentos colectivos, de um conjunto de aglomerados ou zonas urbanas (incluindo os planos já em curso para Vale de Milhaço, no concelho do Seixal, e para a Brandoa, no concelho de Oeiras), abrangendo, na totalidade, uma população de cerca de 180 000 habitantes.

Fomento da instalação de equipamento urbano e rural

43. Para além das acções que em diversos outros sectores são consagradas a este domínio, são de individualizar neste capítulo os seguintes objectivos:

Definição, com base nos estudos prévios julgados necessários, da tipologia de equipamentos colectivos com que devem ser dotados os aglomerados urbanos, a fim de bem poderem desempenhar a função que lhes fôr destinada no conjunto da rede urbana;

Prosseguir a execução do progra-

me de infraestruturas e equipamentos que vem sendo executado por iniciativa das câmaras municipais e de diversas entidades de interesse público, com a comparticipação do Estado.

Criação de condições de salubridade nos aglomerados populacionais

44. A consecução deste objectivo exige uma conjugação de actuações dispersas por diferentes capítulos. Sendo assim, indica-se apenas a contribuição deste sector, que, além do mais, se processará através da realização dos seguintes objectivos:

Conclusão de 250 projectos em curso, de abastecimento de água, beneficiando uma população de 400 000 indivíduos;

Execução de novos projectos de abastecimento de água, em número e dimensão a ajustar com as autarquias locais, em função de prioridades a estabelecer;

Conclusão de 160 projectos em curso, de esgotos, beneficiando 350 000 habitantes;

Execução de novos projectos de esgotos, a definir com a colaboração das autarquias locais, em função das prioridades a estabelecer;

Conclusão dos projectos em curso, de recolha e tratamento de lixo, abrangendo 800 000 habitantes;

Execução de novos projectos de recolha e tratamento de lixo, abrangendo 1 milhão de habitantes;

Execução do projecto de abastecimento de água da região de Lisboa;

Construção de interceptor e da estação depuradora dos esgotos da cidade de Lisboa;

Habitação

Dinamização da política nacional de habitação

45. No que se refere à *realização de estudos visando a adopção de medidas de política habitacional*, são os seguintes os objectivos específicos a prosseguir:

Perfeito conhecimento das características do mercado da habitação;

Conhecimento das necessidades específicas dos diferentes grupos sociais;

Análise e acompanhamento permanente do comportamento dos

diferentes factores e agentes económicos;

Estudo e adopção das medidas aconselhadas em função dos objectivos anteriores (definição de tipos de habitação e correspondentes níveis de rendas, aperfeiçoamento dos regimes de utilização ou cedência das habitações, adequação dos programas de construção e ajuda financeira ou de incentivos, etc.).

46. A *informação dos responsáveis pela construção e dos potenciais utentes das habitações* é um domínio de actuação para que concorrem os seguintes objectivos:

Difusão adequada dos aspectos mais salientes dos planos gerais de urbanização e dos planos de pormenor referentes a zonas de expansão prioritária;

Informação pública do ritmo de execução das infraestruturas urbanísticas incluídas em programas de alargamento do tecido urbano;

Oportuna informação pública sobre os programas de construção, suas características, dimensão, escalonamento no tempo, investimentos, etc.;

Difusão, através de publicações de simples e fácil compreensão, das condições de acesso às habitações e à ajuda financeira e outros incentivos do Estado.

47. No que respeita à *efectiva concentração de meios no Fundo de Fomento da Habitação, acompanhada do reforço da sua actividade coordenadora*, os objectivos a atingir traduzem-se no seguinte:

Definição, em conformidade com as normas do novo estatuto jurídico do Fundo, das fórmulas que permitam institucionalizar a canalização de meios financeiros para os seus programas habitacionais;

Efectiva coordenação das entidades públicas que intervêm no sector;

Garantir a regular, racional e efectiva utilização dos meios e facilidades concedidos aos promotores ou construtores de habitação.

Incremento da produção de habitações e sua adaptação às necessidades da procura

48. No que respeita ao *incremento da iniciativa pública*, os trabalhos de programação foram conduzidos com

vista a atingir-se o seguinte objectivo:

Construção de 85 000 fogos, dos quais cerca de 20 000 a atribuir em regime de propriedade resolúvel, destinando-se os restantes a renda económica. Por entidades ou organismos promotores, o total de habitações a construir distribui-se do seguinte modo:

- | | |
|--|--------|
| a) Fundo de Fomento da Habitação | 45 000 |
| b) Caixa Nacional de Pensões (Previdência) | 2 130 |
| c) Câmaras municipais, Misericórdias e outras entidades, com ou sem participação | 10 370 |
| d) Gabinete da Área de Sines (a) | 18 500 |
| e) Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa | 9 000 |

(a) A execução decorre no âmbito do programa conjunto do Gabinete da Área de Sines, onde figuram os respectivos investimentos.

49. Relativamente ao *incremento da produção de habitações pela iniciativa privada e da sua contribuição para fins sociais*, prevê-se que no próximo hexénio possam atingir-se os seguintes objectivos:

Construção de cerca de 170 000 fogos destinados ao mercado de renda livre ou habitação própria, sem ajuda;

Construção de cerca de 50 000 habitações de renda condicionada em função da ajuda directa ou indirecta recebida do Estado (cedência de terrenos em condições especiais, facilidades de crédito a médio e longo prazos, etc.).

Melhoria da qualidade das habitações existentes e a construir

50. Tendo em vista o *aumento da segurança, salubridade e conforto das habitações*, e para além da contribuição indirecta de diversos programas e acções, prevê-se:

O aperfeiçoamento, quando tal se justifique, dos regulamentos de construção, bem como dos mecanismos do *contrôle* da sua aplicação;

A concessão de facilidades e incentivos diversos aos promotores de operações que adoptem certas normas de qualidade nas habitações a construir.

51. No que se refere ao *estudo e adopção, de métodos modernos de*

construção, e para além da influência que possam exercer no domínio da melhoria da segurança, salubridade e conforto das habitações, as medidas a tomar visam os seguintes objectivos:

Estímulo e desenvolvimento da investigação e experimentação de novas técnicas de construção;

Criação de condições que possibilitem a normalização e o recurso a técnicas de pré-fabricação;

Conter ou mesmo reduzir os custos de construção.

52. A *redução das disparidades existentes entre diversos tipos de habitat* será prosseguida através dos seguintes objectivos específicos:

Recuperação de 2 500 habitações abrangidas por operações de renovação urbana de centros ou zonas deteriorados;

Progressiva eliminação do *habitat* insalubre (alojamento em barracas, ilhas da cidade do Porto, etc.), através da destruição total ou da sua recuperação, conforme os casos. Prevê-se que 35 000 famílias venham a beneficiar de novos alojamentos;

Renovação de habitações rurais, incluindo a melhoria de arruamentos, caminhos de acesso, etc..

Ajuda individualizada para construção e aquisição de habitações

54. Pelo que diz respeito à *ajuda a funcionários públicos e dos corpos administrativos*, definiram-se os seguintes objectivos:

Continuação do programa de empréstimos, tendo em vista a construção ou aquisição de habitações;

Atribuição de subsídios de renda de casa, satisfazendo categorias ou casos específicos;

Revisão de regime jurídico que regula a concessão de empréstimos.

55. No domínio da *ajuda a beneficiários da Previdência*, prevê-se continuar o programa de empréstimos para construção, aquisição ou beneficiação de habitações e a revisão do respectivo regime jurídico.

56. Relativamente à *atribuição de subsídios reembolsáveis a particulares* para autoconstrução, os objectivos a atingir traduzem-se:

Na concessão de subsídios para construção de habitações; e

Na revisão do regime legal e dos critérios de atribuição dos subsídios.

HIERARQUIZAÇÃO DOS CENTROS URBANOS E PROMOÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

vasco geraldês cardoso

I Origens da Ciência Urbanística

Como introdução ao tema que irei abordar relativo à Hierarquização dos Centros Urbanos e ao interesse destes estudos na promoção social e económica das populações neles residentes, ou que do seu equipamento se servem, parece oportuno fazer primeiramente algumas considerações sobre o Urbanismo como Ciência e referir, muito resumidamente, alguns diplomas legais que a oficializaram e regulamentaram ultimamente.

O sentido ou instinto gregário do homem e as necessidades que emanam dessa vida comunitária, fizeram-no primeiro procurar lugar para habitação e obtenção de meios de subsistência, defesa ou segurança e mais tarde pensar na forma de escolher e organizar os espaços, onde essa permanência comum fosse possível e conveniente.

Estas duas atitudes, procurar lugar e pensar na forma da sua organização, estão na base de toda a evolução criadora do habitat, na origem do estudo dos Centros Urbanos e são o início dos costumes, das tradições e definições da arte de os realizar.

É longínquo o início do fenómeno dos seres humanos se juntarem em grupos, em tribos e, abandonando a vida nómada, fixarem a sua actividade a habitação, em locais propícios à satisfação destas duas necessidades comuns.

A vida em comunidade determinou hábitos, criou carências desconhecidas pelos nómadas, originou conceitos de organização e disciplina que exigem reflexão e provocam intervenções de cada um e de todos os seus membros nos mais variados campos da vida comunitária tendentes à melhoria

dos incipientes Centros Urbanos, por eles fundados.

O Urbanismo será assim a síntese das múltiplas intervenções que uma colectividade tem necessidade de efectuar para assegurar a vida, o bem estar e a satisfação espiritual dos seus membros.

Como se manifestam então essas intervenções e de que maneira se poderá avaliar o contributo trazido pelos agregados humanos para o progresso da concepção dos espaços habitados?

A resposta a esta interrogação é a própria História das Civilizações. O progresso das ideias, a evolução dos conhecimentos tecnológicos e a melhoria das técnicas operacionais, são o fruto de grandes esforços em comum com um objectivo supremo: o interesse geral!

Ao apuramento e selecção dos êxitos nas experiências urbanas efectuadas, ao longo de séculos, à sua coordenação harmoniosa, à síntese inteligente das realidades da vida comunitária e à definição dos princípios ou leis, que regulam aquele interesse geral, poderá então chamar-se a Ciência Urbanística.

É portanto, em nome e ao serviço da maioria que as colectividades empreenderam as grandes obras urbanas, que escolhem os melhores ou mais curtos percursos para transitarem de um lugar habitado para outro ou para os seus campos de actividade, é ao serviço das conveniências mercantis e na medida dos conhecimentos e experiências vividas, que se estabelecem nos locais de encorajamento e atracção nos rios e costas marítimas.

A evolução do Urbanismo deu-se em paralelo com o progresso das outras Ciências e com os conhecimentos obtidos pela humanidade ao longo dos séculos.

A transformação gradual dos seus princípios e leis de orientação, processa-se assim desde remotos tempos, anteriores à era cristã, através das civilizações nascidas na Ásia Menor, no Norte de África e no Oriente, continuando a modificar-se na Idade Média, e sendo fortemente influenciado pelo brilho espiritual e artístico do período da Renascença.

É dentro deste mesmo fenómeno de correspondência com o progresso das outras ciências, com as novas carências humanas, com a evolução do pensamento, da filosofia e do direito, que o urbanismo evolue, se adapta e cria novas soluções, expressões e técnicas. Quando iniciado o século XIX, o desenvolvimento industrial origina a deslocação de grandes massas de trabalhadores rurais para as cidades onde as indústrias se fixavam de preferência, o urbanismo encontra fortes motivações de atracção, um vastíssimo campo de análise, de estudo e de criação de soluções.

O rápido e informe crescimento das cidades provocado pela ocupação indiscriminada de áreas para habitação, trabalho, comércio e serviços, ocasiona a congestão e mau funcionamento dos Centros Urbanos impreparados e criam-se expressões urbanas e insalubridades, perniciosas para as populações.

Esta situação desenvolve a formação de especialistas que analisam os erros cometidos e estudam soluções para o ordenamento urbano conducente à melhor organização do novo tipo de cidade e proporcione aos seus habitantes casas mais higiénicas, maior conforto e menores perigos.

Criam-se então modelos de planeamento urbano, as cidades surgem estruturadas para as novas exigências da vida das comunidades, segregam-se

as actividades industriais dos tecidos urbanos destinados à habitação e ao repouso, quantificam-se características normativas da ocupação do solo, nascem os primeiros exemplos de valorização do espaço citadino através dos espaços verdes privados e publicos e intervêm na composição conceitos paisagísticos e de estética.

Esta enorme transformação do tipo de vida da humanidade faz apurar os métodos de estudo, definir novos conceitos de utilização do solo, estabelecendo em suma, novas bases na Ciência Urbanística para mais perfeitamente servir a humanidade no seu novo destino.

De então até aos nossos dias decorreu pouco mais de século e meio no qual a evolução de todas as ciências, predominantemente da Física e da Química, puseram ao serviço do homem meios de acção que voltaram a face do globo.

A Humanidade vira até então a sua vida ritmada pela cadência do passo de cavalo. A intervenção da máquina no transporte e na produção, contribui de forma indescritível para a velocidade a que todo o progresso passa a processar-se.

As distâncias entre os Centros Urbanos encurtam-se mais ainda com o aparecimento do telégrafo, do telefone, com a divulgação noticiosa e com os serviços regulares de caminhos de ferro e carreiras marítimas, etc.. As descobertas processam-se a ritmo pasmoso em todo o século XIX e são levadas rapidamente para todos os continentes. A Humanidade vive freneticamente.

A actividade industrial empola-se febrilmente com a produção de artigos cada dia mais diversos e numerosos, e as possibilidades comerciais aumentam com a exportação em volume e frequência até então desconhecidas.

Paralelamente com todos estes acontecimentos directamente impulsionadores do desenvolvimento do Urbanismo com carácter e métodos de estudo científico, cresce a população da Europa em ritmo imprevisível. Em Inglaterra por exemplo, e só durante o século XVIII, a população passa de 6 para 10 milhões de habitantes.

O crescimento demográfico e a atracção que as cidades continuam a exercer sobre os camponeses marcam forte premência na elaboração dos estudos de expansão das cidades a um ritmo tal que anteceda as necessidades

urbanas e preveja as tendências do desenvolvimento.

II O Planeamento Regional

Com o incremento do Planeamento de áreas extraurbanas iniciado pelas necessidades de melhoria das estradas existentes e do estabelecimento de uma rede de acessibilidade interurbana e regional, adaptada às novas exigências do tráfego, desenvolveram-se os estudos topográficos das áreas entre os grandes Centros Habitados dando lugar à criação de novas cidades e a um mais racional e maior cultivo agrícola.

As produções agropecuárias têm consumo assegurado nos grandes Centros Urbanos e Industriais onde chegam rapidamente através das redes de transportes mecanizados, desenvolvendo-se assim a vida comercial em todos os níveis e sentidos.

Estas circunstâncias determinam o estudo das potencialidades demográficas e o da capacidade produtora, não só dos Centros Urbanos mas também das regiões envolventes e ocasionam a apreciação e dimensionamento das áreas sobre que aqueles Centros exercem a sua influência.

Os propósitos deste tipo de estudos para a transformação e enriquecimento de grandes áreas por meio da sua organização territorial não são uma criação do nosso tempo.

As civilizações Grega e Romana deixaram-nos vários exemplos de intervenção planeada para a recuperação agrícola de áreas envolventes, de centros populacionais importantes para a drenagem de vastas superfícies pantanosas e seu aproveitamento subsequente quer pela agricultura quer ainda pela sua ocupação racional de novos centros urbanos servidos por uma rede viária planeada em ligação com as infraestruturas existentes.

São notáveis as realizações então efectuadas para captação e transportes de água potável destinados ao abastecimento dos centros urbanos e à irrigação dos campos para aumentar a sua produtividade.

Este planeamento das áreas exteriores aos Centros densamente habitados impõe-se e facilita-se cada vez mais, nas zonas ou locais-chave, pela agudeza dos problemas e pela riqueza dos conhecimentos científicos com que a Humanidade se vai identificando.

A herança das gerações anteriores representa cada dia mais, apenas o tipo das carências. A solução evolue, sim-

plificam-se os meios de realização, tornam-se mais significativos os resultados.

O engenho do homem, a sua maior comunicabilidade, a sua arte e as leis que ele próprio se impõe, tornam-no mais apto e sábio e melhoram as suas condições de existência.

Lançam-se assim as Administrações, em apoio ou em paralelo com as iniciativas privadas, na defesa das áreas que a erosão devasta, na abertura de canais para transporte e utilização das águas armazenadas pelas barragens, na florestação de superfícies desérticas, no ordenamento das regiões onde a vida, de qualquer forma, tem interesse económico ou recreativo.

As cinturas sucessivas e asfixiantes das cidades consequentes de falhas das experiências urbanas rádiocéntricas encaminham as populações para o desejo de uma vida em condições naturais e campestres, facilitando a aceitação e tornando mais persuasiva, a doutrina urbanística imortal, baseada nos três princípios: — ar puro, sol e verdura.

Não foi porém suficiente a experiência das cidades jardim em virtude das áreas enormes que tal solução requeria e por contrariar o gosto gregário da Humanidade. As enormes distâncias a percorrer para qualquer das actividades que na cidade se devem cumprir, torna evidente o erro desta tentativa de solução urbana.

Houve portanto que ir mais longe para conciliar o sentido associativo e de entreajuda do homem com a sua necessidade de vida na natureza, sem o aumento gigantesco dos seus centros de habitação e trabalho.

A solução parece ter-se encontrado com o aumento das densidades populacionais, com a construção em altura, envolvida por áreas ajardinadas, com o estudo dos transportes colectivos e rápidos e com uma ampla análise e programação de vastas áreas regionais.

Dentro destes propósitos são estudadas, reajustadas e construídas as cidades de hoje que se fazem envolvidas por grandes áreas produtivas, industrial e agricolamente.

O planeamento Regional, indispensável na nossa época, equaciona assim o binómio cidade-campo e fomenta neste as actividades industriais, agrícolas, pecuárias e recreativas inconvenientes ou tornadas impossíveis naquelas.

Tem em conta a velocidade dos

transportes, a duração do tempo de trabalho, de descanso e de recreio, de que o homem carece e estabelece o zonamento das actividades de acordo com as aptidões e a defesa da natureza.

Planeia assim o espaçamento e dimensão dos centros urbanos, delimita as suas populações, cria as fontes de riqueza correspondentes, propõe a implantação e protecção das vias rápidas de circulação e preserva, da acção nociva do homem, vastas áreas destinadas ao seu próprio recreio e à conservação das flora e fauna naturais.

Por esta descrição feita a traço muito largo, poderá talvez compreender-se a morosa marcha da capitalização dos conhecimentos e das acções urbanísticas ao longo dos séculos, o seu mais rápido progresso e a sua transformação em procedimento científico do século XVIII até aos nossos dias.

III Legislação Urbanística Portuguesa

Referi no início destas palavras o possível interesse em citar, embora muito resumidamente, alguns diplomas legais específicos da actividade Urbanística. Não posso nem devo alongar-me nesta matéria pois o relevo que lhe é devido sai fora dos propósitos da minha intervenção neste momento.

Parece justo não esquecer e citar em primeiro lugar, pelo pioneirismo e seu interesse histórico, as "Instruções para as construções depois do terramoto", anexas ao plano de reconstrução de Lisboa após a destruição sísmica da Cidade em 1755.

As disposições que contém são orientadoras das providências a tomar e da forma de executar as construções dos novos edifícios. Especificava além das dimensões convenientes dos grupos de edifícios (quarteirões) as das ruas que os envolviam, conforme a sua função urbana, e determinava a tipologia da construção de cada lote desde o seu número de pisos, às dimensões dos vãos e ao material a empregar, das fundações aos vigamentos da cobertura. Estabelecia a normalização e standardização da construção.

Nestas mesmas instruções ficaram determinadas as áreas destinadas ao uso público e as compensações a dar aos proprietários daqueles terrenos, bem como a ocupação que nos restantes se deveria efectuar.

Este diploma constituía o Regulamento do Plano de Reconstrução

Urbana e simultaneamente era o Regulamento da Construção dos Edifícios.

Nos primeiros anos do século XX publicam-se o "Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas" que se destina a divulgar os melhores conhecimentos da arte de edificar e impõe normas que garantem a higiene das edificações e a Salubridade das mesmas áreas de interesse imediato.

O Regulamento Geral das Edificações Urbanas, que ainda hoje nos rege publica-se depois de 1940 e ele como muitas outras normas oficiais do controlo de Edificação, Viação e Saúde, são fruto do trabalho e investigação dos Organismos Públicos criados no âmbito das atribuições dos Vários Ministérios com a colaboração de inúmeros técnicos e profissionais de diversa especialização.

A competência própria dos Serviços Oficiais de Obras Públicas e Comunicações, tem proporcionado o estudo e a publicação dos Instrumentos Legislativos que as exigências do progresso vêm reclamando, nos campos:

- a) da expansão e remodelação dos Centros Urbanos.
- b) do planeamento regional
- c) no formato da habitação
- d) nas bases para a Construção de Edifícios Públicos Escolares, Hospitalares, da Justiça, Defesa etc..
- e) na conservação de Monumentos e Edifícios de Interesse Artístico e Histórico.
- f) no condicionamento das edificações e parques industriais.
- g) no fomento da agricultura e pecuária.
- h) na defesa e protecção da paisagem e de Monumentos naturais.
- i) na edificação de casas de espectáculos e campos de desporto e recreio
- j) na construção de equipamento diverso para as actividades de turismo, etc..

Toda a legislação defende direitos e estabelece obrigações às populações, restringe actuações que representam inconvenientes para a sociedade, no período a que se destinam e sempre que necessário, a legislação é actualizada acompanhando o progresso e a cultura e orientando as formas de actuação, no interesse geral dos cidadãos.

Não me parece necessário sair,

nesta matéria, da síntese muito breve que julguei indispensável mas antes de abandonar o assunto vou deixar, para quem de direito, uma sugestão:

No ano passado, no decurso de um Congresso Internacional realizado em França, o Director-Geral da Administração Política e Civil, Sr. Dr. Pires de Lima apresenta uma Comunicação sobre a Legislação Portuguesa do Urbanismo, Habitação e Comunicações. Esta tese despertou grande interesse e foi considerada aquela matéria legal, como de alto interesse e a mais moderna então.

Como é do conhecimento geral, o Ministério das Obras Públicas edita anualmente uma colectânea da legislação mais recente em publicações que dão a conhecer igualmente outras actuações nos campos mais diversos das Obras Públicas.

Dado que a legislação portuguesa, sobre Urbanismo, Habitação e Comunicações se encontra dispersa, se pode considerar das mais recentes em vários campos e tem, desnecessário é frizar, o maior interesse para todos os Serviços, Técnicos e a população em geral, não seria interessante reuni-la em colectânea única?

Esta colectânea poderia conter todas as disposições legais recentes e antigas, ainda em vigor, e ser actualizável em cada ano com a adição de um novo fascículo?

Aqui deixo a sugestão.

IV Hierarquização dos Centros Urbanos e Promoção Sócio-Económica

Na actividade desenvolvida pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, sobre a análise dos Centros Urbanos do Continente e Ilhas Adjacentes, o estudo dos seus problemas demográficos, expansão, infraestruturas viárias, salubridade, equipamento, abastecimentos, etc., está a efectuar-se pela Direcção dos Serviços de Planeamento Urbanístico, o Estudo de Hierarquização dos Centros Urbanos na sua área de Jurisdição.

O propósito deste Estudo é o de determinar as potencialidades urbanísticas correlacionadas, de definir, para cada aglomerado, o interesse demográfico, social, económico, cultural e regional, através da sua capacidade de influência exterior.

Os atributos que, para cada C.U., possam detectar-se e classificar-se, passando a funcionar como seus indicado-

res parcelares ou totalizadores no conjunto das funções, são, por assim dizer, os componentes do seu escalão urbano, os meios hierarquizadores de cada centro activo relativamente a todos os outros e às Regiões Plano.

Para além desta investigação sobre os centros urbanos e da área imediatamente circundante, por cada um influenciada, há que observar num estudo de hierarquia de lugares centrais o ambiente em que eles se localizam, as características físicas que os envolvem.

A complexidade aumenta quando se devam encarar os meios limitativos do progresso e do contacto entre populações vizinhas ou não distantes (acidentes orográficos — vales profundos — cursos de água rápidos ou largos — fronteiras administrativas diplomáticas legais — etc.).

Poderá citar-se ainda, como contendo a mesma força caracterizadora do tipo de aglomerado a estudar, mas funcionando de modo positivo, alguns meios impulsionadores ou, difusores de ideias, de modelos e de progresso. Assim podem referir-se a acessibilidade geográfica, os meios de comunicação natural ou as redes de vias construídas, os recursos energéticos, a riqueza geológica e até a tradição ocupacional e inventiva dos naturais, bem como os diplomas legais que lhes abriram novas perspectivas.

Para hierarquizar centros urbanos, há então que definir um método de investigações e análise e também que criar bases de representação gráfica e numérica das conclusões que seja possível apurar.

A Hierarquia dos Aglomerados Urbanos pode estabelecer-se para os mais variados campos de análise e para cada um deles haverá que estudar uma metodologia adequada à observação dos indicadores escolhidos.

No campo da observação urbanística e para os propósitos de intervenção que cabem à Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, é necessário seleccionar as funções que cada aglomerado desempenha e quantificá-las separadamente para que os dados apurados sejam significativos e orientadores da acção a desenvolver.

Os aglomerados serão assim inquiridos e quantificados relativamente às mesmas funções e só a essas, separadamente, apurando-se desta forma uma classificação, base das opções a tomar, em face do planeamento ou ainda, das obras a realizar anualmente.

A Hierarquia dos Aglomerados Urbanos, para que as suas conclusões sejam actantes, no campo do planeamento urbanístico, deverá incidir em aspectos especializados das funções dominantes daqueles Aglomerados pelo que deverá proceder-se à sua selecção por sectores especializados.

Assim, dever-se-á estudar também a hierarquia dos centros industriais, tal como a dos centros de turismo e ainda a dos centros administrativos, funcionando os resultados obtidos como meios qualificadores e esclarecedores da hierarquia atingida por certos centros urbanos do seu campo gravitacional.

V Selecção dos Centros Urbanos a Analisar.

O interesse da observação, que a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização tem sobre os Centros Urbanos do Continente e Ilhas, neste momento e para este estudo, manifesta-se para todos os núcleos habitacionais de população igual ou superior a 2 000 habitantes e para todas as sedes de concelho, embora de menor população.

Seleccionam-se para o trabalho a efectuar, todos os lugares habitados a partir do mínimo referido e independentemente das atribuições que lhes estejam conferidas por função administrativa ou qualquer outra qualificação a nível Nacional ou Regional.

A determinação deste propósito de selecção é motivada pela própria natureza do Serviço de Planeamento Urbano que tem de, com maior frequência, se debruçar sobre aglomerados deste tipo.

Para este estudo ficam excluídas as pequenas povoações de carácter rural que tradicionalmente dão apoio a actividades primárias.

Haverá assim que seguidamente estudar, embora por linha de investigação de outra natureza, a estruturação rural e relacionar as suas conclusões com a hierarquia dos Centros Urbanos já então obtida.

É ainda excluída deste estudo a área da Região de Lisboa por ela ser motivo dos estudos do Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa, Serviço desta Direcção-Geral, especialmente criado para o seu estudo urbanístico.

VI Valor dos Indicadores

A metodologia a usar para a

Hierarquia dos Centros Urbanos tem de dispôr de indicadores das funções características de cada aglomerado, em observação e meios de valorização das funções neles desenvolvidas, tal como dos bens e serviços que possuam.

A escassez de bibliografia, de conceitos técnicos e de métodos de actualização a seguir, em matéria desta natureza, é devida a este tipo de investigação urbanística ser ainda pouco conhecida e experimentada e por as respostas tentadas a questões similares, terem aparecido sob formas teóricas ou de análises empíricas.

A teoria de Christaller, a lei da gravitação universal de Reilly ou ainda as funções de Berry são bases teóricas, mediante as quais podemos efectuar algumas observações mas que não permitem estabelecer uma metodologia para averiguar, sistematicamente, do valor urbano dos aglomerados e estabelecer uma hierarquia que os jrmame ou distinga.

Interessa pois, para estabelecer uma hierarquia de centros urbanos, usar processos de inquirição que permitam determinar os factores de localização e a relação entre as: estrutura, equipamento, funções e o crescimento tido.

Igualmente há que seleccionar critérios básicos sobre o que interessa apreciar (volume populacional, base económica, funções e importância do potencial demográfico, área de influência e função predominante do centro urbano), para só depois valorizar os indicadores que traduzirão quantitativamente a situação de cada centro. Desta forma poder-se-á atribuir uma classificação pontuada, para todas as povoações em análise, que constituirá finalmente o seu escalão hierárquico entre o conjunto dos Centros Urbanos das regiões estudadas.

VII Áreas de Influência Exercidas

Os limites da influência dominante de qualquer centro urbano são determinados com base nos inquéritos e comprovados localmente sempre que necessário. Quando existam dúvidas no traçado das fronteiras de influência poderá estabelecer-se uma faixa de transição, seguir os limites administrativos existentes, ou procurar obter linhas de repartição de influências a partir da existência de barreiras físicas facilidades de ligação rodoviária e do poder absoluto de atracção de cada centro urbano.

Este procedimento teórico não permite a determinação rigorosa dos limites das áreas de influência. Verifica-se porém que conduz a resultados que se aproximam bastante da realidade se já é conhecida a área complementar de um centro urbano e se faz para ela a verificação relativamente a diferentes tipos de bens.

Pôde verificar-se assim que uma cidade capital de distrito, por exemplo, exerce a sua influência dominante num sistema espacial bem estruturado para além dos limites distritais, ao mesmo tempo que dentro do seu distrito há áreas que sofrem a influência de cidades com potencial hierárquico equivalente ao seu.

Estes conceitos ligados ao de centralidade permitir-nos-ão proceder à determinação dos limites da influência exercida. Centralidade não é mais que a acção exercida pelas funções centrais de um Centro Urbano perante as de outro no território envolvente. A acção de um termina no Ponto onde começa a fazer-se sentir da do Centro mais

próximo.

A progressão destas operações para pares de Povoações darão a sequência de pontos que definem a linha limite. Quando dois lugares centrais têm o mesmo potencial, o ponto de fronteira é equidistante de ambos e a linha limite das suas influências será uma recta.

O que em poucas palavras se pode dizer sobre um tão vasto e complexo estudo, talvez não tenha chegado para dar uma ideia clara do trabalho proposto, dos métodos que poderão seguir-se nas suas diferentes fases de execução e sobretudo do seu interesse como base informativa e orientadora do Planeamento Regional e Local.

São naturalmente morosos os processos de inquirição, registo e análise de dados colhidos e também muito demorada toda a representação gráfica que queira fazer-se tanto para o Continente como para qualquer dos Arquipélagos.

O grande alcance destes estudos além do da classificação dos Centros

Urbanos à luz da técnica urbanística, é o que se prende com o apuramento do equipamento que cada um deles possui, o valor da sua representatividade naquele Centro Urbano e na área em que exerce influência e ainda o registo para cada Centro Urbano das carências culturais, hospitalares, de trabalho e comércio, do recreio e transportes, etc..

Esta análise sistemática e as suas conclusões, que são a classificação e hierarquia dos Aglomerados existentes, constitui valiosa informação para os Planeamentos das Áreas Territoriais e dos Planos locais de Urbanização, e contribuirá fortemente para a promoção social e económica das populações residentes em cada Centro Urbano ou nas suas áreas de influência.

Todo este conjunto de estudos tem por fim o desiderato da Ciência Urbanística que é o bem estar e a felicidade das populações pela organização, disciplina e total equipamento dos seus Centros de Actividade e Residência, em duas palavras, tem por fim, o Interesse Geral.

ALGUNS ASPECTOS DA POLUIÇÃO INDUSTRIAL

É da máxima actualidade o presente artigo da autoria de Sebastião Joaquim Lopes Dias, publicado na "Itinerarium" — Revista trimestral de Cultura — ano XIX nº. 80 — Abril-Junho de 1973, pelo que o transcrevemos na íntegra.

1. Introdução

"A degradação do meio ambiente é um dos problemas mais importantes que se deparam à Humanidade dos nossos dias.

O consumo incontrolado dos recursos naturais, a rápida evolução das tecnologias, o crescimento intenso da industrialização e, consequentemente, a urbanização de grandes áreas territoriais poderão, se não forem devidamente planificados, originar perturbações do equilíbrio ecológico, de difícil previsão.

O interesse por estes problemas tem vindo a aumentar, reflectindo-se já à escala mundial. Foi em Abril de 1968 que em Roma se reuniram à volta de 30 personalidades (economistas, filósofos, investigadores...), com o objectivo de "reflectirem em conjunto sobre os vastos e complexos problemas do nosso tempo. Era o início do chamado "club de Roma", que não tem poupado esforços para chamar a atenção dos homens sobre a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento tecnológico com a preservação do ecossistema

planetário, mais concretamente, sobre o modo de orientar o crescimento no sentido de melhorar a qualidade de vida.

Para lá das actividades do "club", inúmeros estudos têm sido publicados, várias organizações têm-lhe dedicado a maior das atenções.

Em Junho de 1972, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente trouxe o assunto ao primeiro plano da actualidade. A Imprensa passou a dedicar-lhe honras de primeira página e são frequentes as

reportagens, mesas redondas, discussões. Infelizmente, sendo um assunto de natureza emotiva, é, na maior parte das vezes, tratado dum modo sensacionalista. Um número bastante elevado de pessoas, a maior parte das vezes desprovidas de bases técnicas ou científicas, escrevem e falam sobre temas relativos ao ambiente, baseando-se frequentemente numa visão mais negativa do que positiva. Esquecendo que a poluição industrial é apenas um dos fenómenos responsáveis pela deterioração do meio ambiente, criticam-se técnicos e industriais e como que se desenvolvem pressões para fazer parar o progresso tecnológico em muitas áreas.

A poluição aparece, assim, como um factor de preocupação do homem, que, no seu desejo de perscrutar o futuro, encontra interrogações dolorosas. Ela é, contudo, ainda mais preocupante para o técnico, visto ser sobre ele que incidem as atenções. É ele que terá de responder ao desafio das tecnologias.

Mas, para além da técnica, temos o campo das decisões e das planificações. É aqui que o problema terá de ser encarado em toda a sua amplitude.

Como se poderiam, por exemplo, banir os pesticidas da face da Terra, se isto acarretaria, conforme proclama a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), "possível fome e caos político, a nível mundial"?

O problema da poluição não é restrito a qualquer facção da humanidade. Terá de ser encarado por todos e só o esforço de todos, numa entejuda total, poderá responder ao desafio do futuro.

2. Poluição industrial

Se nos reportarmos à Poluição Industrial, podemos considerar os seguintes tipos de poluição:

- Poluição ocasionada pelos *efluentes gasosos*
- Poluição ocasionada pelos *efluentes líquidos e sólidos*
- Poluição *sonora*

A poluição gasosa consiste na libertação de efluentes gasosos resultantes duma reacção química. Nem sempre os efluentes gasosos são fonte de poluição, porquanto podem ser, nalguns casos, reintroduzidos no processo.

Quando tal não acontece, são

expelidos para a atmosfera. Diz-se, então, que os gases libertados "poluem".

Contudo, nem sempre essa poluição é prejudicial. Isso dedende, como é lógico, dos produtos expelidos, os quais variam conforme o tipo de Indústria.

Normalmente, os gases mais visíveis são os de menor importância, embora os seus efeitos psicológicos sejam grandes. É o caso, por exemplo, dos gases a temperaturas elevadas saturadas de vapor de água. Ao contacto com as camadas frias da atmosfera, o vapor de água condensa-se, formando fumos esbranquiçados, constituídos por minúsculas gotas de água, de comprimento variável, dependendo das condições meteorológicas e climáticas da região. Se estas forem pouco favoráveis e se a atmosfera estiver muito saturada de poeiras, há possibilidade de formação de *smogs*.

Nos grandes complexos Industriais, com várias fábricas próximas umas das outras, nota-se, ainda, um outro tipo de poluição gasosa. Admitamos uma determinada fábrica que liberta um certo elemento gasoso, capaz de reagir, "em fase gasosa", com outro elemento libertado numa fábrica vizinha. Na atmosfera, os elementos susceptíveis de reagirem, entre si, encontram-se, reagem e podem originar aerossóis constituídos por finíssimas partículas de diâmetro inferior a 1 micrón, capazes de originarem nevoeiros cerrados (*mists*) de difícil dissipação.

Para concretização do que acabamos de expor, suponhamos a existência de duas fábricas vizinhas, por exemplo, de ácido clorídrico e adubos. Por maior que seja a absorção durante o fabrico de ácido clorídrico, há sempre pequenas quantidades que se "escapam" para a atmosfera. Admitamos agora que se utiliza amoníaco no fabrico de adubos; se o amoníaco não fôr inteiramente absorvido, durante o fabrico dos referidos adubos, há possibilidades de pequenas percentagens serem arrastadas nos gases. O encontro, na atmosfera, dos gases clorídrico e amoníaco iria possibilitar a formação de cloreto de amónio constituído por partículas sólidas de diâmetro médio da ordem de 0,5 microns, com o inconveniente, já referido, da difícil dissipação.

Para evitar a libertação gasosa de poluentes, "lavam-se" os gases, mais concretamente, dispersam-se sobre eles soluções líquidas capazes de absorverem

os elementos poluentes.

Consegue-se assim que os gases lançados na atmosfera sejam "limpos" mas cria-se um outro problema:

- Dá-se origem à poluição líquida ocasionada pelas águas de lavagem, poluição essa que se vai juntar aos resíduos sólidos e líquidos resultantes do processo químico e não aproveitados ou recuperados no mesmo.

A importância da poluição líquida resulta da possível toxicidade de alguns efluentes e da maior ou menor influência no equilíbrio ecológico dos cursos de água e nas águas subterrâneas.

Finalmente, aponta-se a poluição sonora resultante da crescente multiplicação dos equipamentos e que é factor importante, pelos desequilíbrios emocionais e psíquicos que pode provocar.

3. Combate à poluição

Estabelecidas as fontes usuais de poluição industrial, interessa analisar os meios actualmente disponíveis para anular ou, pelo menos, reduzir os seus efeitos.

Esses meios são:

a) Escolha de matérias primas adequadas

A escolha criteriosa das matérias primas, a utilizar num determinado processo, pode provocar substanciais reduções da toxicidade ou, mesmo, das quantidades dos poluentes emitidos.

Com efeito, no processo químico desenvolve-se, não apenas a reacção principal, que transformará as matérias primas no produto final, mas ainda uma série de reacções secundárias dependentes em grande parte, das quantidades de "impurezas" presentes nas referidas matérias primas.

Estas reacções secundárias originam efluentes gasosos, que serão arrastados para a atmosfera, e efluentes líquidos e sólidos, os quais se diluem no produto final ou serão também arrastados para os rios e outros cursos de água.

Por exemplo muito corrente deste tipo de reacções secundárias é a queima dos óleos combustíveis com elevadas percentagens de enxofre. Libertam-se quantidades apreciáveis de anidrido sulfuroso, superiores aos mínimos considerados aceitáveis. A utilização de gasóleo (com resíduos de enxofre) como combustível propulsor dos veículos automóveis ocasiona a

libertação de quantidades de anidrido sulfuroso, superiores às libertadas nas Indústrias de ácido sulfúrico ou nas refinarias. Nota-se, ainda, que na Indústria a libertação de anidrido sulfuroso na atmosfera é feita a alturas elevadas (na refinaria da Shell, em Pernis-Holanda, existe uma chaminé com mais de 200 metros de altura) o que o dilui na atmosfera, enquanto que o anidrido sulfuroso, libertado pelos tubos de escape dos automóveis, é lançado na atmosfera, praticamente ao nível do solo. Isto é uma causa, mais do que a poluição industrial, da erosão acelerada dos monumentos que se verifica actualmente.

b) Escolha do processo químico mais aconselhável

Em face das matérias primas disponíveis, há que procurar qual o processo de transformação mais aconselhável. Interessa, evidentemente, que o rendimento de transformação das matérias primas no produto final seja o mais elevado possível, porquanto maior ele for, menores serão as "emissões" de produtos secundários. Dado que para um mesmo processo as tecnologias se vão desenvolvendo continuamente, a atitude do técnico deverá ser dinâmica, de modo a que, sempre que seja oportuno, introduza modificações ou pequenas alterações susceptíveis de contribuir para o já referido aumento de eficiência do processo.

A poluição aparece, portanto, como um factor condicionante, quer do processo químico, quer das matérias primas utilizadas.

Processos até aqui considerados como os melhores, do ponto de vista económico e mesmo técnico, vêem-se ultrapassados e substituídos por outros, estudados segundo novas perspectivas: anti-poluição, embora de menor rentabilidade.

c) Utilização de equipamentos anti-poluição

A tecnologia dos equipamentos anti-poluição tem vindo a desenvolver-se notoriamente nos últimos anos e

existem, agora, grandes possibilidades de tratamento de instalações, de forma a torná-las o mais possível "limpas".

Contudo, como já se referiu, a redução da poluição gasosa por lavagem de gases é, no fundo, uma causa de poluição líquida. Nestas condições, a escolha dum sistema anti-poluição a ser utilizado deve ter em conta que o ideal é o reaproveitamento dos líquidos de lavagem no próprio processo ou a sua transformação em produtos comercializáveis.

Esta última hipótese tem, em alguns casos, a vantagem de vir a contrabalançar a escassez de matérias primas. Um exemplo característico é o aproveitamento do fluor libertado em fábricas que tratem minérios, como a fosforite. O desenvolvimento de processos susceptíveis de permitirem a transformação do fluor, assim obtido, em diversos compostos fluorados, permite ver, com menos apreensão, a escassez de espato-fluor que se começa a sentir a nível mundial. Como se sabe, o espato-fluor era, até agora, praticamente, a única fonte económica desse elemento.

O estudo dos processos mais adequados, para anular ou, pelo menos, diminuir até níveis aceitáveis os poluentes emitidos pelas instalações industriais, deve ser conduzido tendo presentes os meios já referidos.

Cada instalação tem a sua própria "personalidade", não existindo esquemas rígidos que, uma vez aplicados, resolvam imediatamente o problema; daí a dificuldade do encontro da solução.

4. Aspectos económicos

Admitida a possibilidade de resolução técnica do problema da poluição industrial, depara-se-nos um novo obstáculo: o seu custo.

Qualquer que seja o meio utilizado no combate à poluição, seja esta gasosa, líquida ou sólida, há que verificar se o acréscimo de custo, devido à técnica utilizada para redução das emissões "poluentes", poderá ser suportado pelo preço de venda.

Há assim um trinómio — custo de produção, qualidade do produto, poluição — que coordena qualquer decisão a ser tomada neste campo. Sendo os mercados mundiais cada vez mais competitivos, é função da produção fabricar cada vez melhores produtos a preços mais baixos. O trinómio desloca-se assim desfavoravelmente, no que se refere a gastos, na luta anti-poluição.

A competitividade internacional dum dada Indústria dependerá da forma como cada país decidir repartir o custo da luta anti-poluição. Pode haver as situações seguintes:

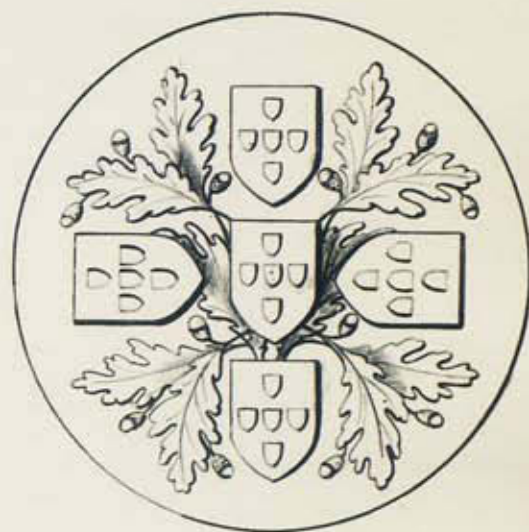
- os custos recaem sobre a própria Indústria contaminadora;
- as Indústrias são subvencionadas pelos Governos de forma a reduzir os seus encargos.

É evidente que esta última situação é mais dinâmica e mais coerente com a necessidade do progresso industrial.

Intimamente relacionado com estes aspectos económicos, aparece o problema da legislação. Com efeito, embora necessária, a legislação poderá ser mais ou menos rígida. Forçando as empresas e esforços suplementares, favorecerá a posição desta ou daquela empresa, em face da competitividade que já se referiu.

Os países altamente industrializados terão mais facilidade em suportar o combate destes custos do que os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, nos quais todas as energias são poucas para o arranque inicial.

Atendendo às inúmeras variáveis em causa, pensa-se que qualquer legislação anti-poluição, que pretenda fomentar, em vez de diminuir, o desenvolvimento económico, deverá ser precedida de amplo diálogo entre os organismos oficiais e os técnicos das empresas, de forma a estabelecer critérios flexíveis, susceptíveis de se acomodarem aos problemas específicos das várias regiões industriais e devidamente programados, a fim de evitar distorções que possam prejudicar o seu normal desenvolvimento."



ENTREGUES AS PRIMEIRAS MEDALHAS DE MÉRITO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Criadas em 23 de Abril as medalhas de mérito das Obras Públicas pelo Decreto-Lei nº. 190/73, foram entregues as primeiras a SS. Ex^{as}. o Chefe do Estado e ao Chefe do Governo.

Os antigos ministros das Obras Públicas, eng^{os}. José Frederico Ulrich e Eduardo de Arantes e Oliveira, receberam a medalha de mérito das Obras Públicas (grau de ouro) numa cerimónia que antecedeu o jantar de homenagem que o actual ministro daquela pasta, eng^o. Rui Sanches, ofereceu àqueles antigos membros do Governo.

Presentes ao acto, além do ministro das Obras Públicas, os secretários de Estado das Obras Públicas e do Urbanismo e Habitação e, ainda, os directores-gerais dos vários departamentos do Ministério, presidente da Junta Autónoma de Estradas, chefes de gabinete e secretários daqueles três membros do Governo, todos acompa-

nhados das esposas.

Antecedendo a entrega das medalhas criadas pelo Decreto-Lei nº 190/73, de 23 de Abril último, destinadas a galardoar não só funcionários do Ministério, como pessoas que ao Ministério hajam prestado serviço excepcional digno de relevo, o eng^o. Rui Sanches proferiu breve discurso, afirmando a breve trecho:

«Tive a honra de, juntamente com os srs. secretários de Estado, fazer entrega das insígnias da medalha de mérito das Obras Públicas a SS. Ex^{as}. o Chefe do Estado e o Chefe do Governo. Hoje, nesta breve mas penhorante cerimónia em seguimento das portarias já publicadas no "Diário do Governo", tenho a honra e o privilégio de impôr aos eng^{os}. José Frederico Ulrich e Eduardo de Arantes e Oliveira as insígnias de medalha de ouro de mérito das Obras Públicas».

Trata-se — acrescentou — de duas destacadas personalidades da vida pública portuguesa e da engenharia nacional,

que à frente da pasta das Obras Públicas se notabilizaram, dignificando o Ministério e servindo o País devotadamente. Não carecem VV. Ex^{as}. de quaisquer palavras de louvor ou elogio, pois os vossos nomes, srs. eng^{os}. Arantes e Oliveira e José Frederico Ulrich, falam por si próprios, com uma eloquência que as palavras apagariam. Mas, ao impôr-lhes estas insígnias, na presença dos mais qualificados servidores das Obras Públicas, sinto que o acontecimento me ultrapassa e se afirma na história, já centenária, do nosso Ministério».

E finalizou:

«Que esta cerimónia fique assinalada em nossos anais, para que possa constituir exemplo de gratidão quanto aos que bem serviram e dignificaram as Obras Públicas. E também de estímulo aos que prosseguem sem desfalecimentos nessa tarefa cada vez mais avassaladora e absorvente, ao serviço de Portugal, em todos os escalões e em todos os quadrantes, por onde trabalham esfor-

cadamente os bons servidores do Ministério das Obras Públicas».

Agradeceu o eng^o. José Frederico Ulrich, em seu nome e no do eng^o. Arantes e Oliveira dizendo:

«É difícil expressar quanto nos sentimos honrados e sensibilizados pela distinção que V. Ex^a., sr. ministro, nos concedeu. Tanto eu, em dez anos de serviço, como o eng^o. Arantes, em doze ou treze, nos entregámos com dedicação inteira à pasta que sobraçámos. E porque assim foi, entendemos que somos efectivamente merecedores deste ga-

lardão, mas não podem restar dúvidas que o trabalho então desenvolvido por qualquer de nós só foi possível pelo esforço de uma equipa de trabalho como era a então existente e que actualmente, dada a carência de técnicos de reconhecido valor, não será tão homogênea».

E prosseguindo:

«Foi essa bela equipa de técnicos categorizados — entre os quais se encontrava V. Ex^a. sr. ministro — que permitiu tivéssemos conseguido a obra grandiosa que se conseguiu. Vejo aqui

muitos de então, por gentileza que V. Ex^a. quis ter. E esse requinte de pormenor sensibiliza-me profundamente, o mesmo acontecendo ao eng^o. Arantes e Oliveira que, tal como eu, não pode esquecer esta maravilhosa família das Obras Públicas.

Porque não me é possível abraçar todos — finalizou —, permita-me, sr. ministro, que o abraçe a si e que neste abraço vá todo o meu desejo de que o Ministério das Obras Públicas prossiga na execução das brilhantes tarefas que tem prestado ao nosso país».

DECRETO Nº 190/73 DE 28 DE ABRIL

Usando da faculdade conferida pelo nº. 3º. do artigo 109º. da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1º. É criada a medalha de mérito das obras públicas, destinada a galardoar os funcionários do Ministério que se tenham evidenciado pelas suas qualidades excepcionais e as pessoas que lhe hajam prestado serviço excepcional digno de relevo.

Art. 2º. — 1. A medalha compreende os seguintes graus:

- a) Medalha de ouro;
- b) Medalha de prata;
- c) Medalha de cobre.

2. Os diversos graus serão conferidos de acordo com a hierarquia ou categoria das pessoas e a importância dos serviços prestados e méritos relevantes.

Art. 3º. As insígnias da medalha serão constituídas, conforme os desenhos anexos, por:

a) *Medalha.* — De forma circular, com 40 mm de diâmetro, de ouro, prata ou cobre, conforme os graus. Apresentará no anverso um conjunto de figuras alegóricas das obras públicas e no reverso as armas nacionais;

b) *Fita.* — De seda, com 30 mm de largura, com as cores em duas faixas verticais, da esquerda para a direita, verde e vermelha.

Art. 4º. — 1. A concessão da medalha compete ao Ministro das Obras Públicas, sendo as respectivas decisões publicadas no Diário do Governo.

2. Será organizado na Secretaria-Geral do Ministério um registo das concessões da medalha.

Art. 5º. — 1. Perdem o direito à medalha e ao uso das respectivas insígnias:

- a) Os funcionários que forem demitidos ou aposentados por motivos disciplinares;

b) Os que percam a nacionalidade portuguesa;

c) Aqueles que sejam condenados em pena maior, suspensão temporária de direitos políticos ou pena correccional por crimes que impliquem a incapacidade para provimento em cargos públicos.

2. Os funcionários a quem for imposta qualquer das penas previstas nos nºs. 5º. a 7º. do artigo 11º. do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado ficam, pelo tempo do seu cumprimento, privados do direito ao uso das insígnias.

3. A perda definitiva de direitos determina o cancelamento da mercê e obriga à restituição do respectivo diploma.

Marcello Caetano — Rui Alves da Silva Sanches.

Promulgado em 29 de Março de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República,
Américo Deus Rodrigues Thomaz.

visitas ministeriais

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

Prosseguindo uma acção concreta de contacto directo com as populações do País, inteirando-se das suas necessidades, anseios e realizações de interesse público, já tradicional na maneira de trabalhar que impôs aos seus Ministérios, o ministro das Obras Públicas e das Comunicações visitou novamente o

distrito de Viana do Castelo, nos dias 29 e 30 de Setembro, para apreciar e resolver "in loco", as pretensões dos municípios abrangidos nesta sua visita de trabalho ao Alto-Minho.

Acompanhado do secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, dr. Nogueira de Brito, e do chefe do distrito, dr. Vasco Faria, o ministro Rui Sanches iniciou o seu programa de trabalho dirigindo-se, pela manhã, ao concelho de Arcos de Valdevez.

Na sala nobre da Câmara de Arcos de Valdevez, antigo tribunal servindo agora de sede municipal, o ministro Rui Sanches, ladeado pelo secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, pelo governador civil, pelo deputado pelo círculo, dr. Júlio Evangelista, pelo presidente da Câmara e por outras individualidades distritais e concelhias, presidiu à primeira reunião de trabalhos.

O dr. António Gonçalves Ferreira, presidente do município, depois de saudar os membros do Governo, começou por apresentar a primeira alínea da agenda de trabalhos, referente à planta actualizada da sede do concelho, a qual tem por objectivo acelerar o plano de urbanização do mesmo. Sobre este assunto, e ouvidos os técnicos, ficou resolvido efectuar-se na próxima Primavera, por ser o momento mais indicado, o voo necessário à elaboração do levantamento topográfico, associado, aliás, a idêntico levantamento para os concelhos limítrofes.

O problema seguidamente referido disse respeito à construção dos arruamentos e à urbanização de determinadas zonas da vila, particularmente nas áreas envolventes da igreja da Misericórdia.

Encravado na parte central de Arcos, o histórico templo da Misericórdia, de valiosa arquitectura integrada na arte tradicional do Alto-Minho, tem anexo o consistório da mesma traça. Torna-se necessário, para desafogo da zona, realizar o conveniente arranjo, que obriga a obras de demolição ou de restauro. Ouvido o técnico responsável, arqtº. Fernando Peres, director do Serviço dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e depois da visita ao local, o ministro Rui Sanches decidiu pelo restauro e conservação do magnífico imóvel, o que só vem valorizar o património artístico da vila.

As urbanizações da Quinta do Sobreiro, destinadas a possibilitar a construção de um bairro de casas de renda económica para 36 famílias, permitindo o fomento da habitação social,

*O Ministro das Obras Públicas em
Arcos de Valdevez*





Um outro aspecto da visita ministerial a Arcos de Valdevez

cujo custo atinge 1 300 contos, e da zona do Espírito Santo, num total de 1 900 contos, com o fim de sanear uma área da vila com muitas deficiências, constituíram os pontos a seguir tratados, os quais, após os pareceres dos responsáveis pela urbanização do Ministério, foram resolvidos pelo ministro, que concedeu o máximo das participações legais, incitando o Município a iniciar, no mais curto prazo, as obras em referência.

Despachos favoráveis tiveram também os problemas relativos à urbanização da zona do hospital, no sentido

de se melhorar o acesso ao referido estabelecimento, e à aquisição de um edifício de três pisos, com terrenos anexos, numa extensão de 6 000 metros quadrados, para a instalação do Curso Geral de Administração e Comércio, cantina escolar e lar académico.

Um dos assuntos mais importantes apresentado na reunião, e que teve deferimento, referiu-se à construção de uma nova ponte sobre o rio Vez e de duas variantes às estradas nacionais 303 e 202, a fim de se melhorar o trânsito intenso que, diariamente, se processa sobre a actual ponte, que na

margem esquerda se encontra servida por um acesso já sem condições rodoviárias.

O importante melhoramento custa 14 000 contos, tendo sido recebido com grande satisfação por todos os presentes o despacho do ministro, que autoriza concedendo a verba necessária e decidindo no sentido de se começarem imediatamente as obras, logo que os respectivos projectos estejam aprovados.

Em seguida, foram tratados problemas relacionados com viação rural, pavimentação de troços, acessos a aldeias e ligações entre lugares do concelho, através de estradas ou caminhos municipais, melhoramentos que atingem o montante de nove mil contos.

O ministro Rui Sanches, acompanhado do secretário de Estado dr. Nogueira de Brito e restantes entidades, visitou depois os locais onde estão a decorrer obras públicas e os relacionados com os problemas tratados na reunião.

A visita do ministro Rui Sanches prosseguiu, depois, em direcção ao concelho de Ponte da Barca, em cujo Município presidiu a nova sessão de trabalhos.

Ao princípio da noite, o ministro visitou as novas instalações da Câmara Municipal de Viana do Castelo, onde foi recebido pelo respectivo presidente, eng^o. Reis Faria, vereação, Conselho Municipal e muito povo.

Depois de o ministro observar as salas do palácio para onde foram transferidos os serviços municipais, realizou-se, no salão nobre dos Paços do Concelho, uma sessão solene para entrega de um pergaminho com a proposta, aprovada por aclamação pela Câmara de Viana do Castelo, em que é concedida a cidadania de honra do concelho de Viana e a medalha de ouro da cidade ao ministro Rui Sanches.

No decurso da sessão solene o ministro Rui Sanches, depois de salientar a grande honra que era para ele estar na Câmara Municipal de Viana, lembrou:

"Quase no início do meu mandato de ministro, vim a esta cidade para estudar, com as entidades e os serviços do Ministério, eventuais soluções para o velho problema que, há longos anos se arrastava, de instalar a Câmara e os serviços municipais com a dignidade que a cidade merece e todo o concelho desejava. Por essa altura se decidiu que o Governo Civil continuasse no Palácio

dos Cunhas, oferecendo-lhe como alternativa mais aconselhável, de entre as várias então encaradas, a de adquirir o Palácio da Carreira para instalação e sede dos Paços do Concelho.

Logo o Governo meteu ombros à tarefa que lhe cumpria de restaurar o edifício do Governo Civil, para o que determinei a maior urgência, quer nos projectos de adaptação, quer na transferência dos serviços, de molde a realizarem-se as obras no mais curto prazo com a máxima eficiência. Tivemos o gosto de inaugurar, e solenemente, as novas instalações do Governo Civil, há pouco mais de dois meses, sob a presidência honrosa do Chefe do Estado".

Lembrou a seguir o ministro todos os trabalhos referentes à instalação dos serviços municipais naquele magnífico edifício, lembrando que tinha havido um conjunto de boas vontades para que a obra ficasse pronta o mais breve possível.

Em relação à honra que a Câmara Municipal acabava de lhe conceder (a cidadania do concelho e a medalha de ouro da cidade) o ministro Rui Sanches disse:

"Quis a ilustre Câmara Municipal distinguir-me de modo altamente penhorante e, já agora permitam-me o desabafo, não merecido quanto a mim. Creiam que Viana estará sempre no meu coração e no meu sentimento agradecido.

O ministro das Obras Públicas e das Comunicações não tem nem pode

ter preferências pessoais. A acção dos seus Ministérios cobre igualmente todas as parcelas do território metropolitano. O que fizemos, estamos fazendo e iremos prosseguir, neste distrito e nesta cidade, insere-se nesse plano global. A nós pode caber-nos o mérito — e em tal sentido tenho desde sempre actuado como governante — de acelerar as realizações, de não dar parança às equipas de estudo, de exigir a maior ponderação nos projectos, mas sempre o máximo de rapidez tanto nos projectos como na execução.

Viana do Castelo há-de renovar-se e preparar, como é justo que se renove e prospere. Assim o deseja o sr. Presidente do Conselho, e que assim há-de ser demonstra-o o trabalho persistente, a tenacidade e a acção de tantos dos vossos melhores concidadãos. São estradas e caminhos que se abrem e beneficiam todo o distrito, pontes que se erguem, abastecimentos de água que temos de multiplicar, escolas e saneamento, um mundo de realidades em que todos devemos empenhar-nos como um só. Foi, ontem, o magnífico edifício do Governo Civil, é o edifício da Câmara Municipal a reclamar as nossas atenções, será amanhã o magestoso hospital distrital. E será o porto de Viana do Castelo pólo dinamizador — reafirmo — desta região, obra que estudamos atentamente, para ser realizada tão cedo possível.

Termino agradecendo ao Município a distinção com que me honrou e a V.ª Ex.ª renovo o voto de que encon-

trarão sempre no ministro das Obras Públicas e das Comunicações um verdadeiro amigo de Viana".

No último dia em que visitou o distrito de Viana do Castelo, o ministro Rui Sanches, acompanhado do secretário de Estado, dr. Nogueira de Brito, do chefe do distrito, dr. Vasco Faria, e dos directores-gerais e de serviços dos seus ministérios, deslocou-se ao concelho de Melgaço, em cujos Paços do Concelho foi recebido pelo presidente da Câmara, dr. Sidónio Soares de Sousa, vereação, concelho municipal, autoridades concelhias e por muito povo.

Terminadas as reuniões de trabalho presididas pelo ministro Rui Sanches, nos Paços do Concelho de Melgaço e de Paredes de Coura, abeiraram-se da mesa da presidência quase todos os presidentes das juntas de freguesia daqueles concelhos e muitas outras pessoas, para exporem assuntos relacionados com melhoramentos públicos e outras necessidades das populações que representavam.

O facto seria normal se não tivesse sido precedido da apresentação ao ministro das Obras Públicas e das Comunicações de numerosos problemas pelos presidentes dos municípios referidos, dentro das carregadas agendas de trabalho oficialmente estabelecidas.

O diálogo daqueles representantes — de zonas em que acessos a freguesias isoladas, saneamento, assistência pública, desportiva, recreativa e cultural precisam de actualização urgente — com o ministro Rui Sanches, constitui participação positiva e louvável de pessoas que têm pelo conhecimento dos anseios sentidos pelas populações que vivem nas mesmas autarquias.

É um processo de os governantes ouvirem mais espontaneamente e tomarem conhecimento mais ao vivo dos problemas de pequenos aglomerados e que merece ser salientado, integrando-se, aliás, na maneira de actuar que o ministro das Obras Públicas e das Comunicações imprimiu nas constantes visitas de trabalho à metrópole e ilhas adjacentes.

DISTRITO DA GUARDA

Prosseguindo os contactos com as populações dos distritos do continente o ministro das Obras Públicas e das Comunicações iniciou no dia 4 de

Um aspecto da reunião de trabalho na C.M. de Melgaço





O Ministro das Obras Públicas, Eng^o. Rui Sanches ao presidir a uma reunião de trabalho na Câmara Municipal da Guarda

Outubro mais uma visita de trabalho ao distrito da Guarda.

Acompanhado pelo governador civil, dr. José Maria Andrade Pereira, e pelo secretário, eng^o. Magalhães Pacheco, o ministro Rui Sanches deslocou-se pela manhã ao concelho de Seia, em cujos Paços presidiu à primeira reunião de trabalhos.

À entrada da Câmara receberam o ministro, o presidente do Município, dr. António Baetas Coimbra, vereadores, conselho municipal e outras entidades distritais e concelhias, assim como os directores-gerais e dos serviços dos seus Ministérios, que o acompanham.

Dando início à reunião, o presidente da Câmara, após breves palavras de saudação, iniciou a apresentação dos problemas constantes da agenda, o primeiro dos quais se relacionou com o abastecimento de água e saneamento a Loriga, freguesia com grande densidade populacional e muito industrializada, melhoramentos importantes e cuja execução há muito que era solicitada pelos habitantes daquela zona.

Apreciados os memorandos nos seus aspectos financeiro, económico e social e ouvidas informações dos técnicos responsáveis, o ministro despachou favoravelmente, concedendo as comparticipações e subsídios solici-

tados para o custo das obras, que atinge oito mil contos.

Seguiu-se a apreciação da pretensão relativa ao abastecimento de água e saneamento a S. Romão, assunto que, ao ser tratado, levantou o problema do estudo do reforço do caudal de água para abastecer a sede do concelho, a ser considerado a partir deste momento conjuntamente.

O ministro decidiu que se iniciasse imediatamente a elaboração do projecto da execução do melhoramento, concedendo as comparticipações e subsídios pedidos.

Seguidamente, nos Paços do Concelho de Manteigas o ministro Rui Sanches presidiu à segunda reunião de trabalho.

O presidente do Município, sr. Adelino Esteves de Carvalho, depois de cumprimentar o ministro e agradecer a sua presença, apresentou o primeiro problema constante da agenda, referente à regularização do leito e margens do ribeiro que passa na vila. O presidente salientou que esta obra é já pedida pelos habitantes de Manteigas há longos anos e constitui um dos grandes anseios da vila a sua regularização, indo beneficiá-la no seu aspecto geral. Solicitada a sua inclusão em plano e a sua execução pelos Serviços

Hidráulicos, o ministro considerou que os estudos da obra ainda não estavam completos, para sobre eles se pronunciar. O problema é difícil e vai ser estudado pela Direcção Hidráulica do Mondego.

O segundo ponto da agenda referia-se ao reforço de abastecimento de água a Manteigas e às freguesias da Senhora dos Verdes e Caldas.

Quanto ao problema dos esgotos em Manteigas e Sameiro, o ministro despachou no sentido de o estudo já elaborado para o efeito ser transformado com urgência em projecto para execução da obra.

No final, o ministro concederia alguns milhares de contos para resolver assuntos de grande interesse público para a vila e concelho de Manteigas.

A última reunião de trabalhos do primeiro dia da visita do ministro das Obras Públicas a este distrito, efectuou-se nos Paços do Concelho do Sabugal.

O primeiro assunto a ser apreciado, aberta a reunião, foi o que se relacionava com a elaboração do plano geral de urbanização da vila, pedindo o presidente do município, sr. José Maria Gonçalves Baltazar, que a Direcção-Geral de Urbanização elaborasse o respectivo plano, despachando o ministro favoravelmente.

Seguidamente, tratou-se do problema da rede de esgotos domésticos e pluviais do Sabugal e da remodelação da rede de água domiciliária à vila.

A construção dos Paços do Concelho foi a seguir apreciada, tratando-se da escolha do local para a sua instalação, já assente. Vai ser elaborado o projecto, cujo custo será pago no total pelos serviços oficiais competentes, para depois de aprovado entrar em execução.

A construção do quartel dos Bombeiros Voluntários do Sabugal vai ser acarinhada pela Direcção de Urbanização da Guarda, que elaborará o projecto, dando o ministro toda a atenção ao assunto. Também a construção definitiva da Rua Marginal da vila, no montante de mil contos, foi objecto de despacho favorável, assim como o arranjo do Largo da Fonte do Sabugal, melhoramento que importará em 1 800 contos e que vai ter início da sua execução em 1977.

No segundo dia da sua visita de trabalho ao distrito da Guarda, o ministro Rui Sanches orientou os contactos com os responsáveis pela administração pública local e as populações, dentro do mesmo espírito de

obter conhecimento directo e total dos anseios dos povos e de resolver as suas mais urgentes pretensões, no sentido de lhes dar maiores possibilidades de progresso e de bem estar económico e social.

Numa perspectiva de participação autêntica e positiva, o ministro das Obras Públicas e das Comunicações criou um estilo próprio de governar, que dia a dia se vem acentuando, dando origem a maiores responsabilidades por parte dos serviços técnicos e das autarquias locais, ao mesmo tempo que permite uma maior consciencialização dos munícipes no sentido de participarem num estudo e apresentação de resoluções dos problemas públicos que lhes dizem respeito.

Acompanhado do governador civil e dos técnicos superiores dos seus ministérios, o ministro Rui Sanches partiu de manhã, desta cidade, em direcção ao concelho de Celorico da Beira, em cujos Paços do Concelho presidiu à primeira reunião de trabalho.

Recebido e saudado pelo presidente da Câmara, dr. Olegário Lourenço da Silva, o ministro entrou imediatamente na apreciação dos memorandos constantes da agenda.

Terminada a reunião de trabalho, o ministro deslocou-se ao castelo de Celorico, para observar as obras de restauro e dirigiu-se a seguir para a de Linhares, autêntico museu que a povoação guarda monumentos de arquitectura e pintura de raro valor histórico e cultural.

Recebido pelas autoridades locais, o ministro Rui Sanches começou por observar tábuas e quadros atribuídos a Grão Vasco e à sua escola, na Igreja da Misericórdia, cujas obras de restauro estão a ser realizadas sob a orientação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, percorrendo toda a povoação, que se poderia classificar de "freguesia de Linhares," monumento nacional."

Com efeito, desde o século V antes de Cristo que a presença humana ali deixou os seus testemunhos, em numerosos monumentos de arte, expressos no granito e na tela. Habitada pelos turdulos, romanos, árabes, primeiras populações da reconquista e depois nos primeiros séculos da nacionalidade Linhares encontra-se situada numa elevação destas terras frias e é guardada por um castelo construído e remodelado pelos nossos primeiros reis.



Um aspecto da reunião de trabalho na Câmara Municipal da Guarda

O "forum" romano onde as gentes de Linhares aplicavam publicamente a justiça, solares com janelas e portas onde os estilos isabelino e manuelino deixaram impressas as suas fortes influências de arquitectura, manifestações de arte na capela-mor da Matriz, antiga colegiada de um mosteiro, o pelourinho harmonioso no largo anexo à Misericórdia, e tantas outras expressões de arte, mereceram a maior atenção do ministro das Obras Públicas e das Comunicações, que, certamente, irá continuar a defender, através da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a povoação de Linhares, aldeia que guarda valiosos e excepcionais testemunhos do nosso património histórico e cultural, valorizando-se a sua arquitectura, restaurando-se edifícios que o mereçam e proibindo que se continuem a cometer atentados como os que se podem observar em casas pintadas de cores verdes ou azuis de tão mau gosto. É uma tristeza pensar-se que as paredes exteriores de certos edifícios cobertas com argamassa a cal branca ou tintas que ferem a vista e a sensibilidade artística, escondem, envergonhadas, a arquitectura tradicional, enriquecida pelo engenho e arte de oficiais que

trabalharam o granito, aparelhando-o com tanto saber e valor.

Depois de visitar o castelo, o ministro descerrou uma lápide que dá o nome de Largo Engenheiro Rui Sanches a uma praça.

Nos Paços do Concelho de Gouveia, o ministro presidiu depois à última reunião de trabalho nesta sua visita ao distrito da Guarda.

O presidente sr. José Manuel Henriques Pires das Neves, pôs à apreciação do ministro Rui Sanches, o memorando relativo à construção do mercado municipal da vila, importante melhoramento que custará cerca de 7 mil contos. O ministro, depois de estudar o problema em todos os pormenores e considerar o estudo económico do mesmo, participou a obra em 50 por cento e concedeu um subsídio de 25 por cento.

Finalmente, extra-agenda de trabalhos, os priores de Moimenta da Serra, Vinhó, Melo e de Vila Cortês da Serra, expuseram ao ministro pretensões referentes a obras de restauro e conservação de templos das suas paróquias, as quais mereceram a melhor atenção por parte do ministro das Obras Públicas e Comunicações.

SECRETARIA-GERAL DO M.O.P.

Uma estrutura renovada para dinamizar os serviços

Palavras proferidas por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas no acto de posse do Secretário-Geral do Ministério das Obras Públicas

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Reune-nos hoje a posse do novo Secretário-Geral do Ministério das Obras Públicas, posse que assinala a recente reorganização do importante órgão que fica sob a sua direcção e marca também o primeiro preenchimento do lugar, situado no mais elevado nível hierárquico do nosso Ministério.

Esta individualização do lugar de Secretário-Geral foi tentada à pouco mais de meio século, embora sem resultados que tenham perdurado.

Quando em 1919 foi criado o Ministério do Comércio e Comunicações, antecessor do Ministério das Obras Públicas, a Secretaria-Geral tomou lugar cimeiro na nova organização e atribuiu-se-lhe um titular privativo. Passado, porém, cerca de um ano, em Outubro de 1920, o Decreto com força de lei nº. 7 036 extinguiu o lugar de Secretário-Geral do Ministério do Comércio e Comunicações e substituiu-o pelo de Secretário-Geral do Ministério e dos Serviços de Obras Públicas, confiando-lhe o encargo de orientar superiormente e centralizar a administração de todos os serviços de obras públicas, imprimindo aos mesmos, dizia a lei, uma necessária unidade de acção e espírito de sequência com o fim de assegurar a sua maior eficiência e utilidade.

Creio que com tal amplitude de funções não chegou mesmo a haver algum Secretário-Geral e, pelo contrário, as missões do cargo foram muito restringidas pelo Decreto-Lei nº. 26 115, de 23 de Novembro de 1935, a partir do qual o Secretário-Geral passou a ser o director-geral de uma das direcções-gerais do Ministério.

Como V^{as}, Ex^{as}, sabem, nesse

regime se viveu até ao passado dia 1 de Maio, data em que entrou em vigor o diploma que remodelou os serviços da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas. Na realidade, mais do que a reorganização de um serviço, trata-se da própria criação de um órgão com categoria de direcção-geral, que, conforme a orientação estabelecida, deverá constituir o instrumento propulsor da reforma administrativa no Ministério e será simultaneamente o principal ponto de apoio da acção ministerial.

Desde há anos, sistematicamente desde 1968, que no Ministério das Obras Públicas se tem procurado agir em termos de reforma administrativa, procedendo à remodelação dos Serviços, simplificando e aperfeiçoando a máquina administrativa, diligenciando por modernizar os métodos de trabalho e tratando da formação e informação dos funcionários.

Foram criadas duas novas direcções-gerais, foi instituído o Fundo de Fomento da Habitação, criou-se o Gabinete de Planeamento e reorganizaram-se todas as outras direcções-gerais do Ministério e o Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes. Uma das mais recentes e importantes medidas foi a criação das Secretarias de Estado das Obras Públicas e do Urbanismo e Habitação.

Ao mesmo tempo, tem-se feito um importante esforço para melhorar o equipamento material dos Serviços, com destaque para as instalações, tanto dos Serviços centrais como dos Serviços externos ou locais, em que já foi possível modificar radicalmente algumas situações absolutamente impróprias. Trata-se, aliás, de um campo de acção em que as Obras Públicas tem de

desenvolver um vasto esforço em favor dos diversos sectores da Administração, pois torna-se dia a dia mais premente proporcionar aos serviços públicos instalações satisfatórias, condignas e convenientemente localizadas.

Por outro lado, tem funcionado no Ministério um Gabinete de organização e métodos, ao qual se deve um trabalho apreciável na modernização de métodos de trabalho no aperfeiçoamento profissional de funcionários administrativos, tarefas que também cumpre ampliar, para uma mais ampla acção reformadora.

Aliás, os problemas da produtividade do pessoal e do rendimento dos Serviços constituem motivo de constante e absorvente preocupação dos responsáveis pela condução deste Ministério, de tal forma esses problemas são directamente influentes na execução das suas missões, da maior importância para o fomento público do País.

Estamos a passar por uma grande crise de falta de técnicos, que dentro em pouco se poderá transformar numa crise de dirigentes dos Serviços, que são o fundamento de um Ministério eminentemente técnico.

Em 1953, o Ministério compreendia 7 Serviços de carácter permanente, incluindo a Direcção de Obras Públicas do Distrito da Horta, e 11 organismos de carácter eventual.

Vinte anos depois, em 1973, o número de Serviços de carácter permanente é de 11, enquanto que os organismos eventuais do Ministério são apenas 6.

Mas, em 1953 era de 807 o número de engenheiros, arquitectos e agentes técnicos de engenharia ao serviço do Ministério, ao passo que decorridos os mesmos vinte anos, não obstante o considerável desenvolvimento de todas as actividades das Obras Públicas, não subiu sequer de 20% o número de engenheiros, arquitectos, técnicos de diversas especialidades com

formação universitária e agentes técnicos de engenharia que temos ao serviço.

Neste momento, e excluindo o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, os quadros do Ministério encontram-se desfalcados em centena e meia de engenheiros e agentes técnicos de engenharia, que não tem sido possível recrutar por falta de candidatos. É um número demasiado grande para não ser fortemente sentido.

A par de medidas de carácter geral em favor do funcionalismo público, que certamente o Governo continuará a adoptar na sequência das providências em que se vem empenhando, haverá porventura que encontrar soluções próprias para alguns problemas específicos do Ministério das Obras Públicas.

Sem prejuízo do sistema da especialização técnica, está na base da actual organização do Ministério, será necessário cuidar do regular acesso nas diversas carreiras, evitar as longas permanências nas diferentes classes, em especial, na classe de entrada nos quadros, e adoptar outras medidas estimulantes e inovadoras.

Senhor Secretário-Geral:

Com um brilhantismo invulgar, tem V. Ex^a, dedicado ao exercício da função pública as suas notáveis qualidades de trabalho, a sua inteligência e o seu muito saber.

É V. Ex^a, um distinto autor das ciências administrativas a que se tem devotado com notório entusiasmo.

Pela colaboração activa que lhe tem prestado, conhece V. Ex^a, alguns dos principais aspectos da vida deste Ministério ligados ao novo departamento que desde hoje lhe fica confiado.

Por tudo isso, é claramente dispensável alongar estas considerações.

Devo, porém, apresentar os meus agradecimentos ao Senhor Correio-Mór pela compreensão e amabilidade com que também neste caso quiz distinguir-me, sacrificando os CTT à perda de um tão qualificado colaborador.

A V. Ex^a, Senhor Dr. João Alfaia, agradeço-lhe a forma pronta como se dispôs a assumir este alto cargo, abandonando funções queridas e a que tão justamente poderia conceder a sua preferência, inclusivamente por fortes razões afectivas.

Vemos a sua entrada neste Ministério das Obras Públicas com inteira segurança nos êxitos que vai obter e as minhas últimas palavras são para, em meu nome e dos Senhores Secretários

de Estado, lhe desejar as maiores felicidades.

No acto de posse como Secretário-Geral do Ministério das Obras Públicas, o senhor Dr. João, Guerra de Oliveira Alfaia proferiu o seguinte discurso.

1. Apesar de apaixonado pela História, fui sempre avesso a fixar datas. Contudo, jamais olvidei o de 18 de Janeiro de 1957 — data da minha admissão nos CTT.

Ao ser investido no lugar de assessor jurídico nessa grande Casa — onde já haviam servido meu pai e meu avô — tive consciência plena de tal acontecimento constituir algo que marcaria a minha existência. E não me enganei, pois foi realmente nos CTT — aos quais sempre me honrei de pertencer e a que continuam a ligar-me fortes laços — que se processou a minha formação como homem da Administração-Pública. Aí tive oportunidade e dispuz de ambiente de trabalho propício para debruçar-me sobre os problemas apaixonantes da referida Administração, "maxime" os da função pública, que vivi intensamente, ainda mesmo antes de participar nos longos e minuciosos estudos de que resultou a transformação dos CTT em empresa pública — fase inesquecível da minha carreira, tão rica em ensinamentos.

E foi também nos CTT que tive o privilégio de trabalhar com pessoas de elevado mérito, entre os quais — na impossibilidade de fazer aqui enumeração exaustiva — distinguirei o Senhor Correio-Mór, planificador notável, como o pode ser o intelectual que canalizou as suas potencialidades para a "coisa pública", além de pertencer ao número restrito daqueles de quem pode discordar-se, o então Director dos Serviços Administrativos e hoje Administrador designado, Dr. Francisco do Vale Guimarães, espírito rasgado o qual, além de possuir, também, em elevado grau, a virtude de respeitar a opinião alheia, e de, numa visão lúcida do problema do trabalho em equipe, preferir colaboradores recalcitrantes a instrumentos dóceis — no fim de contas, meramente passivos — me ensinou a estimular, valorizar e projectar tais colaboradores em vez de, como outros fazem, mantê-los na sombra em benefício próprio; o Secretário-Geral, Dr. João Rodrigues Gonçalves, a personificação do homem CTT, do

espírito de organização, da capacidade de trabalho e da eficiência, porventura, o funcionário mais completo que os mesmos CTT possuem; e o Consultor Jurídico, Dr. Fernando Eloy, decano dos juristas da empresa, em quem não sei qual admirar mais: se o jurista eminente, se o "gentleman" ou o trabalhador infatigável e minucioso que nele coexistem.

2. Por razões idênticas, também a data de hoje — em que ingresso em posição destacada neste grande e prestigioso Ministério — ficará, de igual modo, gravada indelévelmente no meu espírito.

Seria mesmo, para mim, este momento da maior e justificada euforia — em face de tamanha honra — se não sentisse, paralelamente, recair sobre os meus frágeis ombros a imensa responsabilidade, a magnitude do cargo em que acabo de ser investido.

Eis, pois, sem falsa modéstia, a dualidade de sentimentos, algo contraditórios, que me dominam neste preciso momento: a gratidão a quem tanta confiança depositou em mim; e o receio de não poder corresponder inteiramente a essa distinção.

Contribuem para acentuar o sentimento de satisfação a que aludi, o facto de ter colaborado já, durante alguns anos, em trabalhos deste Ministério o qual, pois, não é para mim totalmente desconhecido; e possuir as mais gratas recordações dos contactos que, por motivo desses trabalhos, tive igualmente o privilégio de manter com entidades de diversos níveis hierárquicos — todas elas, no entanto, obedecendo ao denominador comum do profundo conhecimento das matérias em causa e do entusiasmo que punham na sua acção — desde Sua Excelência o Ministro o qual, na linha dos seus prestigiosos antecessores, é um estadista de visão esclarecida, de grande capacidade de realização e um reformador nato; Sua Excelência o Secretário de Estado das Obras Públicas que sempre me cumulou de gentileza e do qual recolhi a impressão, sempre grata a um jurista, do maior respeito pela legalidade e de um entusiasta por quanto se ocupa, inclusivamente a nova Secretaria-Geral, para cuja instalação tem obrado prodígios; os Senhores Presidente da Junta Autónoma de Estradas e Director-Geral de Viação, dois dirigentes verdadeiramente à altura dos elevados cargos que exercem; o



Momento em que S. Ex.^a o Ministro das Obras Públicas, Eng.^o Rui Sanches proferia o seu discurso no acto de posse do Dr. João G. de Oliveira Alfaia

Senhor Chefe de Gabinete do Ministro que me tem dado gentil, incansável e profícua colaboração com vista ao alicerçamento da referida Secretaria-Geral; e, enfim, toda aquela magnífica equipe de dirigentes e técnicos da Junta Autónoma de Estradas que me assistiu na tarefa, que constituiu para mim experiência bem interessante, da defesa das estradas nacionais. Isto, enfim, na impossibilidade de citar também exaustivamente quantos me deram colaboração valiosa em trabalhos deste Ministério.

Reforça, ainda, a minha satisfação pela investidura neste alto cargo o facto de, por via da competência que, através dele, me é conferida, ir colaborar na magna tarefa da reforma administrativa — atribuição deveras aliciante para um estudioso da função pública que deseja, veementemente, vê-la dignificada e eficiente.

Constituiria, porém, inconsciência imperdoável da minha parte não me aperceber da magnitude das tarefas a

realizar, do mundo de problemas a solucionar — e pior ainda — da carência de meios que hoje se me apresenta — sobretudo em matéria de pessoal qualificado e, "maxime", de licenciados — pois a missão de que passo a estar incumbido postula um grupo, onde predomine a qualidade, e se entregue, de alma e coração, ao exercício das suas funções, pois como já dizia o velho e sempre jovem Horácio, há 2 000 anos — e nem por isso deixa de ser menos verdade — "o facto de nos darmos ao trabalho é já meio trabalho feito" ...

Daí uma certa apreensão que não deixa de ensombrar este momento alto da minha vida funcional. Daí que eu apenas possa afirmar e prometer que tudo farei no sentido de corresponder à confiança que Suas Excelências o Presidente do Conselho e o Ministro das Obras Públicas em mim depositaram. Daí que apenas possa afirmar e prometer que me lançarei com entusiasmo e determinação no exercício das minhas novas funções.

3. Todavia, o facto de, neste Ministério, onde, pela sua natureza, preponderam, nos postos-chave, os técnicos no sentido mais restrito do termo — e, em especial, os engenheiros — ser investido, em cargo ao nível de Director-Geral um licenciado em Direito, creio interpretá-lo correctamente como significado, mais que uma distinção pessoal, o lúcido reconhecimento do papel deveras importante que ao jurista incumbe desempenhar na Administração-Pública e, designadamente na sua reforma.

A este respeito, tenho defendido, desde sempre, não por espírito de classe ou de grupo, mas por convicção arreigada a partir da experiência e do conhecimento dos factos, que se impõe fomentar e formar o tipo do jurista altamente especializado nos assuntos da Administração-Pública, vivendo os seus problemas e constituindo, se não o suporte fundamental da reforma administrativa, pelo menos um dos seus pilares.

Em suma, o técnico da Adminis-

tração-Pública, não menos indispensável ao seu funcionamento, que o técnico, no sentido específico do termo, quanto às suas realizações, devendo como tal ser encarado.

Para conferir a esta tese carácter axiomático, bastará apontar um nome, o do Prof. Marcello Caetano, o jurista insigne cuja produção, designadamente o chamado "Manual de Direito Administrativo" — em boa verdade, além do mais, autêntico "tratado da Administração-Pública" — constituirá o inelutável alicerce de todos os trabalhos da reforma administrativa — o ponto de partida de todos os estudos e, em muitos casos até, também o de chegada. Eis uma verdade que ninguém de boa fé ousará contestar.

Um outro aspecto muito importante que incumbirá ao jurista como técnico da Administração-Pública será o da reforma legislativa.

Preconizamos, a tal respeito, a criação de um tipo de legislação que, assentando em esquemas lógicos e na fixação dos conceitos utilizados, torne acessível e atraente o conhecimento da lei, no sentido mais amplo, que, assim, tenderá a não constituir monopólio de uns tantos; e a revogação em bloco dos regimes jurídicos instituídos, sempre que os mesmos sofram alterações profundas, passando a vigorar novos diplomas que, embora voltando a ressuscitar parte das leis anteriores, reduzam ao mínimo o sistema da manta de retalhos legislativa a qual, a nosso ver, cria embaraços ao bom funcionamento dos serviços, que não são de menosprezar.

Assim, quanto a esta última, proposição, se pode vislumbrar-se um aumento de volume do Diário do Governo, o mesmo será, em nosso entender, pago com elevados juros pela comunidade e segurança que representará para os serviços lidar, na medida do possível, com diplomas únicos em vez de legislação avulsa.

Motivo pelo qual — além do mais! — lutaremos pela publicação, tão rápida quanto possível, de um Estatuto da Função Pública o qual, mesmo, que de início, se limitasse, no fundo, a complicar, sistematizar e uniformizar a legislação vigente — e bastante se poderá fazer, desde já, para além disso! — se justificaria plenamente, na medida em que forneceria à Administração instrumento

de trabalho adequado, no domínio tão importante da mesma.

E por idêntica razão se preconiza, também, a reforma das leis orgânicas deste Ministério, actuação que, aliás, se insere na linha de rumo já encetada por Sua Excelência o Ministro, através de alguns diplomas do maior interesse, mesmo dispondo, para tal, de meios reduzidos — designadamente sem contar com o apoio de uma Secretaria-Geral da natureza da agora instituída.

4. Se a missão que nos incumbe é árdua, temos de convir que não deixa de ser também deveras aliciante, uma vez que abrange, além dos tópicos já referidos da colaboração na reforma administrativa e na reforma legislativa, estes outros, aliás, estreitamente relacionados com aqueles: a organização e métodos, a documentação e a gestão de pessoal a que nos passamos a referir, em linhas muito gerais:

Numa época que plebiscitou justamente a racionalização e simplificação dos serviços — mas em que muitos a pregam e poucos a praticam — confessamo-nos os adeptos convictos da organização e métodos e podemos acrescentar que realizámos já algo nesse capítulo, embora sob o signo da intuição — uma vez que nunca frequentámos qualquer curso especializado — e num âmbito restrito — o dos Serviços Jurídicos e de Contencioso dos CTT.

Reduzir a esquemas os circuitos administrativos, simplificá-los e aperfeiçoá-los constitui tarefa que reputamos das mais curiosas, quando se possui o gosto pela esquematização. Mas há que não incorrer em exageros (já vimos, por exemplo, defender-se a eliminação pura e simples do registo de entrada e saída de documentos, sem nada que o substituísse!) e deve mesmo partir-se da ideia realista de que bastante do existente foi consagrado pela experiência — isto é, impõe-se combater a tendência de "alterar por alterar" substituindo-a pela de modificar apenas quando tal seja vantajoso, ficando ainda, à luz desta concepção, largo campo para explorar. O uso de novos instrumentos e processos — no topo dos quais se encontra a informática a qual, todavia, requer elevado bom senso, na sua aplicação, de molde a não tornar-se algo de desproporcionado, em termos financeiros, relativamente às necessidades que pretende servir — poderá e deverá contribuir para a

simplificação e eficiência da imensa máquina administrativa do Estado e entes públicos menores.

Nós acreditamos, sem reservas, na função pública; e que toda a Administração pode adquirir o mesmo grau de eficiência que outra qualquer grande organização evoluída, se não lhe forem negados, não só os meios materiais que a tecnologia oferece, como o indispensável elemento humano, pois de nada valerá a aparelhagem mais avançada se não existirem cérebros que a comandem e planifiquem a sua aplicação.

Nós sustentamos que toda a Administração-Pública se deve comportar como uma grande empresa pública, no sentido de eliminar toda a burocracia desnecessária e toda a actividade improfícua. Razão pela qual consideramos, por exemplo, marcado equívoco a tributação que incide sobre os vencimentos dos funcionários, com estatuto privativo, (das empresas públicas cujo pessoal se encontra sujeito a regime de direito público). Com efeito, não só não podemos de deixar de considerar tal regime contraditório com uma das finalidades visadas pela empresa pública a qual pretende, além de outros objectivos e como condição de atingi-los, melhorar os vencimentos do seu pessoal — pelo que a tributação incidindo sobre tais vencimentos representa, inequivocamente, tirar por um lado o que se deu por outro — como, ainda e sobretudo, tal regime ocasiona considerável perturbação burocrática na vida da empresa. É que há então que criar mais uma máquina burocrática — não tão pequena como isso! — para cálculo do imposto profissional que incide não apenas sobre vencimentos fixos como também sobre remunerações variáveis e eventuais! Uma vez que, no fundo, quem suporta o imposto é a empresa — isto é, a própria Administração-Pública — seria bem mais lógico e prático (e, sem daí advir prejuízo para o Estado em sentido estrito) que tais vencimentos deixassem de estar onerados pelo fisco, sendo aumentada a renda fixa paga pelas empresas públicas ao aludido Estado, num montante aproximado ao que resulte da atribuição. Eis, pois, o que representaria aliviar a máquina administrativa, no seu conjunto, de um pesado ónus burocrático. Eis, pois, um aspecto que a reforma administrativa não deve descurar.

Sob o aspecto de organização e



DR. JOÃO G. DE OLIVEIRA ALFAIA

métodos, este departamento esforçar-se-á por dar um contributo positivo a todos os demais deste grande Ministério, ao serviço dos quais se considera; mas, para tal, necessitará obviamente da colaboração e espírito de entre ajuda desses mesmos departamentos, com os quais contamos plenamente.

Em matéria de documentação procuraremos realizar ao serviço deste Ministério tarefa útil, sobretudo através da difusão de ficheiros de legislação, doutrina e jurisprudência, de compilações e publicações de carácter jurídico, que facultem aos sectores estritamente técnicos o preciso e fácil conhecimento da lei em que vivem, trabalhos esses que, aliás, abrirão caminho à reforma legislativa, que preconizamos como instrumento da reforma administrativa — já que, para inovar com segurança convém partir do estudo do que já existe, no sentido de "separar o trigo do joio".

Também neste capítulo — tanto da nossa predilecção — temos alguma experiência e procuraremos formar elementos que se ocupem de tarefa que exige, em elevado grau, a capacidade de esquematização e perseverança.

Mais uma vez, porém, tal programa dependerá de possuímos os meios adequados — sobretudo humanos — a tarefa tão útil e interessante como trabalhosa.

Já em matéria de gestão de pessoal — tão delicada como tudo quanto se

relaciona com o capítulo social, estando em jogo não apenas a tecnologia como valores humanos — temos de confessar que, a par de algumas ideias que, pessoalmente, temos como assentes, defrontamos grandes interrogações, que só o estudo aprofundado e a experiência futura poderão vir a solucionar.

Entre as ideias que defendemos, salientamos a de que se impõe fomentar o espírito de carreira — tão estimulante para o profissional — através da criação de quadros e grupos com maior número de graus hierárquicos que os actualmente existentes, procurando, todavia, evitar exageros que, na prática, viriam a conduzir, contrariamente ao que se pretende, à difícil ou tardia ascensão às posições cimeiras, a de que a constituição de tais quadros deverá ser no sentido de que a maioria dos servidores se não situe nas categorias inferiores mas, sim, nas intermédias; a de que a uma maior categoria funcional deverá corresponder tarefa mais qualificada ou de maior responsabilidade; a de que a categoria de entrada funcione como estágio, devendo a partir de certo período, o agente ser promovido automaticamente ou ser dispensado, consoante respectivamente o resultado do estágio for positivo ou negativo; a de que deve ser dada ao funcionário maior amparo na doença, estendendo o período de doença remunerada; a de que ao funcionário deve ser mantida, em princípio, a natureza vitalícia do seu vínculo à Administração-Pública, não só como polo de atracção para os seus quadros como no sentido de contribuir para a profissionalização e de conferir a independência moral e intelectual que deverá ser apanágio do funcionário. E não se pretenda que essa natureza estável do emprego público — que o torna socialmente mais avançado que o emprego privado — é causa da permanência, nos quadros da Administração-Pública, de uns tantos parasitas ou incompetentes. Quando tal se verificar, a culpa não recairá sobre o sistema mas sobre as pessoas — mais concretamente, sobre os dirigentes. Isto é, só a pusilanimidade obstará a que a Administração se não liberte dos maus elementos ou não os force a trilhar o bom caminho, pois também o sistema jurídico disciplinar inerente à função pública é bastante mais severa e expedito que o correspondente ao emprego privado.

Quer dizer, em última análise,

que o regime do emprego público, quando em confronto com o do emprego privado é mais vantajoso para os bons elementos — aos quais confere garantia de estabilidade, — e mais desvantajoso para os relapsos. Pois assim deve continuar a ser, em nossa opinião.

Não obstante o que acaba de referir-se, reconhecemos, porém, que a chefia — por implicar certas qualidades que podem não coexistir no agente zeloso e competente — deverá, em geral, ser exercida com carácter precário, a fim de melhor ser assegurada a satisfação de uma necessidade vital e imperiosa: o desempenho da chefia por dirigentes capazes. Na verdade, já dizia o nosso grande épico, que "um fraco rei faz fraca a forte gente"!

Mas a par destas opções deliberadas, preponderam no nosso espírito as dúvidas em matéria de qualificação do pessoal, matéria intimamente ligada ao importante instituto da promoção — duplamente importante, bem vistas as coisas: tanto do ângulo de funcionário, nela interessado moral e materialmente, como da própria Administração, que não possui menor interesse em que sejam os melhores a ocupar as posições cimeiras.

A época em que se entronizou o concurso de provas de exame, com fundamento em que o mesmo contribuía para o aperfeiçoamento profissional, parece estar ultrapassado. A "moda", hoje, inclina-se fortemente no sentido da informação de serviço — tese de que poderemos considerar-nos pioneiro, dado que, há cerca de uma dúzia de anos, quando se considerava heresia impugnar o aludido sistema do concurso de provas de exame, preconizámos desassombradamente, em letra redonda, o rendimento do trabalho, expresso em classificação de serviço, como elemento fundamental para a promoção.

Filiara-se tal doutrina na observação de que não só, muitas vezes, os concursos de provas de exame, em face de programas defeituosos e de condicionismos reprováveis — como o dos concursos à base de memória, não se permitindo aos candidatos a consulta dos seus normais instrumentos de trabalho — nem sequer chegavam a conduzir, verdadeiramente, ao aperfeiçoamento profissional, verificando-se apenas episódico armazenamento de conhecimentos destinados a rápido esquecimento; como ainda no facto, por demais comprovado, de, frequentemente, funcionários, que constituíam

sustentáculo dos serviços, serem ultrapassados por outros mais calmos, mais espertos ou até que se prepararam melhor por estudarem, mesmo, durante o período do próprio serviço.

Por outro lado, é um facto que os concursos de provas de exame, sobretudo quando precedidos de prazos dilatados, entre a sua abertura e a realização, são altamente perturbadores para os serviços, desencadeando tensões.

Simplesmente, há que reconhecer-lo também, não basta combater o sistema do concurso de prestação de provas; há que substituí-lo idoneamente! Ora aí é que surge o problema — o do "modus faciendi"!

Já temos visto a promoção por concurso de prestação de provas ser substituída — à falta de outra coisa! — pela promoção por antiguidade — sendo que esta, a nosso ver, não deve ir além de factor subsidiário em matéria de promoção. Isto é, devem preferir-se os mais antigos entre os melhores; mas não preferir os melhores pelos mais antigos!

O método de qualificação do pessoal baseado no preenchimento de questionários que, além de serem por vezes de muito difícil resposta, implica mais de um classificador, também não nos convence inteiramente pelo facto de tal pluralidade não assegurar a uniformidade de critério.

Eis, pois, como em matéria de qualificação de pessoal, embora permanecendo convicto que o fulcro da promoção deverá ser constituído pela própria actividade do funcionário e não pelo resultado de provas episódicas, nos achamos com poucas certezas, pela dificuldade que existe em descobrir sistema apropriado.

Ou será que é impossível atingir processo satisfatório nesta matéria?!

O que poderei dizer, desde já, é que sempre que a actuação do servidor possa ficar documentada (caso do serviço de dactilografia, no capítulo da execução; ou do parecer ou do estudo, no domínio da criação) me parece viável e aconselhável que o juri de um concurso documental se debruce sobre o trabalho produzido; figurando este como elemento fundamental da classificação — sistema este que colocaria o servidor, permanentemente, em concurso, bem vistas as coisas. E que, sempre que não possa evitar-se o concurso de provas de exame, entre a abertura deste e a sua realização o prazo deverá ser tão breve quanto

possível — pois interessa averiguar quais os conhecimentos que o funcionário possui normalmente e não aqueles que vai armazenar para especificamente enfrentar o concurso; os programas respectivos deverão visar matérias com interesse directo para a função; e aos candidatos deverá, também, em nosso entender, ser permitido usarem de todos os instrumentos normais do seu trabalho, incluindo livros e legislação, porventura, até, os seus apontamentos pessoais, pois as vantagens de tal sistema parecem sobrepujar os inconvenientes respectivos.

5. Dir-se-á, finalmente — e vão já demasiado longas as minhas palavras — que a Administração-Pública atravessa uma época de crise que se tem acentuado progressivamente.

Impõe-se, assim, que se realize, com presteza, quanto possa conduzir à inversão do sinal negativo. Mesmo que não seja o mais perfeito, a última palavra. Tanto mais que nada é definitivo; e o óptimo, como se sabe, é inimigo do bom.

Impõe-se edificar sobre conceitos e teorias, sob pena de cair-se no empirismo, mas combinar a doutrina com certa dose de pragmatismo.

Impõe-se reduzir o pessoal onde esteja a mais; e transferi-lo para os serviços dele deficitários. Em todos os casos, procurar substituir a quantidade pela qualidade e, a par da criação de serviços que o progresso impõe, eliminar toda a actividade improfícua ou dispensável.

Impõe-se, finalmente, que, a todos os níveis, o funcionário público se devote à função. Claro que, para tal, estamos caídos no magno problema dos vencimentos, sendo certo que o Estado se debate com graves questões financeiras.

Mas a verdade é que não sendo o problema do funcionalismo público um mero problema de investimento, não deixa de sê-lo também. E, mesmo visto apenas a esta luz, existe um princípio incontroverso que é o de pagar e exigir, pois bem que caros ficam à Administração-Pública — não só pela falta de produtividade como pelo mau exemplo que dão — muitos dos seus agentes mal remunerados!

Termino reiterando o voto de fazer ao serviço deste Ministério e do País quanto estiver na minha mão e agradecendo a presença honrosa e amigável de todos os circunstantes.

PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA DO PLANO DIRECTOR DA REGIÃO DE LISBOA

Presidiu a este encontro, que teve a presença da totalidade dos membros da nova comissão e dos consultores das equipas organizadas sobre a forma empresarial para elaborar essa reforma, o dr. Luís Nogueira de Brito, secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, ladeado pelos engs. Horácio de Moura, director-geral dos Serviços de Urbanização, e Celestino da Costa, director do Gabinete do Plano, e arqtº. Campos Matos, secretário da Comissão.

A reunião efectuou-se nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, tendo comparecido os presidentes ou vice-presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa, Alameda, Setúbal, Cascais, Oeiras, Sintra, Loures, Vila Franca de Xira, Mafra, Barreiro, Sesimbra, Palmela, Seixal, Moita, Alcochete e Montijo e, ainda, da de Alcácer do Sal, uma vez que o plano abrange, igualmente, a península de Tróia.

Numa comunicação que dirigiu aos participantes no encontro, o dr. Nogueira de Brito começou por se referir ao papel que estava reservado à Comissão Consultiva do Plano Director da Região de Lisboa. Seguidamente teve palavras de muito louvor para o engº. Arantes e Oliveira, a cuja acção, como ministro das Obras Públicas, se ficou a dever o processo que conduziu à elaboração do projectado plano.

Disse das razões da escolha do nome do engº. Celestino da Costa para chefiar a direcção do gabinete do plano.

Acrescentou depois: «Entretanto, convirá talvez, que me detenha um pouco, sobre a situação actual na região, apontando as medidas entretanto tomadas para lhe fazer face.

Não há dúvida de que a inexistência de um plano abrangendo os vários polos urbanos e as zonas rurais envolventes, no conjunto da área sujeita à influência directa de Lisboa, aliada ao forte poder de atracção que a capital continua a exercer sobre a população

do País, fez com que durante os últimos anos da década de 50 e toda a década de 60 se tenha assistido a uma ocupação mais ou menos anárquica do solo com consequências graves na deterioração do teor de vida das populações.

Consciente, no entanto, de que a simples existência de planos não tornaria possível a remoção de todos os inconvenientes verificados, o Governo antes mesmo de determinar a revisão do Plano Director, deu início à preparação das condições necessárias ao desenvolvimento de uma política urbanística eficiente.

Nessa linha se insere a publicação da lei dos solos em 1970, seguida em 1971 do novo regime jurídico dos planos de urbanização: ao mesmo tempo que se tornou possível a aceleração dos processos de elaboração dos planos, habilitaram-se as entidades responsáveis a promover a sua efectiva concretização.

Ainda na mesma linha, se integra a reforma dos Serviços que se seguiu à criação da Secretaria de Estado e que se espera possa tornar possível a recuperação dos atrasos acumulados.

Atento, porém, ao volume atingido pelas operações clandestinas susceptíveis de comprometer qualquer tentativa séria no sentido da racionalização da ocupação do solo, houve ainda que rever o regime jurídico dos loteamentos urbanos, não alterando substancialmente os conceitos consagrados já pela legislação de 1965, mas estruturando todo um conjunto de sanções capazes de lhe conferir verdadeira eficácia, ao mesmo tempo que pela sujeição a prazos se procurou conferir maior celeridade à intervenção dos serviços».

O dr. Nogueira de Brito afirmou, a seguir:

«Esse o objectivo do Decreto-Lei nº. 289/73, recentemente publicado, que se espera tenha finalmente posto nas mãos da Administração os meios eficazes de combate à clandestinidade e à expansão desordenada dos aglomerados.

Mas nesta matéria do desenvolvimento urbano não poderão, hoje em dia, o Estado e os Municípios limitar-se a um papel puramente fiscalizador, cabendo-lhe antes, numa perspectiva de urbanismo operacional, promover acções concretas de expansão e correcção, lançando-se numa política autênti-

ca de gestão urbanística.

E também aqui se não esperou pela revisão do plano para projectar e lançar algumas acções na área da região de Lisboa.

E antes de mais o caso das operações de recuperação de sectores urbanos defeituosos, com planos já aprovados para a Brandoa, no concelho de Oeiras, e para o Vale de Milhaços, no Seixal, abrangendo um total de 60 000 pessoas e implicando vultosos investimentos.

No decurso do IV Plano de Fomento serão lançados novos empreendimentos deste tipo, de acordo com programa que está já a estabelecer-se.

Por sua vez, no que se refere ao alargamento do tecido urbano existente pela criação de novas zonas habitacionais, está definida uma política de realizações que contempla largamente a região de Lisboa, atenta à situação grave de carência, aqui verificada. Assim, o Fundo de Fomento da Habitação tem em fase adiantada de lançamento, três empreendimentos, envolvendo a construção de 15 500 fogos, e em fase menos adiantada mas com possibilidade de lançamento no 2º triénio do IV Plano de Fomento dois empreendimentos, um na margem Norte e outro na margem Sul, envolvendo a construção de 17 000 fogos.

Trata-se de programas integrados em que a Administração, recorrendo aos esquemas consagrados nas leis dos solos, adquire o terreno necessário, urbaniza-o e nele constrói, em conjunto com a iniciativa privada a quem é cedida uma percentagem do total dos lotes para realizações de carácter social.

Para além destes, estão prestes a concluir-se os 2 000 fogos, designadamente de casas económicas de Aqualva-Cacém e estão em construção 600 fogos de renda económica na Baixa da Banheira, a somar ao número de habitações que, por iniciativa das Câmaras têm sido e continuarão a ser construídas.

Neste aspecto destacarei apenas a realização do plano de Chelas na cidade de Lisboa a que se espera dar revigorado impulso durante o IV Plano de Fomento e o programa de combate e eliminação dos conjuntos de barracas da iniciativa da Câmara Municipal de Almada.

A revisão do Plano Director em que estamos empenhados, não tem pois

constituído pretexto de paralisação, sendo este que entretanto, tem prosseguido os processos de elaboração e aprovação de planos gerais de urbanização das sedes dos concelhos abrangidos, com destaque para o plano geral de urbanização da cidade de Lisboa, aprovado por despacho de Agosto de 1972, embora ainda não legalmente em vigor.

Mas não é menos certo que só o plano da região poderá fundamentar o conjunto de acções indispensáveis ao ordenamento coerente de toda a área metropolitana. Por isso mesmo se reveste da maior importância o trabalho já realizado e aquele que a VV. Ex.ªs. começa agora a ser pedido».

Por seu turno, o eng.º Celestino da Costa fez um relato da acção do Gabinete do Plano Director, referindo a situação actual dos estudos e os programas futuros, tendo em vista uma reforma do plano para se conseguir uma melhoria da qualidade urbana. Aludiu aos métodos de planeamento adoptados e às fases dos trabalhos desenvolvidos com o concurso do grupo técnico de coordenação, acrescentando que a nova etapa se destina, sobretudo a contar com a participação das populações interessadas. Descreveu e esclareceu os estudos sectoriais concluídos e as dificuldades que impediram o cumprimento integral dos projectos (faltam neste momento terminar os estudos da dinâmica do solo e do sector habitacional, o que se espera apresentar no final do mês em curso). Ocupou-se das grandes infraestruturas regionais nos domínios dos transportes e comunicações, informando que se tem já conhecimento bastante completo sobre o nó ferroviário de Lisboa, o novo aeroporto, os portos de Lisboa e Setúbal, o esquema rodoviário e dos transportes e circulação na cidade de Lisboa. Por outro lado, vão ser apresentados ao Governo os primeiros relatórios acerca da evolução do ordenamento territorial na região em causa, terminando por tecer considerações sobre os ensaios-piloto da Brandoa e do Vale de Milhaços e a protecção e defesa dos valores naturais.

O último período da reunião foi preenchido com uma exposição do arq. Ribeiro Teles no que respeita ao ordenamento da paisagem, tendo os estudos realizados tomado em consideração não só um equilíbrio e uma humanização da paisagem, como a melhoria da qualidade de vida da população na região de Lisboa, alterada nos últimos 25 anos.

VIDA DA DIRECÇÃO-GERAL

VIANA DO CASTELO

No dia 4 de Agosto de 1973, faleceu súbitamente na sua residência à Rua Cândido dos Reis, em Viana do Castelo, o Engenheiro José Manuel Oliveira Valença, que foi digno Director de Urbanização do Distrito.



Não se apagou ainda, nem se apagará tão cedo, a profunda mágoa da família Valença, o mesmo acontecendo com a "Família Urbanização", que era, no entender do saudoso Director, uma extensão da sua verdadeira família.

Nada fazia supôr o infausto acontecimento.

Homem de rija ténpera, habituado a subir e descer as montanhas do Alto-Minho com a mesma facilidade com que ainda empunhava a "raquette" do ténis, disciplinado em todas as manifestações da vida, foi vencido inglòriamente por um acidente cardíaco que os médicos foram incapazes de sustentar na sua marcha rapidíssima e implacável.

Se há figuras humanas que dificilmente se apagam da mente dos que tiveram a felicidade duma convivência assídua, a do Engenheiro José Manuel Oliveira Valença é, sem dúvida, uma delas.

O Engenheiro Civil Chefe José Manuel Oliveira Valença, contava 56 anos, pois nascera em Lisboa a 17 de Dezembro de 1916. Deixa viúva a Exm^a. Sr^a. D. Odete Pereira Jardim Oliveira Valença e era pai da menina Teresa Jardim Oliveira Valença e dos Srs. António Jorge Jardim Oliveira Valença e Rui Manuel Jardim Oliveira Valença.

Diplomado em Engenharia pelo Instituto Superior Técnico, ingressou em 7 de Fevereiro de 1945 na Junta Autónoma de Estradas, tendo prestado serviço numa brigada técnica destacada nos Açores.

Em 1 de Outubro de 1949 passou para a Direcção-Geral dos Serviços de

Urbanização e alguns meses depois era nomeado Director de Urbanização do Distrito de Viana do Castelo, lugar que ocupou até à sua morte, durante 23 anos, portanto.

Da sua acção profícua e dinâmica ao Serviço da Direcção-Geral e do Distrito de Viana do Castelo muito haveria a dizer-se.

Perguntamos, apenas, se haverá por todo esse verdejante Alto-Minho algum melhoramento público de feição local, desde o pequenino fontenário à mais rasgada estrada municipal que não tenha recebido, nas últimas décadas, um bocadinho da alma, do saber e da dedicação do Engenheiro José Manuel Oliveira Valença.

AVISO

Para os devidos efeitos se publica que, por despacho de 24 de Julho do ano em curso, do Exm^o. Director-Geral destes Serviços, foram deferidas as reclamações à lista de antiguidade referente a 31-12-1972, apresentadas pelos funcionários abaixo indicados, os quais passam a figurar como se segue na parte correspondente:

Desenhador de 2^a. classe
Joaquim Faustino Madeira
tempo de serviço na categoria
21 A — 3 M — 27 D

Chefe de Secção — Maria José Germond de Oliveira Ejarque — data da entrada na D.G.S.U. — 1-1-1945

Chefe de Secção — Fernando Nunes Ribeiro — data da entrada na D.G.S.U. — 1-1-1945

1^o. Oficial — Jaime Marreiros Pacheco — data da entrada na D.G.S.U. — 1-1-1945

1^o. Oficial — Manuel Macedo Cardoso — data da entrada na D.G.S.U. — 18-7-1945

3^o. Oficial — Rui Santos, Grilo de Brito — data da entrada na D.G.S.U. — 1-1-1945

3^o. Oficial — Maria José Silveira Sutil Soares — data da entrada na D.G.S.U. — 10-3-1958

3^o. Oficial — Illda do Carmo Picado Dias da Silva Monteiro — data do nascimento — 21-5-1938

Repartição dos Serviços Administrativos, 26 de Julho de 1973.

O CHEFE DA REPARTIÇÃO
a) J. Pompílio da Costa.

MOVIMENTO DO PESSOAL

JULHO

Maria Josefa Ferreira de Azevedo; escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe, fora do quadro, rescindido o contrato, a seu pedido.

António José Coelho de Araújo; engenheiro civil de 1ª. classe, exoneração das referidas funções, a seu pedido.

Maria dos Anjos Carneiro da Fonte; escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro, rescindido o contrato, a seu pedido.

Emília Dinis Rufino Charrinho e Graciete da Cruz Ferreira; contratadas como escriturários-dactilógrafos de 2ª. classe do quadro.

Luís Augusto da Câmara Perestrelo de Oliveira; contratado como Consultor Jurídico de 2ª. classe do quadro.

Zulmira Maria Feliz de Carvalho da Silva Sousa; contratada como desenhadora de 3ª. classe fora do quadro.

Cidalina Mimosa Valente de Matos Arranhado; contratada como escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe fora do quadro.

Pureza de Jesus Antunes da Rocha, contratada como escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro do Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa.

Maria Fernanda da Silva de Deus Lima; contratada como escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe do quadro.

José Francisco Ramalho Lopes e Valdemar Falcão Tavares Pacheco; contratados como escriturários-dactilógrafos de 1ª. classe, fora do quadro.

Ilda Adélia da Conceição Baptista da Silva Afonso; escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro, aposentada.

Joaquim da Silva; fiscal de 1ª. classe, aposentado.

Elísio Gonçalves Rocha; nomeado engenheiro civil de 2ª. classe, interino do quadro.

Mário Fernando da Costa Valente; promovido a engenheiro civil de 1ª. classe.

Isabel Ferrão da Paz Pereira Rito, Júlio Fernando da Silva Gameiro e Domingos Manuel Saraiva Caldeira Barroso; nomeados engenheiros civis de 1ª. classe, interinos, do quadro.

António de Campos Machado; promovido a engenheiro electrotécnico-chefe.

Pelágio Freire da Costa Mota; contratado como arquitecto de 2ª. classe, do quadro.

José Sebastião da Silva Boinho; contratado como contínuo de 2ª. classe do quadro.

AGOSTO

Augusto de Faria Monteiro Pacheco; contratado como arquitecto de 2ª. classe do quadro do Gabinete do Plano da Região do Porto.

Maria do Carmo Gonçalves Vieira e Maria de Lourdes Nunes Marques; contratadas como contínuas de 2ª. classe do quadro.

Carlos Artur Caldas de Oliveira, Alberto da Costa Rodrigues e Rogério Augusto Neto Barroca; promovidos a arquitectos de 1ª. classe.

Maria Teresa de Montalvão Freitas Ponce de Leão e António Carlos de Queirós Vilela Bouça; contratados como engenheiros civis de 2ª. classe do quadro do Gabinete do Plano da Região do Porto.

Heitor Alves Bessa, Maria Cecília Fonseca dos Santos Eloy de Sena Rego e José Dias Pires Branco; promovidos a arquitectos de 1ª. classe.

Maria do Patrocínio Baltazar da Paz Ferreira; contratada como consultor jurídico de 2ª. classe do quadro.

Roberto Sérgio de Oliveira Leão; contratado como arquitecto de 1ª. classe do quadro do Gabinete do Plano da Região do Porto.

Maria de Fátima Vieira Antunes e Mariana de Jesus Caralheda Pereira Tomás; contratadas como escriturários-dactilógrafos de 2ª. classe, fora do quadro.

António Pereira de Moura; nomeado engenheiro civil de 2ª. classe, interino do quadro.

Berta Ramos Melenas, escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro, nomeada, em comissão de serviço, 3º. Oficial do quadro do Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa.

António Manuel Rodrigues dos Santos; assalariado como paquete, fora do quadro.

José Dias Martins; escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, transferido, por permuta, para o quadro da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.

Manuel Maria Cristóvão Laginha, Raúl Miguéis Santa Clara, Joaquim Cabeça Padrão, Fernando António Lorenzini Borges Campos, Jaime Manuel Fernandes Dias de Azevedo e Manuel Álvaro Madureira de Aguiar; promovidos a arquitectos-chefes.

Alfredo Brandão de Campos Matos e Frederico Alberto Duff Burnay de Caralhosa e Oliveira; promovidos a arquitectos-chefes, mantendo-se em comissão de serviço no Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa.

José Alves Coelho da Rocha; contratado como arquitecto de 1ª. classe do quadro do Gabinete do Plano da Região do Porto.

José da Ponte Tavares Custódio; nomeado desenhador de 3ª. classe, interino do quadro.

José Soares; promovido a 1º. Oficial.

Nazaré de Jesus Coelho; contratada como escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro.

Fernanda Aldina Mestre de Sousa e Maria Odete Carlos Carvalho dos Santos; nomeadas Chefes de Secção, interinos do quadro.

SETEMBRO

Manuel da Costa de Almeida; contratado como contínuo de 2ª. classe além do quadro.

Estela Marina Rocha Belém Pereira, Maria Elisabete dos Santos Belo e Ana Branco Rovisco Saboeiro; contratadas como escriturários-dactilógrafos de 2ª. classe.

Maria Ambrosina Homénio Gonçalves; arquitecto de 1ª. classe, nomeada interinamente, arquitecto-chefe.

Maria Júlia de Albuquerque Pinto Fonseca Sieuve Afonso; contratada como agrónomo de 2ª. classe do quadro.

Elísio Gonçalves Rocha; engenheiro civil de 2ª. classe, interino, transferido por conveniência do serviço, da Direcção de Urbanização de Viana do Castelo para a de Braga.

Maria da Silva Guimarães Vieira; contratada como escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro do Gabinete do Plano da Região do Porto.

Alcino da Fonseca Martins Tentúgal; contratado como desenhador de 2ª. classe do quadro do Gabinete do Plano da Região do Porto.

Albertino Augusto Dias da Cunha e Alberto João; segundos Oficiais do quadro, nomeados interinamente, na 1ª. classe.

Zulmira Maria Feliz de Carvalho; desenhadora de 3ª. classe contratada fora do quadro, por ter contraído matrimónio passa a usar o seguinte nome "Zulmira Maria Feliz de Carvalho da Silva Sousa".

OUTUBRO

Maria Manuela Domingos e Ana Paula de Castro Esteves; contratadas como escriturários-dactilógrafos de 2ª. classe do quadro.

Hernâni Bernardo Lopes; contratado como escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe do quadro.

António Pinto Bravo, Joaquim Lino Gonçalves Madeira e José André Guerreiro da Costa; promovidos a desenhadores de 1ª. classe.

Fernando José dos Santos Pessoa; contratado como silvicultor de 2ª. classe do quadro.

Argemira Maria Melro; terceiro oficial do quadro, nomeada, interinamente, segundo oficial.

Maria do Rosário Nobre Cardoso Faustino; desenhador de 3ª. classe do quadro, exonerada das referidas funções, a seu pedido.

António Cabral de Almeida Gaspar e António Martins Moutinho; contratados como engenheiros geógrafos de 2ª. classe do quadro.

Maria José da Silva e Pureza de Jesus Antunes da Rocha, contratadas como escriturários-dactilógrafos de 2ª. classe do quadro.

Carlos Alberto de Gouveia, contratado como contínuo de 2ª. classe do quadro.

Joaquim João Sobrinho Martins; contratado como escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe do quadro.

Maria de Lourdes de Sousa Brás; escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe fora do quadro, rescindido o contrato, a seu pedido.

Maria do Carmo Gonçalves Vieira; contínuo de 2ª. classe do quadro, por ter contraído matrimónio alterou o seu nome oficial acrescentando o apelido "Canejo".

Gracinda Santana do Rosário; contratada como escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe do quadro.

Maria Beatriz Taylor Pestana da Silva do Vale Machado; contratada como escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro do Gabinete do Plano da Região do Porto.

Maria de Fátima Martins; escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro, alterou o seu nome oficial, por ter contraído matrimónio, acrescentando o apelido "João".

Maria Helena de Carvalho Lopes Prêças Fernandes Baptista; nomeada engenheiro civil de 2ª. classe, interina do quadro.

Maria da Silva Guimarães Vieira; contratada como escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe do quadro.

Isabel Ferrão da Paz Pereira Rito; promovida a engenheiro civil de 1ª. classe.

Luís Manuel Paiva Ferreira; nomeado desenhador de 3ª. classe, interino, do quadro.

Arnaldo Augusto Lopes de Araújo; contratado como arquitecto de 2ª. classe do quadro.

Pureza de Jesus Antunes da Rocha; escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe do quadro, nomeada, em comissão de serviço, escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro do Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa.

Maria Helena de Figueiredo Martins; contratada como escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe do quadro.

NOVEMBRO

Fernando José Ribeiro Palhavã; nomeado, interinamente, engenheiro civil de 1ª. classe.

José Américo Vieira Espinheira Rio; contratado como engenheiro civil de 2ª. classe, fora do quadro.

Maria da Luz Pereira dos Santos; contratada como escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe do quadro.

Vasco Miguel de Mello da Silveira Geraldes Cardoso; arquitecto de 1ª. classe do quadro, nomeado, interinamente, arquitecto chefe.

Maria Júlia de Albuquerque Pinto Fonseca Sieuve Afonso; agrónomo de 2ª. classe do quadro, rescindido o contrato a seu pedido.

Maria do Céu Nunes da Fonte; escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro, rescindido o contrato, a seu pedido.

Maria Urbiña de Sousa Moreira; contratada como 3º. oficial do quadro.

Artur Lopes de Carvalho; escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe do quadro, rescindido o contrato a seu pedido.

Agostinho Xavier Moreira das Neves; contratado como desenhador de 3ª. classe do quadro do Gabinete do Plano da Região do Porto.

Ana Paula dos Santos Sela; contratada como escriturário-dactilógrafo de 2ª. classe fora do quadro.

Maria Isabel Jerónimo Loureiro; assalariada como servente fora do quadro.

Erlander Pinto Galhano; contratado como adjunto técnico de 2ª. classe (regente agrícola) do quadro.

Elisabete Évora Nunes; arquitecto de 2ª. classe do quadro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, transferida, a seu pedido, para o quadro desta Direcção-Geral.

José Faria Taveira; 3º. oficial do quadro, aposentado.

Diamantino da Silva Ferreira da Cruz; contratado como adjunto técnico de 1ª. classe do quadro do Gabinete do Plano da Região do Porto.

Luís Gonzaga Fonseca Álvares Ribeiro; contratado como arquitecto de 2ª. classe do quadro.

Rosa do Anjo Trindade; escriturário-dactilógrafo de 1ª. classe do quadro, nomeada, interinamente, 3º. oficial.

Luís João de Noronha Pizarro de Castro; engenheiro-civil de 2ª. classe do quadro, rescindido o contrato a seu pedido.

